

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 004/2026
Data: 08/01/2026



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
TRÂNSITO NA ENTRADA DE SANTOS TEM MUDANÇAS POR OBRAS DE DRENAGEM NA ALEMOA; VEJA COMO FICA.....	4
SETOR PORTUÁRIO ALCANÇA MELHOR TRIÊNIO DA HISTÓRIA NO BRASIL.....	5
SUDESTE RECEBE R\$ 6,6 BILHÕES DO FMM PARA OBRAS EM 2025.....	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	6
AVISO DE LEILÃO DA ANTAQ ATUALIZA CRONOGRAMA PREVISTO PARA FEVEREIRO DESTES ANO.....	6
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	7
BRASIL TEM 13 AEROPORTOS ENTRE OS MAIS EFICIENTES DO MUNDO.....	7
AEROPORTOS DE GUARULHOS, CONGONHAS E GALEÃO LIDERAM O FLUXO DE PASSAGEIROS NO SUDESTE.....	8
FUNDO DA MARINHA MERCANTE PRIORIZA R\$ 4,6 BILHÕES PARA PROJETOS NA REGIÃO NORTE EM 2025.....	10
APÓS ESTREIA COMERCIAL DO COMBUSTÍVEL SAF NA BAHIA, MPOR PROJETA EXPANSÃO PARA NOVOS AEROPORTOS EM 2026.....	11
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF.....	12
SUDESTE: ECONOMIA E POPULAÇÃO DA REGIÃO MAIS RICA DO PAÍS GANHARAM COM ENTREGAS IMPORTANTES EM 2025.....	12
BE NEWS – BRASIL EXPORT.....	14
EDITORIAL – A DRAGAGEM DO TAPAJÓS E A LOGÍSTICA DO ARCO NORTE.....	14
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - PORTO DE SÃO SEBASTIÃO LEVANTA ÂNCORAS. PREPARA-SE PARA ZARPAR.....	15
ESPECIAL - A QUEDA DE MADURO - EUA APREENDEM NAVIOS-PETROLEIROS LIGADOS À VENEZUELA.....	18
ESPECIAL - A QUEDA DE MADURO - DEZENAS DE EMBARCAÇÕES CONSEGUIRAM ROMPER O BLOQUEIO AMERICANO.....	19
ESPECIAL - A QUEDA DE MADURO - EUA ANUNCIAM PLANO DE TRANSIÇÃO EM TRÊS FASES.....	19
ESPECIAL - A QUEDA DE MADURO - DECISÕES NA VENEZUELA SÃO DITADAS PELOS NORTE-AMERICANOS.....	21
ESPECIAL - A QUEDA DE MADURO - DELCY TROCA CHEFE DE SEGURANÇA E MINISTRO DA ECONOMIA.....	21
ESPECIAL - A QUEDA DE MADURO - ESTATAL DIZ NEGOCIAR PETRÓLEO COM OS EUA NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS.....	23
INFRAESTRUTURA - B3 BATE RECORDE HISTÓRICO DE LEILÕES DE CONCESSÕES EM 2025.....	23
TRANSPORTES – HIDROVIAS - GOVERNO LICITA DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO NA HIDROVIA DO RIO TAPAJÓS.....	26
TRANSPORTES - NAVEGAÇÃO / PORTOS - FMM DESTINA R\$ 6,6 BILHÕES A PROJETOS NAVAIS NO SUDESTE EM 2025.....	27
TRANSPORTES NAVEGAÇÃO / PORTOS - SANTOS: DRENAGEM ALTERA TRÁFEGO NA ALEMOA A PARTIR DE SEXTA-FEIRA.....	28
TRANSPORTES – PORTOS - GESTÃO TRANSITÓRIA DO PORTO DE ITAJAÍ É OFICIALIZADA SOB COMANDO DA CODEBA.....	29
TRANSPORTES AEROPORTOS / AVIAÇÃO - BRASIL COLOCA 13 AEROPORTOS ENTRE OS MAIS PONTUAIS DO MUNDO EM 2025.....	31
TRANSPORTES AEROPORTOS / AVIAÇÃO - AZUL E LATAM ENTRAM NO TOP 10 GLOBAL DE PONTUALIDADE AÉREA EM 2025.....	32
PETRÓLEO E GÁS - VAZAMENTO NA FOZ DO AMAZONAS PREOCUPA ORGANIZAÇÕES.....	33
PETRÓLEO E GÁS - BACIA DE SANTOS CHEGA AOS 20 ANOS COMO PRINCIPAL POLO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO BRASIL.....	34
ENERGIA – ITAIPU INVESTE R\$ 1,5 BILHÃO PARA MANTER TARIFA DE ENERGIA ATÉ O FIM DO ANO.....	36
MINERAÇÃO - OURO E PRATA RECUAM APÓS SEQUÊNCIA DE ALTAS E DADOS MISTOS DOS EUA.....	37
COMÉRCIO EXTERIOR - BRASIL FECHA 2025 COM RECORDE NAS EXPORTAÇÕES E SUPERÁVIT DE US\$ 68,3 BI.....	38
POLÍTICA - LULA CRITICA DISCURSO DO “GASTA-SE MUITO” NO BRASIL.....	39
POLÍTICA - ZEMA ESTENDE PROTEÇÃO POLICIAL A EX-GOVERNADOR ANTES DE DEIXAR O CARGO.....	40
NACIONAL HUB – CURTAS TRUMP SUSPENDE APOIO DOS EUA A 66 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.....	41
Saída.....	41
Organizações atingidas.....	41
Contexto internacional.....	41
CNH em Portugal.....	41
Critérios e impacto.....	41
FINANÇAS BRASIL TEVE SEGUNDA MAIOR SAÍDA DE DÓLARES DA HISTÓRIA EM 2025.....	41
FINANÇAS - ALUGUEL RESIDENCIAL SOBE 0,51% EM DEZEMBRO, APÓS ALTA DE 0,37% EM NOVEMBRO.....	43
FINANÇAS - IBOVESPA VOLTA DUAS CASAS APÓS 2º MAIOR NÍVEL DE ENCERRAMENTO.....	43
FINANÇAS - APÓS QUATRO PREGÕES DE QUEDA, DÓLAR TEM LEVE ALTA.....	45
JUSTIÇA - BOLSONARO TEVE LEVE TRAUMATISMO CRANIANO, MAS NÃO PREOCUPA.....	45
JUSTIÇA - MICHELLE CRITICA MORAES POR DEMORA EM LIBERAR MARIDO AO HOSPITAL.....	46
JUSTIÇA - MORAES NOTIFICA MALAFAIA POR FALAS CONTRA COMANDANTE DO EXÉRCITO.....	47
JUSTIÇA HACKER QUE INVADIU SISTEMAS DO CNJ É TRANSFERIDO DO ‘PRESÍDIO DOS FAMOSOS’.....	48
JUSTIÇA - ALESSANDRO VIEIRA PEDE QUE PGR INVESTIGUE JHONATAN DE JESUS.....	49
JUSTIÇA - TRIBUNAL ANALISA RECURSO DO BANCO CENTRAL SOBRE INSPEÇÃO.....	50
JUSTIÇA - PGR PEDE FIM DE INQUÉRITO CONTRA SENADOR FLAGRADO COM DINHEIRO NA CUECA.....	50



INTERNACIONAL - AGENTE DE IMIGRAÇÃO MATA MULHER NOS EUA.....	51
INTERNACIONAL - PAÍSES EUROPEUS REFORÇAM APOIO À GROENLÂNDIA E COBRAM EUA.....	52
JORNAL O GLOBO – RJ.....	53
CASO MASTER: MINISTRO DO TCU SUSPENDE INSPEÇÃO NO BANCO CENTRAL E LEVA CASO PARA O PLENÁRIO	53
VENEZUELA ANUNCIA LIBERTAÇÃO DE PRESOS POLÍTICOS COMO ‘GESTO DE PAZ UNILATERAL’	55
VORCARO DIZ A TRIBUNAL NOS EUA QUE LIQUIDAÇÃO DO MASTER NO BRASIL PODERIA SER REVERTIDA E CITA PROCESSO NO TCU	56
MACRON DIZ QUE FRANÇA VOTARÁ CONTRA ACORDO UE-MERCOSUL E PEDE ‘REJEIÇÃO POLÍTICA UNÂNIME’	58
PETROLÍFERAS AMERICANAS TRAVAM DISPUTA COM VENEZUELA E PEDEM INDENIZAÇÃO DE US\$ 32 BI.....	59
PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL FICA ESTÁVEL EM NOVEMBRO, ABAIXO DO ESPERADO POR ANALISTAS.....	61
EXPORTAÇÕES ATINGEM RECORDE EM SETE ESTADOS EM MEIO A INCERTEZAS DO COMÉRCIO MUNDIAL	62
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	64
PF TEM INDÍCIOS NO CELULAR DE VORCARO DE QUE ELE ORDENOU ATAQUES VIRTUAIS DE INFLUENCIADORES.....	64
LEWANDOWSKI APRESENTA CARTA DE DEMISSÃO A LULA E REFORÇA ‘LIMITAÇÕES POLÍTICAS E ORÇAMENTÁRIAS’	65
BRASKEM TRAÇA ESTRATÉGIA PARA SUPERAR PARCELA DA DÍVIDA QUE VENCE NESTE MÊS	66
OPINIÃO - MERCADOS DE CRÉDITO DE CARBONO: UM NOVO PATAMAR DE COMPETITIVIDADE	67
RIO DOMINA RENDA DO PETRÓLEO MESMO COM MIGRAÇÃO DA PRODUÇÃO; VEJA PRINCIPAIS CIDADES BENEFICIADAS.....	69
COMO O BRASIL PODE SE TORNAR PROTAGONISTA GLOBAL NA CORRIDA DOS MINERAIS CRÍTICOS	70
VALOR ECONÔMICO (SP).....	74
MINÉRIO DE FERRO CAI 0,37% NA BOLSA DE DALIAN.....	75
CHINESA ENVISION ENTRA NO BRASIL COM ACORDO PARA FORNECER AEROGERADORES À CASA DOS VENTOS.....	76
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	77
KAWASAKI CONSTRUIRÁ MAIOR NAVIO DO MUNDO PARA TRANSPORTE DE HIDROGÊNIO LIQUEFEITO	77
COREIA DO SUL ANUNCIA VIAGEM DE TRANSPORTE MARÍTIMO DE CONTÊINERES PELAS ÁGUAS DO OCEANO ÁRTICO EM SETEMBRO.....	77
FUNDO DA MARINHA MERCANTE DESTINOU EM 2025 R\$ 4,6 BILHÕES PARA PROJETOS NA REGIÃO NORTE	78
PORTOS MOVIMENTARAM 95% DAS CARGAS DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO, QUE TEVE SUPERÁVIT DE 68,2 BILHÕES DE DÓLARES EM 2025.....	78
ASSOCIAÇÃO ANUNCIA REDUÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA COM USO DE HIDROVIAS	79
EDITAL PARA DRAGAGEM NO RIO TAPAJÓS PREVÊ R\$ 74,8 MILHÕES DE INVESTIMENTOS.....	80
MERCOSHIPING MARÍTIMA LTDA	80
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM	80



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

TRÂNSITO NA ENTRADA DE SANTOS TEM MUDANÇAS POR OBRAS DE DRENAGEM NA ALEMOA; VEJA COMO FICA

Intervenção da Autoridade Portuária de Santos promete acabar com alagamentos, mas causa desvios até 2027

Por ATribuna.com.br 8 de janeiro de 2026



Desde outubro do ano passado, a gestora do Porto constrói uma pista alternativa para o desvio do trânsito pois faixas serão interditadas (APS/Divulgação)

As obras de construção de um canal de drenagem nas imediações da rotatória da Alemoa, entre o final do Viaduto Paulo Bonavides e a Avenida Engenheiro Augusto Barata, em Santos, no litoral de São Paulo, provocam alterações no tráfego de veículos a partir de

nesta sexta-feira (9). Essa intervenção era para ter começado em 5 de dezembro, mas foi adiada “devido a questões técnicas”, disse a Autoridade Portuária de Santos (APS).

“Ao quadruplicar a capacidade atual de vazão de águas pluviais, a intervenção irá solucionar o problema crônico dos alagamentos na região da Alemoa, na entrada de Santos”, explica, em nota, a APS.

Desde 20 de outubro, a gestora do Porto constrói uma pista alternativa para o desvio do trânsito, pois as faixas de rolamento no sentido da saída do Porto precisarão ser interditadas para a implantação do canal de drenagem. Com isso, a atual rotatória será retirada (e, posteriormente, substituída por retornos nos dois sentidos), o que irá causar desvios no trânsito.

Como ficará

Para os veículos vindos da Via Anchieta pelo Viaduto Doutor Paulo Bonavides, com destino à Alemoa Industrial, será necessário pegar a primeira saída à direita, na Rua Doutor Albert Schweitzer, retornando por debaixo do viaduto pela Rua Augusto Scaraboto.

Os veículos vindos do terminal da BTP com destino à Ponta da Praia terão de sair pela faixa da direita ao lado do viaduto e contornar a Alemoa Industrial pelas ruas Aurélio Batista Félix, dos Italianos e Doutor Albert Schweitzer, atravessando à esquerda no semáforo para o Viaduto Paulo Bonavides.

O desvio afeta o trânsito apenas no sentido da saída do Porto. A pista alternativa é mais estreita que a atual, portanto com menor capacidade de escoamento, o que pode provocar algumas retenções de tráfego durante a realização das obras, que irão até janeiro de 2027. A pista no sentido da entrada no Porto não será afetada pelos trabalhos.

A região da Alemoa é um dos pontos críticos de Santos nos períodos de chuva, apresentando severos alagamentos, o que causa transtornos para a população local e para a operação portuária, com interrupções no tráfego de caminhões, ônibus e carros.

A pequena vala de drenagem hoje existente no final do viaduto mede 1,5 metro por 1,5 metro, sendo insuficiente para o escoamento das águas pluviais. Ela será substituída por um canal de 5 metros de extensão por 2 metros de largura, aumentando a atual capacidade de vazão.

Além da drenagem, as obras realizadas pela APS incluem a troca do atual calçamento de paralelepípedos por um piso asfáltico, o que também irá contribuir para uma maior fluidez do tráfego, visto que as três faixas de rolamento ficarão bem definidas.

“Durante toda a obra, agentes da Guarda Portuária estarão no local para orientar os motoristas”, explica a APS.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 08/01/2026

SETOR PORTUÁRIO ALCANÇA MELHOR TRIÊNIO DA HISTÓRIA NO BRASIL

Eficiência logística impulsiona superávit comercial e recordes de movimentação entre 2023 e 2025
Por A Tribuna.com.br 8 de janeiro de 2026



No total, a corrente de comércio movimentada pelo país atingiu a marca de US\$ 629 bilhões em 2025 (FreePik)

Dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, cruzados com o balanço operacional do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), revelam que a eficiência logística foi decisiva para que o País alcançasse, pelo terceiro ano consecutivo, um superávit comercial.

No total, a corrente de comércio (soma de importações e exportações) movimentada pelo país atingiu a marca de US\$ 629 bilhões em 2025. O resultado gerou um superávit de US\$ 68,2 bilhões, o terceiro maior de toda a série histórica iniciada em 1989, juntamente com os recordes de 2023 e 2024.

Mesmo com tarifaço imposto pelo governo norte-americano a produtos brasileiros, tanto as exportações como as importações bateram recorde. As vendas para o exterior somaram US\$ 348,676 bilhões, com alta de 3,5% em relação a 2024. As importações também bateram recorde em 2025, alcançando US\$ 280,4 bi, valor 6,7% superior ao de 2024 e quase US\$ 8 bilhões acima do recorde anterior, de 2022.

Crescimento

O MPor aponta que o setor deve fechar 2025 com uma movimentação total de 1,34 bilhão de toneladas de cargas, um crescimento de 3,25% em relação ao ano anterior. Apenas o volume adicional de cargas movimentado entre 2023 e 2025 (+150 milhões de toneladas) é superior a tudo o que o Porto de Santos, o maior do Brasil, movimentou em 2025.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 08/01/2026

SUDESTE RECEBE R\$ 6,6 BILHÕES DO FMM PARA OBRAS EM 2025

Recursos aprovados incluem projetos navais, portuários e de infraestrutura aquaviária

Por A Tribuna.com.br 7 de janeiro de 2026

O Fundo da Marinha Mercante (FMM) destinou R\$ 6,6 bilhões em recursos para projetos na Região Sudeste em 2025, informou o Governo Federal. Foram 118 obras aprovadas, que abrangem iniciativas de construção naval, modernização e ampliação de estaleiros, infraestrutura aquaviária, além de docagem e reparo de embarcações de apoio marítimo, portuário e de cabotagem.

O estado do Rio de Janeiro lidera o volume de recursos na região, com R\$ 5,5 bilhões, distribuídos em 91 obras. Entre os destaques está o projeto de construção de um Terminal de Uso Privado (TUP), com investimento de R\$ 3,5 bilhões em infraestrutura aquaviária.



Wilson Sons, que atua em Santos, tem projetos de construção e docagem de embarcações de apoio (Alexsander Ferraz/ AT)

Já São Paulo concentra R\$ 1,1 bilhão em investimentos do FMM, com 27 obras aprovadas e expectativa de geração de 6.570 empregos diretos. O principal destaque é a Wilson Sons Serviços Marítimos, responsável por projetos de construção e docagem de embarcações de apoio portuário, que somam mais de R\$ 1 bilhão em recursos priorizados. As iniciativas têm como objetivo

melhorar a capacidade logística e operacional dos portos paulistas.

Aprovação

Os recursos de R\$ 6,6 bilhões para a Região Sudeste foram aprovados durante a 59ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), realizada em julho do ano passado.

Já foram priorizados quase R\$ 70 bilhões em projetos navais pelo FMM, valor três vezes superior ao total aprovado durante os quatro anos da gestão anterior (2019 a 2022), que somou cerca de R\$ 23 bilhões, detalhou o Governo Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 08/01/2026



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

AVISO DE LEILÃO DA ANTAQ ATUALIZA CRONOGRAMA PREVISTO PARA FEVEREIRO DESTE ANO

Ação conjunta com Ministério de Portos e Aeroportos terá investimento em terminais de passageiros, de granéis vegetais e minerais



Porto de Porto Alegre (RS)

Brasília, 08/01/2026 - Seguindo o cronograma previsto para o primeiro bloco de leilões portuários de 2026, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) atualizou, no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (07), as datas e procedimentos a serem tomados no leilão que ocorrerá no dia 26/02/2026, na B3, em São Paulo (SP).

A publicação no DOU informou acerca do lançamento de dois editais inéditos, referentes ao arrendamento NAT01, para a movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais no Porto Organizado de Natal (RN) e o arrendamento MCP01, de terminal portuário dedicado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais, localizado no Porto de Santana, no Amapá (AP). Foi comunicada, ainda, a republicação do edital do arrendamento simplificado POA26, em Porto Alegre (RS), destinado à movimentação e armazenagem de granel sólido, pelo prazo de 10 anos. Os requisitos e demais condições de participação estão definidos no Edital do Leilão, já disponíveis



neste site ou, ainda, na sede da Agência, localizada no endereço: SEPN, Quadra 514, Conjunto "E", Edifício ANTAQ, Asa Norte - Brasília/DF.

Além desses, a expectativa é de que, em breve, haja a publicação do edital do quarto projeto que comporá o primeiro bloco de leilões de 2026, relativo ao terminal de passageiros do Porto Organizado do Recife (PE), o TMP-Recife.

Bloco de Leilões

Com investimentos totais de R\$ 229 milhões, os quatro terminais que compõem o bloco estão localizados em Macapá (AP), Natal (RN), Porto Alegre (RS) e Recife (PE). Esses portos concentram movimentação de cereais, grãos, minerais e passageiros e o processo com o detalhamento dos projetos já foi encaminhado pela Secretaria Nacional de Portos à Antaq.

“Esse primeiro bloco de leilões portuários de 2026 reflete uma visão de longo prazo para a infraestrutura aquaviária brasileira. A ANTAQ atua para garantir um ambiente regulatório seguro e eficiente, que estimule investimentos, amplie a capacidade dos portos e dê mais dinamismo à logística nacional. São projetos que fortalecem a integração regional e transformam infraestrutura em desenvolvimento”, disse o diretor-geral da ANTAQ, Frederico Dias.

TMP Recife – O terminal de passageiros do Recife (PE) tem previsão de investimentos de R\$ 2,3 milhões e prazo de 25 anos de concessão. O terminal de Recife, juntamente com o de Fortaleza (CE), Maceió e Salvador (BA), deverá fortalecer um circuito de cruzeiros nordestinos integrados, reforçando a vocação natural da região para o turismo.

MCP01 – O Porto de Santana tem papel importante no estado do Amapá e na região Norte, destinado especialmente ao escoamento da produção de grãos da região e cavaco de madeira. A previsão de investimentos é de R\$ 150,20 milhões e um período de 25 anos de concessão.

POA26 – Já para o POA26, localizado na Poligonal do Porto Organizado de Porto Alegre (RS), estão previstos R\$ 21,13 milhões pelo arrendamento da área, destinada à movimentação e armazenagem de granel sólido, com prazo de 10 anos de concessão. O leilão do POA26 vem contribuir para a modernização dos portos no Sul do País.

NAT01 – Destinado ao escoamento de grãos minerais, especialmente minério de ferro, o terminal localizado em Natal (RN) tem previsão de investimentos de R\$ 55,17 milhões e prazo de concessão de 15 anos. Juntamente com outros portos da região, reforça a movimentação portuária no Nordeste.

Confira o Comunicado na íntegra

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/comunicado-relevante-n-1-de-6-de-janeiro-de-2026-679828000>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 08/01/2026



Presidência da República



Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

BRASIL TEM 13 AEROPORTOS ENTRE OS MAIS EFICIENTES DO MUNDO

Aeroporto Internacional de Brasília foi o destaque com 88,36% de pontualidade nas partidas e garantir a 2ª colocação global

Em 2025, o Brasil ganhou destaque na aviação mundial com 13 aeroportos entre os mais pontuais do planeta, segundo o relatório On-Time Performance Review, da Cirium, que avalia a eficiência

operacional de aeroportos em todo o mundo. De acordo com o levantamento, são oito aeroportos brasileiros na categoria pequeno porte, quatro na categoria médio porte e um em grande porte.



Aeroporto Internacional de Brasília garantiu 2ª colocação em ranking global de pontualidade. - Foto: ascom/mpor

Na classificação global de aeroportos de grande porte, o Aeroporto de Congonhas (SP) foi o terminal brasileiro mais bem posicionado em 2025. O aeroporto alcançou a 13ª colocação no ranking, com 82,4% de pontualidade nas partidas, desempenho relevante considerando o elevado volume de operações e a complexidade do terminal.

Entre os aeroportos de médio porte, o Aeroporto Internacional de Brasília (DF) foi o destaque, ao atingir 88,36% de pontualidade nas partidas e garantir a 2ª colocação global. Na mesma categoria, o Aeroporto Internacional do Galeão (RJ) ficou em 6º lugar, com 85,13%, seguido pelo Aeroporto Internacional de Viracopos (SP), em 8º, com 84,55%, e pelo Aeroporto Internacional de Belo Horizonte (MG), que alcançou a 10ª posição, com 83,57% de pontualidade.

Na categoria de aeroportos de pequeno porte, o Brasil apresentou desempenho de destaque, com oito terminais entre os mais pontuais. O Aeroporto Santos Dumont (RJ) foi o terminal brasileiro mais bem posicionado no ranking, alcançando 89,67% de pontualidade nas partidas e a 3ª colocação mundial. Cerca de 58 mil voos foram avaliados, demonstrando o nível de regularidade em um aeroporto com intensa movimentação doméstica.

Na mesma categoria, também se destacaram o Aeroporto de Salvador (BA), em 8º lugar, com 87,32% de pontualidade, além dos aeroportos de Recife (11º), Fortaleza (12º), Florianópolis (14º), Curitiba (15º), Porto Alegre (17º) e Belém (20º).

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvo Costa Filho os resultados refletem a evolução do setor aéreo brasileiro. “Ter aeroportos brasileiros entre os mais pontuais do mundo mostra que os investimentos em infraestrutura, na modernização da gestão e no fortalecimento do modelo das concessões estão gerando resultados concretos para os passageiros e para o desenvolvimento do país”, afirmou.

Já o secretário de Aviação Civil, Daniel Longo, pontuou que a diversidade de aeroportos no ranking demonstra a maturidade do sistema aeroportuário nacional. “Os dados da Cirium mostram que a eficiência não está restrita a um único tipo de aeroporto. Grandes, médios e pequenos terminais brasileiros vêm apresentando desempenho consistente, o que melhora a experiência do passageiro e fortalece a conectividade aérea em todas as regiões”, concluiu.

O levantamento da Cirium, considera como voo pontual aquele que parte dentro de até 15 minutos do horário programado, além de critérios rigorosos de cobertura de dados e volume de operações. O Ranking é dividido em três categorias de aeroportos: Grande porte: 25 a 40 milhões de passageiros; Médio porte: 15 a 25 milhões de passageiros; e Pequeno porte: 5 a 15 milhões de passageiros.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 08/01/2026

AEROPORTOS DE GUARULHOS, CONGONHAS E GALEÃO LIDERAM O FLUXO DE PASSAGEIROS NO SUDESTE

Terminais aeroportuários responderam por 65,1% do total de viajantes que passaram pela região



Os números, segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, refletem o fortalecimento da aviação brasileira e o impacto direto dos investimentos realizados no setor - Foto: Vosmar Rosa/Mpor

A movimentação aérea no Sudeste voltou a se concentrar nos grandes aeroportos em novembro de 2025. Os terminais de Guarulhos, Congonhas e Galeão reuniram aproximadamente 65% dos passageiros da região, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) liderou a movimentação de passageiros no Sudeste em novembro de 2025, com 2.571.698 embarques e desembarques, o equivalente a 29,11% do total da região, de acordo com o Painel de Demanda e Oferta da Anac. Na sequência, aparecem os aeroportos de Congonhas (SP), com 2.116.415 passageiros (23,96%), e do Galeão (RJ), que registrou 1.065.440 passageiros (12,06%).

Em seguida, de acordo com o levantamento, vem o Aeroporto de Confins (MG), que ocupa a quarta posição, com 1.016.396 passageiros (11,51%), seguido por Viracopos (Campinas), que registrou 924.714 passageiros (10,47%). Juntos, os cinco aeroportos concentram a maior parte da movimentação aérea da região Sudeste.

Na análise das rotas mais movimentadas, a ligação Congonhas–Santos Dumont lidera entre os voos internos do Sudeste, com 340.817 passageiros, e representa 21,15% do total intrarregional. Em seguida, as rotas Congonhas–Confins, com 185.558 passageiros (11,52%), e Guarulhos–Galeão, com 131.318 passageiros (8,15%). Outras conexões incluem ainda Guarulhos–Confins (120.312 passageiros; 7,47%), Vitória–Guarulhos (83.085 passageiros; 5,16%) e Vitória–Galeão (67.890 passageiros; 4,21%), o que reforça a integração aérea entre São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.



Os números, segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, refletem o fortalecimento da aviação brasileira e o impacto direto dos investimentos realizados no setor. "O crescimento da movimentação aérea é resultado de planejamento e investimentos contínuos. Estamos ampliando e modernizando aeroportos para garantir mais eficiência, conforto aos passageiros e capacidade para acompanhar a retomada e a expansão da demanda", afirmou.

Investimentos

Ao longo de 2025, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) intensificou os investimentos em infraestrutura aeroportuária e logística na região com foco na ampliação da capacidade operacional, na modernização de terminais e no fortalecimento da conectividade aérea, com R\$ 5,6 bilhões em investimentos anunciados em 21 aeroportos em todo o país, incluindo terminais da Região Sudeste.

Nesse pacote, os aportes mais significativos na região se concentraram em terminais de grande fluxo, como o Aeroporto de Congonhas (SP), que lidera com um montante previsto de cerca de R\$ 2,5 bilhões, além de aportes em aeroportos mineiros como Uberlândia (MG), Montes Claros (MG) e Uberaba (MG).

As ações têm como objetivo ampliar a capacidade de atendimento, melhorar a experiência dos usuários e reforçar a competitividade dos aeroportos brasileiros, sobretudo em um cenário de crescimento contínuo da demanda de passageiros e retomada do setor aéreo.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 08/01/2026

FUNDO DA MARINHA MERCANTE PRIORIZA R\$ 4,6 BILHÕES PARA PROJETOS NA REGIÃO NORTE EM 2025

Investimentos contemplaram 524 projetos no Amazonas e no Pará e geram mais de 23 mil empregos diretos



Os investimentos do FMM integram uma estratégia estruturante do Governo Federal para ampliar a eficiência logística e potencializar o desenvolvimento regional. Foto: PortosRio

Os projetos da Marinha Mercante priorizados para a Região Norte em 2025 somaram R\$ 4,6 bilhões em recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), com 524 iniciativas aprovadas nos estados do Amazonas e do Pará. As ações contemplam construção e modernização

de embarcações, implantação e melhoria de terminais portuários, além de atividades de docagem e reparo, reforçando a navegação interior e o fortalecimento da infraestrutura aquaviária.

Os investimentos têm potencial para gerar 23.774 empregos diretos, contribuindo para o desenvolvimento econômico regional e a sustentabilidade da indústria naval, em especial onde a navegação fluvial é ferramenta essencial de transporte, mobilidade e integração territorial.

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, os investimentos do FMM integram uma estratégia estruturante do Governo Federal para ampliar a eficiência logística e potencializar o desenvolvimento regional. “O Fundo é um instrumento central da política pública para o setor aquaviário. Ao priorizar investimentos na Região Norte, fortalecemos a navegação interior, ampliamos a capacidade logística e promovemos desenvolvimento econômico com geração de empregos e integração regional em uma área estratégica para o Brasil”, afirmou o ministro.

Líder em projetos

No Pará, os recursos priorizados pelo FMM somam R\$ 3,7 bilhões para 430 projetos, com potencial de geração de 20.613 empregos diretos. Entre as empresas beneficiadas estão Kanoé Brasil Hidrovias Ltda, Mobile Port Logística e Navegação Ltda, Navegações Unidas Tapajós S.A., Plataforma Logística do Amapá SPE Ltda, LHG Logística Ltda, Wilson Sons Serviços Marítimos Ltda e Navegação Guarita S.A. Os projetos contemplados no estado abrangem construção e modernização de embarcações, implantação e ampliação de terminais portuários, além de atividades de docagem e reparo.

Navegação interior

No Amazonas, o valor priorizado pelo Fundo da Marinha Mercante alcança R\$ 858,9 milhões em 94 projetos, com previsão de 3.161 empregos diretos. As iniciativas são voltadas principalmente à construção de embarcações para navegação interior e ao apoio portuário. Empresas como Edlopes Transportes Ltda, LHG Logística Ltda, CT Log Transportes Ltda, Navegação Cunha Ltda, Companhia de Navegação da Amazônia (CNA) e Corrêa & Santos Ltda serão beneficiadas com recursos que

impulsionam a infraestrutura logística fluvial e reforçam o papel estratégico dos rios na economia regional.

Com a regionalização dos dados do FMM, o Ministério de Portos e Aeroportos reforça a transparência da política pública, ao mesmo tempo em que evidencia o impacto dos investimentos na ampliação da infraestrutura aquaviária, na geração de empregos e no desenvolvimento sustentável da Região Norte.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 08/01/2026

APÓS ESTREIA COMERCIAL DO COMBUSTÍVEL SAF NA BAHIA, MPOR PROJETA EXPANSÃO PARA NOVOS AEROPORTOS EM 2026

Sucesso da operação pioneira em Salvador valida logística nacional e prepara o terreno para novos financiamentos



Início do uso regular do combustível sustentável SAF na aviação comercial - Foto: Divulgação/MPor

O ano de 2025 terminou com um marco histórico para a aviação brasileira: o início do abastecimento regular de voos comerciais com combustível sustentável de aviação (SAF) no Aeroporto Internacional de Salvador (BA). A operação pioneira, iniciada em novembro, serviu como a validação definitiva de que o Brasil possui capacidade logística e técnica para liderar a transição

energética nos céus. Agora, em 2026, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) trabalha para transformar esse projeto-piloto em uma realidade na malha aérea nacional.

A iniciativa no estado da Bahia, viabilizada por uma parceria entre o governo estadual e a Vibra Energia, demonstrou na prática que a infraestrutura aeroportuária brasileira já está apta a receber o biocombustível, que, segundo a Petrobras, emite até 87% menos carbono, sem necessidade de grandes adaptações nas aeronaves ou nos sistemas de abastecimento.

Para o Ministério de Portos e Aeroportos, o êxito dessa operação é o sinal verde para acelerar a implementação das políticas estruturantes desenhadas ao longo do último ano. O objetivo é garantir que a experiência de Salvador seja replicada em outros hubs estratégicos, impulsionada pelo novo cenário regulatório e de crédito criado pelo governo federal.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destaca os avanços na área como uma nova realidade para o setor. "A descarbonização da aviação deixou de ser uma promessa de longo prazo para virar uma realidade. Ao validarmos a operação comercial com SAF, e injetarmos recursos na produção nacional, estamos atacando duas frentes: o cumprimento das metas ambientais, com redução drástica de emissões, e a geração de empregos verdes na cadeia de biocombustíveis. O Brasil entra em 2026 preparado para mostrar que é possível aliar crescimento do setor aéreo com responsabilidade ambiental", afirmou.

"A descarbonização da aviação deixou de ser uma promessa de longo prazo para virar uma realidade"

Silvio Costa Filho

Incentivo para escalar a produção

O grande motor para essa expansão em 2026 será o programa de financiamento inédito assinado em dezembro de 2025 entre o Ministério de Portos e Aeroportos e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Utilizando recursos do Fundo Nacional da Aviação

Civil (Fnac), o governo abriu linhas de crédito com taxas competitivas especificamente para projetos de desenvolvimento e produção de SAF.

Com o crédito facilitado, a expectativa é que novas refinarias e plantas de biorrefino entrem em operação, aumentando a oferta do combustível e reduzindo o custo final para as companhias aéreas.

Metas definidas

Além do financiamento, o mercado conta agora com a segurança jurídica da Lei do Combustível do Futuro, sancionada em 2024, que instituiu o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV).

O programa estabelece que, a partir de 2027, as operadoras aéreas deverão reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 1% por meio do uso de SAF, com metas progressivas que chegarão a 10% em 2037. O ano de 2026, portanto, é considerado pelo Ministério como o "ano de preparação" da indústria para cumprir essas exigências obrigatórias.

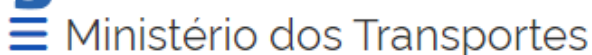
"O voo abastecido com SAF na Bahia não foi apenas um evento isolado, foi um vislumbre do futuro que estamos construindo. Provamos que a logística funciona. Agora, com o financiamento do Fnac e as metas claras do ProBioQAV, damos às empresas a segurança necessária para investir. O Brasil tem a matéria-prima, a tecnologia e a regulação para ser um dos maiores produtores mundiais desse combustível verde", avalia o secretário nacional de Aviação Civil, **Daniel Longo**.

O SAF usado na operação pioneira em Salvador possui rastreabilidade total e certificação internacional (ISCC Corsia). Produzido a partir de matérias-primas renováveis, como óleos vegetais e gorduras animais, ele é processado em conjunto com o querosene mineral.

O Brasil desponta como um líder natural nesse mercado devido à sua vocação agrícola e à grande oferta de insumos sustentáveis, posicionando o setor aéreo nacional na vanguarda do cumprimento das metas climáticas globais.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 08/01/2026



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

SUDESTE: ECONOMIA E POPULAÇÃO DA REGIÃO MAIS RICA DO PAÍS GANHARAM COM ENTREGAS IMPORTANTES EM 2025

Iniciativas do Ministério dos Transportes ao longo do ano ampliaram a segurança viária e a eficiência logística da região; Minas Gerais figura como o estado do Sudeste com maior número de leilões no período



Em 2025 o Ministério dos Transportes destravou obras históricas, realizou 9 leilões e avançou em projetos ferroviários estratégicos no Sudeste - Foto: Marcio Ferreira/MT

Região que responde por mais da metade do PIB nacional — 53% —, o Sudeste é marcado pela forte industrialização, por um setor de serviços diversificado e pelo crescimento constante do agronegócio.



Com o objetivo de fomentar cada vez mais o desenvolvimento dessa parte do país, em 2025 o Ministério dos Transportes destravou obras históricas, realizou 9 leilões e avançou em projetos ferroviários estratégicos.

Ações que geraram impactos diretos na fluidez do tráfego, na eficiência logística e no escoamento de cargas, beneficiando milhões de brasileiros e fortalecendo a economia regional.

São Paulo: principal polo econômico do país e detentor do maior Produto Interno Bruto (PIB) entre as unidades da federação, São Paulo concentra alguns dos mais importantes corredores logísticos do Brasil. A Via Dutra é um deles.

Entre as obras entregues na rodovia, destaca-se a expansão das pistas expressas ao longo de 24 quilômetros entre o Aeroporto Internacional de Guarulhos e a capital paulista. Novos viadutos ampliarão conexões com rodovias como a Hélio Smidt e a BR-381, além de uma ligação inédita com a ponte do Tatuapé.

Houve ainda a inauguração do Viaduto Papa Francisco, em Aparecida (SP). A obra elimina o cruzamento entre veículos e a linha férrea, contribuindo para o aumento da segurança viária e a melhoria da fluidez do tráfego, com benefícios diretos para moradores e para os cerca de 150 milromeiros que visitam anualmente o Santuário Nacional. O eixo ainda abrange melhorias em complexos viários que expandem a ligação da rodovia à malha urbana paulista.

Entre os leilões de rodovias paulistas realizados em 2025, destaca-se o da Rodovia Fernão Dias, eixo vital entre São Paulo e Belo Horizonte, passa por uma transformação robusta: o novo contrato projeta quase R\$ 15 bilhões ao longo de 15 anos. As obras incluem intervenções voltadas à segurança viária, à ampliação da capacidade e a melhorias estruturantes, com potencial de gerar cerca de 137 mil empregos.

Minas Gerais: o estado encerrou 2025 com um recorde de leilões, totalizando quatro certames que somam R\$40 bilhões em investimentos. Desde que o ministro Renan Filho assumiu a pasta, em 2023, Minas Gerais passou a liderar o número de concessões rodoviárias, com sete leilões realizados em menos de três anos, que já somam cerca de R\$ 63 bilhões em investimentos privados aplicados em estradas estratégicas, como as BRs-040, 381 e 262.

Detentor da maior malha rodoviária do país — com mais de 272 mil quilômetros de estradas que conectam as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste —, o estado é passagem obrigatória para grande parte da produção nacional e um elo essencial da logística brasileira.

Também foi em 2025 que o Governo Federal investiu R\$ 120 milhões no Anel Rodoviário de Belo Horizonte e entregou duas novas pontes na BR-265, que é uma via transversal com 916 quilômetros de extensão, considerada uma das principais rodovias do Sul de Minas. A estrada tem papel estratégico para o transporte de café, batata e hortaliças.

A BR-135 passou a receber diversas obras de pavimentação e recuperação de trechos estratégicos, enquanto a BR-040 contou com ações para facilitar a ligação entre o Centro-Oeste e o Sudeste.

Rio de Janeiro: a nova concessão da BR-040/495, ligação estratégica entre a capital fluminense e Juiz de Fora (MG), garantiu R\$ 8,8 bilhões em obras de modernização, duplicação e aumento de capacidade, retomando intervenções paradas há muito tempo. O aporte vai beneficiar os mais de 49 mil motoristas que trafegam diariamente pelo trecho com faixas adicionais, vias marginais, túneis, passarelas, ciclovias, pontos de ônibus e um Ponto de Parada e Descanso (PPD).

No trecho da Autopista Fluminense, a BR-101 teve assegurados R\$ 10,18 bilhões para modernizar um total de 322,10 quilômetros, da divisa do Rio de Janeiro com o Espírito Santo ao entroncamento com a Ponte Presidente Costa e Silva, em Niterói.

No quesito ferrovias, o Ministério dos Transportes apresentou o primeiro projeto de Chamamento Público no setor. O Corredor Minas-Rio, que inclui a ferrovia entre Angra dos Reis (RJ) e Varginha (MG), será o primeiro projeto estruturado com base na Lei das Ferrovias, nº 14.273/2021.

O empreendimento dará sequência à estratégia do Ministério dos Transportes de ampliar a malha ferroviária nacional e de criar um ambiente mais atrativo e previsível para novos investimentos no setor.

Espírito Santo: o principal destaque no estado foi o avanço da concessão da Estrada de Ferro EF-118 (conhecido como Anel Ferroviário do Sudeste), com a aprovação, pelo Ministério dos Transportes, do plano de outorga do projeto. A iniciativa abre caminho para a implantação de um novo eixo ferroviário ligando Santa Leopoldina (ES) a São João da Barra (RJ), com extensão de 246 quilômetros, aproximadamente, intensificando a conexão logística entre os dois estados e estendendo o acesso a importantes complexos portuários da região. O modelo adotado, que conta com a participação inédita da União, também possibilita expansões futuras da malha ferroviária. O leilão deverá acontecer em julho deste ano.

O estado também conta com a repactuação do contrato com a Ecovias Capixaba, que permitiu obras de reforço de pavimento, aumento de capacidade, novas soluções de segurança e tecnologias de monitoramento.

As entregas realizadas pelo Ministério dos Transportes na região Sudeste, em 2025, não resultam apenas na transformação da malha viária brasileira. A pasta entregou desenvolvimento regional e mais segurança, crescimento, qualidade de vida e oportunidades para o povo brasileiro.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 08/01/2026

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A DRAGAGEM DO TAPAJÓS E A LOGÍSTICA DO ARCO NORTE

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A publicação do edital para a dragagem de manutenção da Hidrovia do rio Tapajós, no Pará, é um movimento estratégico para garantir a eficiência do Arco Norte e uma resposta pragmática aos desafios impostos pela sazonalidade amazônica. Com um investimento previsto de R\$ 74,8 milhões via Novo PAC, a intervenção no trecho entre Santarém e Itaituba visa a assegurar que o transporte de cargas e passageiros não seja refém das oscilações de profundidade que caracterizam os períodos de estiagem. A iniciativa, coordenada pelo Ministério de Portos e Aeroportos e executada pelo Dnit, insere-se no Plano Anual de Dragagem de Manutenção Aquaviária (Padma) como um pilar de sustentabilidade logística.

O rio Tapajós consolidou-se como um corredor vital para o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste, servindo de conexão para as Estações de Transbordo de Cargas (ETCs) que alimentam os portos exportadores. A garantia de navegabilidade plena ao longo de todo o ano é a única via para conferir previsibilidade aos contratos internacionais e reduzir os prêmios de risco associados à logística da região Norte.

A remoção técnica de sedimentos nos pontos críticos de deposição permite que as embarcações operem com calados máximos, otimizando a capacidade de transporte e diluindo os custos operacionais por tonelada movimentada. No cenário competitivo global, a redução de custos logísticos no Tapajós traduz-se em maior competitividade para o agronegócio e para a indústria nacional.

A manutenção da hidrovia também ajuda na mitigação de riscos de sinistros e encalhes, que, além dos prejuízos econômicos, podem causar danos ambientais severos em ecossistemas sensíveis. O modal aquaviário, reconhecido por sua menor pegada de carbono em comparação ao rodoviário, só atinge seu pleno potencial de sustentabilidade quando amparado por uma infraestrutura de navegação confiável e segura.

A realização da sessão pública para a abertura das propostas nesta quinta-feira, dia 8, marca o início de uma fase operacional que deve ser pautada pelo rigor técnico e pela transparência. A previsibilidade assegurada por contratos de manutenção de longo prazo evita que o setor produtivo seja surpreendido por interrupções forçadas na navegação, permitindo um planejamento logístico mais robusto para as próximas safras.

A dragagem no Tapajós não deve ser vista como uma obra isolada, mas como parte de um sistema integrado de transportes que exige vigilância constante. O fortalecimento das hidrovias é o caminho mais eficiente para descongestionar as rodovias brasileiras e consolidar o Brasil como uma potência logística moderna. A manutenção da navegabilidade é, em última análise, um investimento na resiliência da economia nacional e na integração regional da Amazônia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - PORTO DE SÃO SEBASTIÃO LEVANTA ÂNCORAS. PREPARA-SE PARA ZARPAR



FREDERICO BUSSINGER

Consultor, engenheiro e economista. Ex-diretor da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), ex-presidente da Docas de São Sebastião e ex-secetário-executivo do Ministério dos Transportes
opinioao@portalbenews.com.br

***“Não importa a cor do gato,
desde que ele cace/coma ratos”
[Deng Xiao Ping]***

***“Mudanças negociadas somente têm início
quando os negociadores passam a enxergar,
claramente, a próxima etapa”
(Henry Kissinger)***

Sim, poderia ter sido mais rápido. Sim, havia como se evitar tantos zigue-zagues. Mas a boa notícia é que o Governo promoveu mudanças estruturais (profundas) na modelagem e alinha a proa do Porto de São Sebastião (SP) – PSS numa rota mais aderente às necessidades da logística brasileira para um próximo ciclo de desenvolvimento. Inclusive para solução de gargalos que batem à porta. Em paralelo, aparentemente, reduziu o potencial de conflitos de interesse, claramente explicitados no passado recente. E isso deve ser registrado; deve ser saudado!

A saga do PSS não é recente: com obrigação de expansão e modernização, ele foi delegado pela União ao Estado de São Paulo em 15/JUN/2007 (há 18 anos, portanto!). O EIA/RIMA do “Plano Integrado Porto-Cidade – PIPC” foi protocolado no Ibama em setembro de 2009. Longas e concorridas audiências públicas, para licenciamento ambiental, foram realizadas em dezembro de 2011: uma em São Sebastião, outra em Ilhabela. Dois anos depois o Ibama, já levando em conta manifestações dos diversos intervenientes federais, estadual e municipais, emitiu (pg.75) a Licença Prévia LP nº 474/2013 (Processo nº 02001.005403/2004-01).

Mas para ficar apenas no passado recente, nos últimos seis anos, desde que o PSS foi qualificado pelo PPI para desestatização, em 2019 (Decreto nº 9.972/19; Decreto nº 10.894/21; Decreto nº 11.909/2024), já foi pensado em concedê-lo (como um todo) e em arrendá-lo, de forma unificada e

fragmentadamente (neste caso, com foco em granéis). modelado junto e separado ao Porto de Santos. Foi qualificado e posteriormente requalificado. Passou por um longo e rico webinar (OAB/São Sebastião – 30/SET/20; ainda antes de se conhecer a modelagem) e por duas audiências públicas (AP) formais: uma em 7 de fevereiro de 2022 (após suspensão judicial da convocação, e posterior revogação) e, já no atual governo, em 18 de novembro de 2024. Agora a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) vem de publicar aviso para mais uma audiência e consulta pública/CP (AP-07/2005-SSB-001), com prazo para contribuições até o dia 27 deste mês e audiência presencial a ser agendada.

New look

Após tantas idas e vindas, recomeços e paralizações, a guinada agora dada pelo Governo deve ser saudada ao menos por meia dúzia de razões:

Aceleração do processo: o leilão do PSS estava previsto para ocorrer apenas após o do Tecon-10 (Porto de Santos). Talvez pelas incertezas que se avolumavam no segundo semestre do ano passado, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, achou por bem bater o martelo e anunciar o leilão do PSS para março deste ano. Aliás, tais incertezas não estão totalmente dissipadas, vez que parte do decidido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) é de “recomendações”: há que se saber se, quais e de que forma o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor)/Antaq as acatará. Depois, haverá “controle de qualidade” do TCU, antes da publicação do edital? Sem falar na sempre presente “Espada de Dâmocles” da judicialização; aliás, já antecipada por alguns interessados. Faz sentido, pois, desvincular-se os processos do PSS e do Tecon-10!

Contêineres: Era incompreensível, injustificável que um dos melhores sítios portuários do planeta, com área abrigada e canal natural de mais de 20/25 metros de profundidade, fosse “desperdiçado” e o futuro do porto fosse “condenado” a focar-se na movimentação de navios para os quais bastariam 12, 10 metros ou menos. Pior ainda: com a justificativa de que contêineres era apenas uma opção no modelo, porque “eles não foram encontrados no hinterland do PSS” (ou frase similar)! Ainda bem que eles foram localizados em curto espaço de tempo, levando a uma reconfiguração estrutural do projeto, que passou a ter contêineres como seu carro-chefe: o novo estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (Evtea) divulgado aponta uma movimentação mínima contratual (MMC) de 989.380 TEUs/ano (Cláusula 7.1.2.1 da Minuta de Contrato – com capacidade dinâmica de 1,35 MTEUs/ano – 7.1.2.2) quando totalmente implantado o terminal. Possivelmente essa seja uma projeção subestimada mas, como esse indicador é apenas a MMC, na prática não se trata de um limitador.

Arranjo: Para além de aspectos técnicos e ambientais, uma das dificuldades que enfrentavam os modeladores e decisores era a necessária compatibilização de contêineres (vocação óbvia do PSS!) com as cargas nele consolidadas ao longo de mais de meio século. Também de trabalhadores portuários avulsos (TPA) e operadores estabelecidos com o(s) novo(s) operador(es); em princípio com maior estrutura empresarial e poder econômico. Isso ficou bem claro, tanto na recente audiência pública como naquela realizada pela Comissão de Viação e Transportes – CVT da Câmara dos Deputados em 27 de maio de 2025 para discutir o futuro do PSS. Mobilizações, manifestos, audiências com decisores e formadores de opinião (explícitas e reservadas) são igualmente evidências do conflito de interesses. Seguem havendo preocupações, insatisfações (o destino de TPAs e operadores estabelecidos após os 10 anos de garantia do berço público, p.ex), e falta de clareza sobre alguns pontos (fonte de custeio para dragagem dos berços interiores pela Autoridade Portuária; p.ex), que muito provavelmente serão objeto de contribuições na CP/AP. Mas, aparentemente, o arranjo proposto reduz as distâncias dos interesses antagônicos e abre janela para uma solução de compromisso que minimize eventuais resistências e protelações de investimentos, estimados em R\$ 2,5 bilhões (Anexo C2), e, certamente, da geração de centenas/milhares de postos de trabalho, diretos e indiretos, no Litoral Norte. Aprendi com o ex-ministro Alberto Goldman: “Procuro agradar a todos. Não sendo possível (nunca é!), busco desagradar a todos um pouquinho”.

Projeto: Além da alteração funcional (foco em contêineres, antes granéis), os 426.949 m² (2.1.1), ora ofertados, representam quase o dobro da área anterior – esta da ordem de grandeza apenas da área mínima agora prevista para o pátio de contêineres: 253.361 m² (7.1.2.2.iii). Por outro lado, tanto



a área prevista como a funcionalidade definida para o projeto atual são muito similares ao do que foi licenciado pela LP nº 474/2013. É verdade que o prazo daquela LP já expirou mas, imagina-se, percorrer-se um caminho já percorrido, e concluído exitosamente, deve ser mais rápido e menos trabalhoso do que foi da primeira vez; não? Vale lembrar que a LP é a primeira etapa de um licenciamento trifásico, aprovando a localização e concepção do empreendimento e atestando sua viabilidade ambiental.

Modelo: O leiaute anterior era bem fragmentado, as exigências e condicionantes, bastante rígidos, inclusive quanto ao cronograma de implementação. Se as funcionalidades, o “o que” fazer, estão agora redefinidas em grandes linhas, a flexibilidade quanto ao “como” é bem maior no novo projeto; algo a ser detalhado no Plano Básico de Implantação – PBI (Apêndice-3), bem adequado a um empreendimento em grande parte “greenfield”, o que deve ser um fator a mais para atração de potenciais arrendatários. A propósito, sabe-se que os principais interessados no Tecon-10 também estão a estudar o PSS!

Nova consulta e audiência pública: Na verdade, têm-se um novo projeto, um novo modelo. Fez bem o MPor/Antaq em submetê-los a um novo escrutínio da sociedade e do mercado, como uma vacina a críticas a processos congêneres nos quais foram introduzidas mudanças significativas. E, até mesmo, reduzir riscos de eventuais judicializações.

Difícil entender... mas deixa pra lá!

Salvo engano, apesar da similaridade funcional, nenhum dos documentos disponibilizados faz menção à LP de 2013. Tampouco aos documentos e processos que resultaram nela. Como se nunca tivessem existido!

Apesar do PSS ter passado a ser visto como “alternativa” a Santos, alguns ainda seguem tratando-os como “complementares”, como mencionado na nota técnica do Mpor e, ainda por cima, meticulosa e cuidadosamente justificado. Por que não se tem notícia de igual preocupação quando se dão autorizações e/ou se aprovam expansões de terminais de contêineres contíguos a arrendamentos em portos organizados?

Durante as sessões do TCU que discutiram o Tecon-10, ao tratar de gargalos e de “falta de capacidade de contêineres”, alguns portos foram lembrados; p.ex, Itajaí (SC): PSS não. Nos últimos meses, no contexto da “solução dos gargalos de contêineres”, a imprensa destacou expansões da DPW – SP, da Portonave (SC) e de Itapoá (SC), novos projetos como Porto Meridional (RS) e a joint venture entre a Hapag-Lloyd e a Imetame (ES). PSS não foi lembrado!

Curioso, pois a profundidade que buscam Santos e Itajaí, com dragagens, já é disponível no PSS: profundidade natural e “dragagem-free”. A estrutura de abrigo que a Imetame está construindo e o Porto Meridional projeta já existe no PSS. Um novo acesso rodoviário (necessário), que se anuncia para a Baixada Santista, foi recentemente inaugurado no Litoral Norte (que talvez nem seja plenamente utilizado, vez que parte dos contêineres a serem ali movimentados nem deve sair do porto; mas reembarcada por “transhipment”: PSS pode ser um tipo do que Algeciras é para o Mediterrâneo).

Difícil assim entender-se o porquê o PSS, ao invés de uma joia da coroa (exagero? cabotinismo?) vinha sendo tratado como time da Série B (ou C) do futebol. E mais: por que se bate bumbo para projetos bem mais acanhados, e não para um empreendimento que pode enfrentar a “falta de capacidade” de que tanto se fala? E que pode ser uma alternativa logística para o Sudeste brasileiro?

Mas, pensando bem, talvez seja mesmo melhor ficar longe das luzes da ribalta; mormente em um ano eleitoral: o importante é que o modelo seja fechado com a CP/AP e aprovado; o leilão seja realizado, o contrato assinado e a implementação do projeto seja iniciada o mais breve possível. Que o gato cace/coma ratos!

APÓS TANTAS IDAS E VINDAS, RECOMEÇOS E PARALIZAÇÕES, A GUINADA AGORA DADA PELO GOVERNO DEVE SER SAUDADA AO MENOS POR MEIA DÚZIA DE RAZÕES

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 08/01/2026

ESPECIAL - A QUEDA DE MADURO - EUA APREENDEM NAVIOS-PETROLEIROS LIGADOS À VENEZUELA

A suspeita é de que as embarcações descumpriram sanções comerciais determinadas pelo governo norte-americano

Do Estadão Conteúdo



O navio Marinera já era sancionado desde 2024 por supostamente contrabandear carga para uma empresa ligada ao grupo militante libanês Hezbollah

As Forças Armadas dos Estados Unidos interceptaram e apreenderam dois navios-petroleiros durante uma operação em alto-mar. De acordo com informações divulgadas pelas autoridades norte-americanas, as embarcações foram abordadas em águas internacionais com base em uma ordem

expedida por um tribunal federal do país.

Os navios são suspeitos de descumprir sanções comerciais determinadas pelo governo norte-americano, o que motivou o cumprimento do mandado judicial.

Os EUA vinham perseguindo um dos petroleiros, de bandeira russa, desde o mês passado, depois que ele tentou escapar de um bloqueio americano a navios de petróleo sancionados na Venezuela. O navio foi sancionado em 2024 por supostamente contrabandear carga para uma empresa ligada ao grupo militante libanês Hezbollah.

A Guarda Costeira dos EUA tentou abordá-lo no Caribe em dezembro, quando ele se dirigia para a Venezuela. A embarcação recusou a abordagem e seguiu pelo Atlântico. O navio, antes conhecido como Bella 1, foi renomeado Marinera e registrado na Rússia, segundo mostram as bases de dados de transporte marítimo.

A ação desta quarta-feira teve suporte europeu para interceptar o Marinera. O Ministério da Defesa do Reino Unido afirmou ter apoiado os esforços dos Estados Unidos para apreender um petroleiro de bandeira russa no Atlântico Norte, inclusive com aeronaves da força aérea. Em comunicado, o secretário de Defesa britânico, John Healey, afirmou que a ação fez parte dos esforços globais para reprimir a violação de sanções.

“Este navio, com um histórico nefasto, integra um eixo russo-iraniano de evasão de sanções que alimenta o terrorismo, conflitos e sofrimento do Oriente Médio à Ucrânia. O Reino Unido continuará intensificando suas ações contra a atividade da frota paralela para proteger nossa segurança nacional, nossa economia e a estabilidade global, tornando a Grã-Bretanha segura em casa e forte no exterior.”

M/T Sophia

Já a outra embarcação envolvida na operação foi o navio-tanque M/T Sophia, localizado nas proximidades do Caribe. Segundo o Comando Sul das Forças Armadas dos Estados Unidos, o navio atuava em águas internacionais e estava envolvido em práticas consideradas ilegais.

Ainda de acordo com o órgão militar, após a interceptação, a embarcação também foi conduzida sob escolta da Guarda-Costeira norte-americana até território dos Estados Unidos, onde está à disposição das autoridades competentes.

A apreensão dos petroleiros ocorreu quatro dias depois da incursão em Caracas que capturou o ditador da Venezuela Nicolás Maduro e sua esposa, Cilia Flores. Após a captura do ditador deposto, funcionários do governo Trump afirmaram que continuariam a apreender navios sancionados ligados ao país latino.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

ESPECIAL - A QUEDA DE MADURO - DEZENAS DE EMBARCAÇÕES CONSEGUIRAM ROMPER O BLOQUEIO AMERICANO

Do Estadão Conteúdo

Apesar dos navios-petroleiros apreendidos nesta quarta-feira, mais de uma dezena de embarcações conseguiram romper o bloqueio marítimo americano e deixar as águas venezuelanas, segundo o jornal The New York Times.

O jornal americano informou que, durante semanas, os navios foram vistos por imagens de satélite atracados em portos da Venezuela. No entanto, no sábado, 3, após a captura de Maduro, todos desapareceram.

Posteriormente, quatro embarcações foram rastreadas a 48 quilômetros da costa venezuelana, na direção leste. Segundo o NYT, os petroleiros navegavam com nomes falsos e falsificavam suas localizações táctica conhecida como spoofing. Eles deixaram o porto sem autorização do governo interino de Delcy Rodríguez, de acordo com comunicados internos da estatal petrolífera venezuelana e fontes do setor, que não tiveram suas identidades reveladas.

Os outros 12 navios desaparecidos não estão emitindo sinais e ainda não foram localizados em novas imagens.

O bloqueio unilateral aos petroleiros venezuelanos foi anunciado pelo presidente americano Donald Trump em 16 de dezembro. Segundo o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, a medida foi uma das maiores “quarentenas” da história moderna e paralisou a capacidade do regime de Maduro de gerar receita. A empresa americana Crevron não foi afetada pela decisão.

“A quarentena está, na prática, focada em embarcações clandestinas sancionadas que transportam petróleo venezuelano também sancionado”, disse um funcionário americano ao NYT no domingo, 4.

Até o momento, os EUA já confrontaram quatro navios que tentavam transportar petróleo venezuelano. Além dos dois desta quarta, em 10 de dezembro, o Skipper foi interceptado e apreendido pela Guarda Costeira, quando seguia para a China. Já em 20 de dezembro, o Centuries foi interceptado e abordado, mas não chegou a ser apreendido.

Ao todo, quinze navios estão sob sanções dos EUA por transportarem petróleo iraniano e russo. Segundo o NYT, pelo menos três deles estavam próximos ao deixarem as águas venezuelanas na mesma direção, o que sugere algum tipo de coordenação. O jornal afirma que a estratégia de fuga se baseou em engano e saturação do território.

As técnicas usadas para burlar as sanções fazem parte de um arsenal de enganos de um grupo informal de petroleiros ilegais conhecido como “frota fantasma”, segundo o NYT. Entre as táticas estão a pintura do casco com nomes de embarcações desativadas e a falsificação de localização, fazendo com que pareçam estar em outro lugar.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

ESPECIAL - A QUEDA DE MADURO - EUA ANUNCIAM PLANO DE TRANSIÇÃO EM TRÊS FASES

Segundo o secretário de Estado Marco Rúbio, os EUA querem a estabilização da Venezuela para recuperar a economia e a democracia

Do Estadão Conteúdo



O secretário de Estado americano, Marco Rubio disse que a Venezuela entende que precisa cooperar com o governo Trump

O secretário de Estado americano, Marco Rubio, disse nesta quarta-feira, 8, que a Casa Branca terá um plano de transição em três fases para a Venezuela. A estratégia americana, segundo o diplomata, consiste primeiro na estabilização do país, seguida da recuperação da economia e uma transição para a democracia.

Rubio detalhou o plano à imprensa americana após uma reunião com senadores de ambos os partidos no Capitólio, em Washington, da qual também participou o secretário de Defesa, Pete Hegseth. A reunião serviu para prestar contas ao Congresso sobre a operação que levou à prisão do ditador Nicolás Maduro.

Segundo ele, a aquisição e venda de até 50 milhões de barris de petróleo que eram alvo de sanções, anunciada na terça-feira, 6, pelo presidente Donald Trump, faz parte desse plano inicial de estabilização.

Rubio disse que a Casa Branca tem uma “tremenda influência” sobre a liderança interina da Venezuela, com habilidade para controlar o que eles fazem ou são capazes de fazer.

Ainda de acordo com Rubio, isso é possível graças não só à prisão de Maduro e à ameaça sobre outras lideranças chavistas como também ao bloqueio parcial das exportações de petróleo venezuelano.

Para ele, a Venezuela entende que precisa cooperar com o governo Trump e que existe um processo em curso após a derrubada do ditador. “Obviamente isso será um processo de transição e no fim caberá ao povo venezuelano decidir pelas transformações em seu próprio país”, disse Rubio a repórteres.

O secretário disse que já há progressos e cita como exemplo o acordo anunciado pelo presidente Donald Trump de que a Venezuela vai entregar até 50 milhões de barris de petróleo ao país americano. “Já estamos vendo como as vantagens que os EUA têm sobre as autoridades venezuelanas irão levar a um resultado positivo”, acrescentou.

Questionado sobre a duração do envolvimento americano, Rubio disse que haviam se passado apenas quatro dias desde a prisão de Maduro e acrescentou que a transformação a longo prazo do país dependeria, em última instância, do povo venezuelano.

A renda obtida com a venda do petróleo confiscado pelos EUA, ainda de acordo com o secretário de Estado, será usada de uma maneira que beneficie o povo venezuelano. “Já estamos vendo progresso com este novo acordo que foi anunciado, e outros acordos virão”, disse ele, sem fornecer detalhes sobre os acordos adicionais.

Acesso

A fase de recuperação, disse Rubio, visa garantir que empresas americanas, ocidentais e de outros países tenham acesso ao mercado venezuelano.

“Ao mesmo tempo queremos iniciar o processo de reconciliação nacional na Venezuela, para que as forças de oposição possam ser anistiadas e libertadas das prisões ou trazidas de volta ao país e começar a reconstruir a sociedade civil”, disse ele.

“Essas fases podem acontecer ao mesmo tempo em algum momento. Teremos mais detalhes nos próximos dias, mas sentimos que estamos avançando de uma forma muito positiva”, disse ele.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

ESPECIAL - A QUEDA DE MADURO - DECISÕES NA VENEZUELA SÃO DITADAS PELOS NORTE-AMERICANOS

País terá de comprar apenas produtos feitos nos EUA com o dinheiro recebido em ‘acordo’ sobre o petróleo

Do Estadão Conteúdo

A secretária de imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, afirmou que o governo do presidente Donald Trump mantém “contato bem próximo” com autoridades interinas da Venezuela. Segundo ela, durante coletiva de imprensa nesta quarta-feira, 7, a administração americana está em “correspondência direta” com essas autoridades e deixou claro que “suas decisões continuarão a ser ditadas pelos EUA”, sem entrar em detalhes.

Leavitt disse que o envio de petróleo da Venezuela para os Estados Unidos foi um acordo bilateral e que Washington está “trabalhando com o país sul-americano e com a indústria petrolífera em um acordo”. De acordo com a porta-voz, o petróleo que será enviado é óleo anteriormente sancionado e que o país já começou a comercializar petróleo venezuelano, que chegará “muito em breve aos EUA”.

Ainda segundo Leavitt, “os recursos do petróleo venezuelano serão liquidados em bancos dos EUA e os fundos serão distribuídos a critério dos Estados Unidos”. A secretária de imprensa classificou a iniciativa como “um projeto de longo prazo dos EUA”.

Questionada sobre segurança, Leavitt afirmou que não há mais militares americanos em território venezuelano, mas destacou que o presidente “reserva o direito de usar o Exército dos EUA, se necessário”. Ela também disse que os EUA “farão cumprir todas as sanções” em casos como o de um navio-tanque apreendido, ao mesmo tempo em que estão “revertendo seletivamente” sanções contra a Venezuela.

A porta-voz da Casa Branca ainda salientou que os EUA “permitirão a venda de petróleo bruto e derivados venezuelanos no mercado” e que Trump se reunirá com executivos do setor petrolífero na sexta-feira, dia 9.

Inclusive, o presidente dos EUA disse que a Venezuela comprará apenas produtos feitos em território americano com o dinheiro recebido em acordo para petróleo. As compras incluirão produtos agrícolas e medicamentos americanos, equipamentos médicos e para utilização na melhora da rede elétrica e de unidades de energia, disse Trump em registro na Truth Social nesta quarta-feira.

“Em outras palavras, a Venezuela está comprometida a fazer negócios tendo os EUA como seu principal parceiro”, afirmou o líder americano na plataforma de mídia social.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

ESPECIAL - A QUEDA DE MADURO - DELCY TROCA CHEFE DE SEGURANÇA E MINISTRO DA ECONOMIA

Mudanças foram feitas após Donald Trump anunciar o acordo para o envio de petróleo venezuelano aos EUA

Do Estadão Conteúdo



A presidente da Venezuela, Delcy Rodríguez, voltou a negar que esteja seguindo ordens norte-americanas

Em seus primeiros dias como presidente interina da Venezuela, Delcy Rodríguez anunciou um novo chefe de segurança e uma mudança no Ministério da Economia. No final da noite da terça-feira, 6, ela nomeou o general Gustavo González López como novo chefe da Guarda de Honra Presidencial e da Direção Geral de Contrainteligência Militar (DGCIM), informou uma rede de TV estatal.

López está sob sanções dos Estados Unidos e da União Europeia por acusações de violações de direitos humanos e de vigilância de opositores políticos, inclusive durante protestos antigoverno em 2014. Além dele, pelo menos meia dúzia de funcionários do alto escalão do país respondem por acusações semelhantes.

Anteriormente, o general atuou como diretor de inteligência da Venezuela até meados de 2024, quando foi substituído por ordem de Nicolás Maduro, em uma reformulação de seu gabinete e da equipe de segurança.

Mais tarde naquele ano, López passou a trabalhar com Rodríguez como chefe de assuntos estratégicos e de controle na estatal petrolífera PDVSA. Agora ele substitui o general Javier Marcano Tábara, que também está sob sanções dos EUA e cujo desempenho passou a ser questionado após a captura de Maduro.

O novo chefe de segurança era considerado próximo de Diosdado Cabello, Ministro do Interior, Justiça e Paz da Venezuela desde 2024, pasta que controla serviço de inteligência do Estado. Porém, ainda não está claro se a nomeação representa um gesto de apoio ao dirigente ou um sinal de ruptura.

Mudança na economia

Na esteira dessas reformulações, Rodríguez anunciou, também na terça-feira, a nomeação de Calixto Ortega, ex-presidente do Banco Central, como vice-presidente da Economia. Ele substitui justamente a presidente interina no cargo que ela acumulava com a liderança do Ministério de Hidrocarbonetos antes da operação militar norte-americana.

Além do BC, Ortega ocupou cargos diplomáticos e financeiros da Venezuela e tem experiência na indústria do petróleo. Segundo Delcy Rodríguez, o objetivo da nomeação é fortalecer a produção nacional e a soberania alimentar.

Ela também reiterou a meta de consolidar os resultados de 2025 e avançar mais, ao citar a estimativa de crescimento de 6,5% da Cepal para o último ano.

Segundo informações da Agence France-Presse, a Venezuela enfrentou uma desvalorização da moeda local de quase 500%, o que acende um alerta de uma hiperinflação.

Em contrapartida, especialistas melhoraram suas perspectivas para 2026 com Delcy Rodríguez à frente do governo, observa a AFP.

Essa perspectiva é justificada porque Delcy assumiu as rédeas da política econômica durante os anos da crise mais profunda, quando flexibilizou controles e despenalizou o uso do dólar.

Acordo por petróleo

As medidas foram divulgadas após Donald Trump comunicar que o país concordou em enviar entre 30 e 50 milhões de barris de petróleo “de alta qualidade” aos Estados Unidos.

A presidente interina assume o governo sob a lupa de Donald Trump, que ordenou o bombardeio a Caracas que levou à captura de Maduro e sua esposa, Cilia Flores, acusados de narcotráfico nos Estados Unidos.

O republicano manifestou interesse nas reservas de petróleo da Venezuela. E na terça-feira, 6, Trump usou as redes sociais para comunicar que o governo interino da Venezuela concordou em enviar entre 30 e 50 milhões de barris de petróleo “de alta qualidade” ao país.

“Esse petróleo será vendido a preço de mercado, e o dinheiro será controlado por mim, como presidente dos Estados Unidos, para garantir que seja usado em benefício do povo da Venezuela e dos Estados Unidos”, disse em publicação na Truth Social, rede criada pelo próprio governante.

Segundo ele, o plano será executado pelo secretário de Energia, Chris Wright, e o petróleo será transportado por navios de armazenamento aos terminais de descarregamento nos Estados Unidos.

Em contrapartida, a presidente interina Delcy Rodríguez, afirmou na terça-feira, que “nenhum agente externo” governa o país. “O governo de Venezuela vigora em nosso país, e mais ninguém, não há agente externo que governa Venezuela”, em um discurso televisionado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

ESPECIAL - A QUEDA DE MADURO - ESTATAL DIZ NEGOCIAR PETRÓLEO COM OS EUA NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS

De acordo com a PDVSA, o processo se desenvolve sob esquemas semelhantes aos vigentes com empresas internacionais

Do Estadão Conteúdo

A estatal venezuelana PDVSA disse que está em negociação com os Estados Unidos para a venda de volumes de petróleo no “contexto das relações comerciais existentes entre os dois países”, em comunicado divulgado nesta quarta-feira, 7.

De acordo com a PDVSA, o processo “se desenvolve sob esquemas semelhantes aos vigentes com empresas internacionais, como a Chevron”, e está estruturado como uma transação estritamente comercial.

A companhia ressalta ainda que as negociações são conduzidas com critérios de legalidade, transparência e benefício para ambas as partes, conforme detalhado no comunicado oficial.

Na terça-feira, o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou que a Venezuela enviaria de 30 a 50 milhões de barris de petróleo ao país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

INFRAESTRUTURA - B3 BATE RECORDE HISTÓRICO DE LEILÕES DE CONCESSÕES EM 2025

Com 75 certames realizados, bolsa concentra a maior carteira de projetos de infraestrutura do país e reúne contratos que somam R\$ 243,8 bilhões em investimentos previstos Da Redação redacao.jornal@redebeneuws.com.br

A B3 encerrou 2025 com o maior volume de leilões de concessão de sua história, consolidando o ano como um marco para o mercado brasileiro de infraestrutura. Ao longo do período, a bolsa de valores de São Paulo realizou 75 leilões, superando com folga o desempenho de 2024, quando

havia sido promovidos 64 certames. Os contratos firmados em 2025 somam R\$ 243,8 bilhões em investimentos previstos, frente aos R\$ 180 bilhões contratados no ano anterior.



Segundo a B3, os leilões realizados no ano passado resultaram na concessão de 98 ativos públicos à iniciativa privada, com expectativa de geração de até 1,6 milhão de empregos

Segundo a B3, os leilões realizados no ano passado resultaram na concessão de 98 ativos públicos à iniciativa privada. A expectativa associada a esses projetos é a geração de até 1,6 milhão de empregos diretos e indiretos, considerando as fases de implantação, operação e manutenção dos empreendimentos. Os certames abrangeram diferentes segmentos da infraestrutura e de serviços públicos, reforçando o papel da bolsa como principal plataforma para a realização de leilões de concessão no país.

SEGUNDO A B3, OS LEILÕES REALIZADOS NO ANO PASSADO RESULTARAM NA CONCESSÃO DE 98 ATIVOS PÚBLICOS À INICIATIVA PRIVADA. A EXPECTATIVA ASSOCIADA A ESSES PROJETOS É A GERAÇÃO DE ATÉ 1,6 MILHÃO DE EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS, CONSIDERANDO AS FASES DE IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS

O setor rodoviário concentrou a maior parte dos leilões realizados pela B3 em 2025. Foram 20 certames ao longo do ano, o dobro do registrado em 2024. Os contratos assinados nesse segmento preveem investimentos de R\$ 106,6 bilhões, destinados a obras de duplicação, ampliação de capacidade, modernização da infraestrutura existente e melhoria de serviços associados às rodovias concedidas.

O saneamento básico também teve participação relevante no conjunto de leilões realizados no período. Ao todo, foram oito pregões no setor, com investimentos previstos de R\$ 44,5 bilhões. Os projetos envolvem serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, com contratos de longo prazo voltados à expansão da cobertura e à melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

No setor de energia, a B3 conduziu cinco leilões em 2025, que resultaram em R\$ 5,5 bilhões em investimentos contratados. Esses certames integram a agenda de contratação de novos empreendimentos e de ampliação da capacidade instalada, inserindo-se no contexto da expansão da infraestrutura de geração e transmissão no país.

O segmento portuário respondeu por sete leilões realizados na B3 ao longo de 2025, com investimentos totais de R\$ 5,9 bilhões. Entre esses certames, destacou-se o leilão do canal de acesso do Porto de Paranaguá (PR), considerado o maior investimento já contratado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) em leilões realizados na bolsa. O projeto também marcou um precedente no setor portuário nacional ao se tornar o primeiro canal de acesso brasileiro concedido por meio de leilão, ampliando o escopo de ativos portuários passíveis de concessão.

Outro conjunto de projetos que ganhou espaço em 2025 foi o de infraestrutura social. A B3 viabilizou oito leilões envolvendo ativos como hospitais, escolas e presídios, número mais que o dobro do registrado em 2024. Os investimentos previstos nesses certames somam R\$ 12,5 bilhões, ampliando o uso do modelo de concessões e parcerias público-privadas em áreas tradicionalmente associadas à prestação direta de serviços públicos.

Estratégia

O volume recorde de leilões realizados na B3 em 2025 ocorre em paralelo à estratégia do governo federal de ampliar o uso das concessões como instrumento para viabilizar investimentos privados em

infraestrutura. Em entrevista recente ao programa A Voz do Brasil, o ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou que, desde 2023, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva já realizou 22 leilões de concessão nas áreas sob responsabilidade da pasta, número bem superior aos seis leilões promovidos entre 2019 e 2022.

“Nós temos 22 leilões realizados no Brasil nesses três primeiros anos do governo do presidente Lula. Leilões muito importantes, que atraíram R\$240 bilhões em novos contratos”, afirmou o ministro. Segundo ele, os projetos contratados envolvem duplicação de rodovias, melhorias de capacidade, obras urbanas, sinalização e a implantação de pontos de parada e descanso para caminhoneiros. “Só para efeito de comparação, o governo passado, em quatro anos, fez seis leilões, enquanto o governo do presidente Lula, em três anos, fez 22”, acrescentou.

De acordo com Renan Filho, a expectativa é realizar outros 14 leilões de concessão rodoviária em 2026, de forma a encerrar o atual governo com um total de 36 leilões. “Nossa expectativa para 2026 é realizar outros 14 leilões de concessão rodoviária no Brasil, para encerrar o governo do presidente Lula com 36 novos leilões e com aproximadamente R\$ 400 bilhões de investimentos em infraestrutura rodoviária contratados”, disse. Para o ministro, a ampliação do uso das concessões permite acelerar investimentos em um contexto em que o Estado não consegue executar sozinho todos os projetos necessários.



De acordo com Renan Filho, a expectativa é realizar outros 14 leilões de concessão rodoviária em 2026, de forma a encerrar o atual governo com um total de 36 leilões

Setor portuário

A centralidade da B3 como ambiente para a realização dos principais leilões federais deve se manter em 2026, inclusive no setor portuário. Em dezembro, o Ministério de Portos e Aeroportos anunciou que o primeiro bloco de leilões de terminais portuários deste ano será realizado no dia 26 de fevereiro, na sede da bolsa, em São Paulo. O certame será conduzido pelo ministério em parceria com a Antaq e envolve quatro terminais localizados em Macapá (AP), Natal (RN), Porto Alegre (RS) e Recife (PE), com investimentos previstos de R\$ 229 milhões.

Ao anunciar o leilão, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que o governo dá continuidade ao programa de concessões portuárias iniciado em 2023. Segundo ele, desde o início do atual governo já foram realizados 26 leilões no setor, que somam R\$ 15,5 bilhões em investimentos contratados. “Estamos dando continuidade ao maior programa de concessões portuárias, com o leilão de terminais importantes das regiões Norte, Sul e Nordeste. Além de fortalecer o setor portuário, ampliando a capacidade e a eficiência da operação, estamos mantendo o propósito de descentralizar e promover o desenvolvimento regional”, afirmou.

O diretor-geral da Antaq, Frederico Dias, destacou que o primeiro bloco de leilões portuários de 2026 reflete uma estratégia de longo prazo para a infraestrutura aquaviária brasileira. Segundo ele, a atuação da agência busca garantir um ambiente regulatório seguro e eficiente, capaz de estimular investimentos, ampliar a capacidade dos portos e dar mais dinamismo à logística nacional.

Já o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, ressaltou na ocasião que o bloco anunciado chama atenção pela diversidade de cargas movimentadas, incluindo cereais, grãos, minerais e passageiros. Ele afirmou que o Ministério de Portos e Aeroportos já trabalha nos certames seguintes, entre eles o leilão do terminal de contêineres do Porto de Santos, o Tecon Santos 10, aprovado pelo Tribunal de Contas da União e previsto para março. Segundo Ávila, está programado para janeiro um roadshow com o objetivo de apresentar os projetos a potenciais investidores.

Terminais

Entre os terminais incluídos no bloco de fevereiro, o terminal de passageiros do Recife (TMP Recife), em Pernambuco, tem previsão de investimentos de R\$ 2,3 milhões e prazo de concessão de 25

anos. O projeto está inserido em um contexto mais amplo de fortalecimento de um circuito integrado de cruzeiros no Nordeste, que inclui também os terminais de Fortaleza (CE), Maceió e Salvador (BA).



Segundo o ministro Silvano Costa Filho, desde o início do atual governo já foram realizados 26 leilões no setor portuário, que somam R\$ 15,5 bilhões em investimentos contratados

No Porto de Santana, no Amapá, o terminal MCP01 é destinado principalmente ao escoamento da produção de grãos da região e de cavaco de madeira. O projeto prevê investimentos de R\$ 150,20 milhões ao longo de um período de concessão de 25 anos. Já o terminal POA26, localizado na Poligonal do Porto

Organizado de Porto Alegre, é voltado à movimentação e armazenagem de granel sólido, com investimentos estimados em R\$21,13 milhões e prazo de concessão de 10 anos.

Em Natal, o terminal NAT01 é destinado ao escoamento de granéis minerais, especialmente minério de ferro. O contrato prevê investimentos de R\$ 55,17 milhões e prazo de concessão de 15 anos, integrando o conjunto de projetos portuários voltados ao reforço da logística nas regiões Norte, Nordeste e Sul do país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

TRANSPORTES – HIDROVIAS - GOVERNO LICITA DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO NA HIDROVIA DO RIO TAPAJÓS

Edital prevê investimento de R\$ 74,8 milhões, com recursos do Novo PAC, em serviços entre Santarém e Itaituba

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Os serviços previstos no edital de licitação, publicado no dia 23 de dezembro, abrangem o trecho entre Santarém e Itaituba, considerado estratégico para a logística regional

O Governo Federal publicou edital de licitação para a contratação de empresa especializada na execução de serviços de dragagem de manutenção na Hidrovia do rio Tapajós, no Pará, no valor de R\$ 74,8 milhões. A

ação é coordenada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), com execução técnica do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), a iniciativa integra o Plano Anual de Dragagem de Manutenção Aquaviária (Padma) e tem como objetivo garantir condições adequadas de navegabilidade ao longo do ano, especialmente em períodos de maior restrição operacional.

Os serviços previstos no edital, publicado no dia 23 de dezembro, abrangem o trecho entre Santarém e Itaituba, considerado estratégico para a logística regional. A dragagem de manutenção busca aumentar a segurança da navegação, reduzir riscos de encalhe e assegurar mais previsibilidade às operações de transporte de cargas e passageiros.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvano Costa Filho, a manutenção da hidrovia é fundamental para o bom funcionamento da logística na região. “A dragagem de manutenção no rio Tapajós garante mais segurança na navegação, melhora a eficiência do transporte aquaviário e traz mais previsibilidade para quem depende da hidrovia no dia a dia”, afirmou.

Além de reforçar a segurança operacional, a dragagem de manutenção contribui para operações mais eficientes, com redução de custos logísticos e melhor aproveitamento do transporte aquaviário, que apresenta menor impacto ambiental quando comparado a outros modais.

A sessão pública para abertura das propostas está prevista para esta quinta-feira (8), às 15h, por meio da plataforma Compras.gov.br. O edital completo também está disponível para consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

TRANSPORTES - NAVEGAÇÃO / PORTOS - FMM DESTINA R\$ 6,6 BILHÕES A PROJETOS NAVAIS NO SUDESTE EM 2025

Recursos aprovados para 118 obras concentram-se no Rio de Janeiro e em São Paulo e têm potencial de gerar mais de 16,4 mil empregos diretos

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



O estado do Rio de Janeiro lidera o volume de recursos na região, com R\$ 5,5 bilhões, distribuídos em 91 obras, e previsão de geração de cerca de 9.910 empregos diretos

O Fundo da Marinha Mercante (FMM) destinou cerca de R\$ 6,6 bilhões em recursos para projetos na região Sudeste em 2025. No total, foram 118 obras aprovadas, com potencial de geração de mais de 16,4 mil empregos diretos. Os investimentos abrangem iniciativas de construção naval,

modernização e ampliação de estaleiros, infraestrutura aquaviária, além de docagem e reparo de embarcações de apoio marítimo, portuário e de cabotagem.

O estado do Rio de Janeiro lidera o volume de recursos na região, com R\$ 5,5 bilhões, distribuídos em 91 obras, e previsão de geração de cerca de 9.910 empregos diretos. Entre os destaques está o projeto da Cedro Participações S.A., voltado à construção do Terminal de Uso Privado (TEP), com investimento de R\$ 3,5 bilhões em infraestrutura aquaviária, responsável sozinho por quase 2.850 postos de trabalho.

Dentre os projetos que receberam investimentos na região estão a CBO Serviços Marítimos S.A., com Wilson Sons Offshore S.A., Posidonia Shipping & Trading LTDA, OceanPact Serviços Marítimos S.A. e Marlin Navegação S.A.

Os projetos dessas empresas são voltados principalmente à docagem, reparo e modernização de embarcações de apoio marítimo, essenciais para as operações offshore e para a manutenção da frota nacional. O estado ainda concentra investimentos relevantes em modernização e ampliação de estaleiros, como o projeto da Green Port Logística Portuária LTDA.

Já a cidade de São Paulo concentra R\$ 1,1 bilhão em investimentos do FMM, com 27 obras aprovadas e expectativa de geração de 6.570 empregos diretos. O principal destaque é a Wilson Sons Serviços Marítimos LTDA, responsável por projetos de construção e docagem de embarcações de apoio portuário, que somam mais de R\$ 1 bilhão em recursos priorizados. As iniciativas têm como objetivo melhorar a capacidade logística e operacional dos portos paulistas.

“O Sudeste exerce um papel estratégico no crescimento da indústria naval brasileira. Os investimentos refletem o compromisso do Governo Federal com a geração de empregos, o desenvolvimento regional e o fortalecimento da navegação e da infraestrutura portuária em todo o país”, destacou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Os recursos de R\$ 6,6 bilhões para a região Sudeste foram aprovados durante a 59ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), realizada em julho do ano passado. Segundo o ministro Silvío Costa Filho, desde 2023 já foram priorizados quase R\$ 70 bilhões em projetos navais pelo FMM, valor três vezes superior ao total aprovado durante os quatro anos da gestão anterior (2019 a 2022), que somou cerca de R\$ 23 bilhões.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

TRANSPORTES NAVEGAÇÃO / PORTOS - SANTOS: DRENAGEM ALTERA TRÁFEGO NA ALEMOA A PARTIR DE SEXTA-FEIRA

Intervenção da Autoridade Portuária de Santos quadruplica a vazão de águas pluviais e busca solucionar alagamentos crônicos na entrada da cidade

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Além da drenagem, as obras realizadas pela APS incluem a troca do atual calçamento de paralelepípedos por um piso asfáltico, visando contribuir para uma maior fluidez do tráfego

As obras de construção de um canal de drenagem nas imediações da rotatória da Alemoa, entre o final do viaduto Paulo Bonavides e a avenida Engenheiro Augusto Barata, provocam algumas alterações no tráfego de veículos a partir desta sexta-feira (9). Ao quadruplicar a capacidade atual de vazão de águas pluviais, a intervenção realizada pela Autoridade Portuária de Santos (APS) busca solucionar o problema crônico dos alagamentos na região da Alemoa, na entrada de Santos.

Desde o dia 20 de outubro, a APS constrói uma pista alternativa para o desvio do trânsito, pois as faixas de rolamento no sentido da saída do porto precisarão ser interditadas para a implantação do canal de drenagem. Com isso, a atual rotatória será suprimida (e, posteriormente, substituída por retornos nos dois sentidos), o que irá causar os seguintes desvios:

– Para os veículos vindos da Via Anchieta pelo viaduto Doutor Paulo Bonavides, com destino à Alamoia Industrial, será necessário pegar a primeira saída à direita, na rua Doutor Albert Schweitzer, retornando por debaixo do viaduto pela rua Augusto Scaraboto.

– Os veículos vindos do terminal da BTP com destinos em direção à Ponta da Praia terão de sair pela faixa da direita ao lado do viaduto e contornar a Alamoia Industrial pelas ruas Aurélio Batista Félix, dos Italianos e Doutor Albert Schweitzer atravessando à esquerda no semáforo para o viaduto Paulo Bonavides.

O desvio afeta o trânsito apenas no sentido da saída do porto – a pista alternativa é mais estreita que a atual, portanto com menor capacidade de escoamento, o que pode provocar algumas retenções de tráfego durante a realização das obras, que irão até janeiro de 2027. A pista no sentido da entrada no porto não será afetada pelos trabalhos.

A região da Alemoa é um dos maiores pontos críticos de Santos nos períodos de chuva, apresentando severos alagamentos, o que causa transtornos para a população local e para a operação portuária, com interrupções no tráfego de caminhões, ônibus e carros.

A pequena vala de drenagem hoje existente no final do viaduto mede 1,5 m x 1,5 m, sendo insuficiente para o escoamento das águas pluviais. Essa vala será substituída por um canal de 5 m de extensão por 2 m de largura, quadruplicando a atual capacidade de vazão. As obras serão a solução definitiva para o problema crônico dos alagamentos no local.

Além da drenagem, as obras realizadas pela APS incluem a troca do atual calçamento de paralelepípedos por um piso asfáltico, visando contribuir para uma maior fluidez do tráfego, visto que as três faixas de rolamento ficarão bem definidas. A rotatória será substituída por dois retornos com entrada livre, o que igualmente facilitará o trânsito dos veículos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

TRANSPORTES – PORTOS - GESTÃO TRANSITÓRIA DO PORTO DE ITAJAÍ É OFICIALIZADA SOB COMANDO DA CODEBA

Convênio firmado durante seminário estabelece bases da administração federal até a estruturação da nova docas catarinense

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A formalização da gestão transitória foi o principal marco de um seminário realizado no próprio porto, que reuniu autoridades federais, estaduais e trabalhadores portuários

O Porto de Itajaí (SC) iniciou oficialmente, na quarta-feira (7), uma nova etapa sob gestão federal com a formalização da administração transitória pela Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba). A medida foi oficializada com a assinatura de um convênio entre a Superintendência do Porto de Itajaí e a estatal baiana, garantindo segurança jurídica, previsibilidade institucional e estabilidade operacional enquanto avança o processo de criação da Companhia Docas de Santa Catarina.

A formalização da gestão transitória foi o principal marco de um seminário institucional realizado no próprio porto, que reuniu autoridades federais, estaduais e trabalhadores portuários. O evento teve como objetivo apresentar o balanço do primeiro ano da federalização do terminal, reforçar o compromisso com a continuidade das operações e marcar o início prático da parceria com a Companhia das Docas do Estado da Bahia.

Participaram do seminário o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, representando o ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho; o presidente da Codeba, Antonio Gobbo; o superintendente do Porto de Itajaí, João Paulo Tavares Bastos; a deputada federal Ana Paula Lima; e o presidente do Sebrae Nacional, Décio Lima, além de autoridades e trabalhadores portuários de Santa Catarina e da Bahia.

Durante a abertura do evento, a assinatura do convênio entre a Superintendência do Porto de Itajaí e a Codeba formalizou a administração transitória do terminal, estabelecendo as bases para a atuação da companhia baiana enquanto se estrutura a nova autoridade portuária catarinense. O arranjo garante a continuidade das operações e a estabilidade do porto em um momento considerado sensível do ponto de vista institucional.

Previsibilidade e segurança

Ao se dirigir ao setor produtivo e aos trabalhadores, o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, destacou que o Porto de Itajaí vive atualmente um ambiente de previsibilidade e segurança institucional. Segundo ele, a prioridade do governo federal é assegurar uma transição organizada até a criação da Companhia Docas de Santa Catarina.

“O porto está operando de forma organizada e em pleno funcionamento. Nosso foco é viabilizar a criação da Companhia Docas de Santa Catarina, que dará estabilidade definitiva ao modelo de governança portuária. O Porto continua sendo de Itajaí, com gestão local, conduzida por servidores públicos que vivem e trabalham aqui”, afirmou Ávila.

Um dos momentos simbólicos do seminário foi a entrega de novos equipamentos à Guarda Portuária de Itajaí, ação que marcou o início concreto da parceria com a Companhia das Docas do Estado da

Bahia e reforçou a estrutura de segurança do terminal. Foram entregues uma viatura operacional modelo L200, destinada ao patrulhamento terrestre; uma lancha de patrulha, que amplia a capacidade de vigilância e resposta nas áreas aquaviárias; além de coletes, uniformes e pistolas calibre .380 ACP, destinadas ao armamento institucional da Guarda Portuária, dentro dos protocolos legais.

Dívida paga

Na sequência, o superintendente do Porto de Itajaí, João Paulo Tavares Bastos, apresentou a prestação de contas do primeiro ano sob gestão federal e detalhou os resultados alcançados desde a federalização. Segundo ele, o porto encerrou o período com faturamento recorde de R\$ 180 milhões, retomou a movimentação contínua de cargas e contêineres e gerou mais de R\$ 4,5 milhões em arrecadação de ISS para o município de Itajaí. Além disso, quitou uma dívida de R\$ 102 milhões herdada da gestão anterior.

“Há exatamente um ano, o Porto de Itajaí vivia um dos momentos mais delicados da sua história. A federalização, conduzida pelo governo do presidente Lula, não foi apenas um ato administrativo, mas uma decisão estratégica para salvar o Porto, proteger empregos e devolver à cidade o seu principal motor econômico”, afirmou Bastos, ao destacar a recuperação operacional e financeira do terminal.

Experiência

O presidente da Codeba, Antonio Gobbo, apresentou durante o seminário a experiência da companhia na gestão dos portos públicos da Bahia e da Hidrovia do Rio São Francisco, detalhando como será conduzida a administração transitória em Itajaí. Ele também anunciou investimentos previstos para o período, com foco em dragagem, requalificação da infraestrutura e atualização tecnológica.

“Os investimentos de infraestrutura compreendem dragagem, requalificação e atualização tecnológica para que possamos ficar no mesmo nível dos portos com os quais a gente comercializa. Nesse ponto, contamos com todo o apoio do Ministério de Portos e Aeroportos. Mas o porto não é feito apenas de investimentos, mas de pessoas. Por isso, nosso agradecimento às equipes da Codeba e do Porto de Itajaí, que vêm se dedicando para que essa gestão transitória aconteça de forma eficiente”, afirmou Gobbo.

A deputada federal Ana Paula Lima ressaltou que a formalização da gestão transitória e a entrega dos equipamentos à Guarda Portuária representam cuidado com os trabalhadores e fortalecimento de um ativo estratégico para o país.

“A entrega desses equipamentos simboliza o compromisso com a segurança dos trabalhadores e com o fortalecimento do Porto de Itajaí. A federalização devolveu previsibilidade, investimentos e dignidade ao Porto, que voltou a gerar emprego, renda e desenvolvimento para Itajaí, Santa Catarina e para o Brasil”, disse.

Já o presidente do Sebrae Nacional, Décio Lima, destacou a importância da atuação da Companhia das Docas do Estado da Bahia no período de transição e o papel da federalização para garantir segurança jurídica ao terminal.

“A Codeba está garantindo as condições para que o Porto continue funcionando. Enquanto avançamos na construção da empresa federal dos portos em Santa Catarina, essa atuação solidária permite que o Porto de Itajaí siga operando, o que é fundamental para a economia local, regional e nacional”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 08/01/2026

TRANSPORTES AEROPORTOS / AVIAÇÃO - BRASIL COLOCA 13 AEROPORTOS ENTRE OS MAIS PONTUAIS DO MUNDO EM 2025

Levantamento da Cirium inclui terminais de grande, médio e pequeno porte e destaca desempenho operacional do sistema aeroportuário nacional

Da Redação redacao.jornal@redebeneuws.com.br



Na classificação global de aeroportos de grande porte, Congonhas foi o terminal brasileiro mais bem posicionado, em 13º lugar no ranking, com 82,4% de pontualidade nas partidas

Em 2025, o Brasil ganhou destaque na aviação mundial com 13 aeroportos entre os mais pontuais do planeta, segundo o relatório On-Time Performance Review, da Cirium, que avalia a eficiência operacional de aeroportos em todo o

mundo. De acordo com o levantamento, são oito aeroportos brasileiros na categoria pequeno porte, quatro na categoria médio porte e um em grande porte.

Na classificação global de aeroportos de grande porte, o Aeroporto de Congonhas (SP) foi o terminal brasileiro mais bem posicionado em 2025. O aeroporto alcançou a 13ª colocação no ranking, com 82,4% de pontualidade nas partidas, desempenho relevante considerando o elevado volume de operações e a complexidade do terminal.

Entre os aeroportos de médio porte, o Aeroporto Internacional de Brasília (DF) foi o destaque, ao atingir 88,36% de pontualidade nas partidas e garantir a 2ª colocação global. Na mesma categoria, o Aeroporto Internacional do Galeão (RJ) ficou em 6º lugar, com 85,13%, seguido pelo Aeroporto Internacional de Viracopos (SP), em 8º, com 84,55%, e pelo Aeroporto Internacional de Belo Horizonte (MG), que alcançou a 10ª posição, com 83,57% de pontualidade.

Na categoria de aeroportos de pequeno porte, o Brasil apresentou desempenho de destaque, com oito terminais entre os mais pontuais. O Aeroporto Santos Dumont (RJ) foi o terminal brasileiro mais bem posicionado no ranking, alcançando 89,67% de pontualidade nas partidas e a 3ª colocação mundial. Cerca de 58 mil voos foram avaliados, demonstrando o nível de regularidade em um aeroporto com intensa movimentação doméstica.

Na mesma categoria, também se destacaram o Aeroporto de Salvador (BA), em 8º lugar, com 87,32% de pontualidade, além dos aeroportos de Recife (11º), Fortaleza (12º), Florianópolis (14º), Curitiba (15º), Porto Alegre (17º) e Belém (20º).

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvo Costa Filho os resultados refletem a evolução do setor aéreo brasileiro. “Ter aeroportos brasileiros entre os mais pontuais do mundo mostra que os investimentos em infraestrutura, na modernização da gestão e no fortalecimento do modelo das concessões estão gerando resultados concretos para os passageiros e para o desenvolvimento do país”, afirmou.

Já o secretário de Aviação Civil, Daniel Longo, pontuou que a diversidade de aeroportos no ranking demonstra a maturidade do sistema aeroportuário nacional. “Os dados da Cirium mostram que a eficiência não está restrita a um único tipo de aeroporto. Grandes, médios e pequenos terminais brasileiros vêm apresentando desempenho consistente, o que melhora a experiência do passageiro e fortalece a conectividade aérea em todas as regiões”, concluiu.

O levantamento da Cirium, considera como voo pontual aquele que parte dentro de até 15 minutos do horário programado, além de critérios rigorosos de cobertura de dados e volume de operações. O Ranking é dividido em três categorias de aeroportos: Grande porte: 25 a 40 milhões de passageiros; Médio porte: 15 a 25 milhões de passageiros; e Pequeno porte: 5 a 15 milhões de passageiros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 08/01/2026

TRANSPORTES AEROPORTOS / AVIAÇÃO - AZUL E LATAM ENTRAM NO TOP 10 GLOBAL DE PONTUALIDADE AÉREA EM 2025

Ranking da Cirium coloca duas companhias com forte operação no Brasil entre as mais eficientes do mundo

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Segundo o levantamento anual feito pela Cirium, a Azul Linhas Aéreas alcançou o quarto lugar do ranking global de pontualidade, com índice de 85,18% de chegadas no horário

Duas companhias aéreas brasileiras conquistaram posições de destaque no top 10 do On-Time Performance Review 2025, levantamento anual da Cirium que avalia a pontualidade e a eficiência operacional de empresas

aéreas em todo o mundo.

A Azul Linhas Aéreas alcançou o quarto lugar do ranking global de pontualidade, com índice de 85,18% de chegadas no horário. O desempenho a coloca à frente de grandes companhias globais, como a Qatar Airways e a Iberia Linhas Aéreas. O feito ganha relevância pelo elevado volume de operações, com mais de 304 mil voos avaliados ao longo de 2025.

A Latam Airlines, que mantém ampla operação no país, também integra o grupo das dez melhores do mundo, ocupando a sétima posição, com 82,40% de pontualidade. O resultado reflete a capacidade operacional da empresa em uma malha extensa e complexa, com mais de 580 mil voos analisados no período.

A primeira posição ficou com a Aeromexico pelo segundo ano consecutivo. A empresa obteve índice de 90,02% de pontualidade em 188 mil voos analisados.

“Duas empresas brasileiras entre as mais pontuais do mundo é um reconhecimento importante da evolução da nossa aviação. Esses resultados refletem investimentos, planejamento, eficiência e trabalho integrado entre empresas, aeroportos e poder público. Para o passageiro, isso se traduz em confiança no serviço. Para o país, reforça o papel do Brasil como um dos grandes mercados globais da aviação.”, comemorou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

O relatório da Cirium considera critérios rigorosos como chegadas dentro de até 15 minutos do horário previsto, regularidade das operações e volume de voos. Os resultados refletem avanços consistentes da aviação brasileira em eficiência, planejamento e gestão operacional, mesmo em um cenário internacional marcado por desafios como restrições de infraestrutura, eventos climáticos extremos e alta de demanda.

Confira o ranking com as 10 companhias aéreas mais pontuais de 2025:

Aeromexico (90,02%) - México	Iberia (83,52%) - Espanha
Saudia (86,53%) - Arabia Saudita	Latam Airlines (82,40%) - Brasil
SAS (86,09%) - Suécia, Noruega e Dinamarca	Avianca (81,73%) - Colômbia
Azul (85,18%) - Brasil	Turkish Airlines (81,41%) - Turquia
Qatar Airways (84,42%) - Catar	Delta Air Lines (80,90%) - Estados Unidos

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 08/01/2026

PETRÓLEO E GÁS - VAZAMENTO NA FOZ DO AMAZONAS PREOCUPA ORGANIZAÇÕES

Petrobras diz que fluido não oferece danos ao meio ambiente, mas ambientalistas vêem riscos estruturais na exploração de petróleo

Da Agência Brasil



A Petrobras garantiu que adotou todas as medidas de controle e notificou os órgãos competentes

SEGUNDO A PETROBRAS, O FLUIDO DE PERFURAÇÃO ATENDE AOS LIMITES DE TOXICIDADE PERMITIDOS PELA LEI, É BIODEGRADÁVEL E NÃO OFERECE DANOS AO MEIO AMBIENTE OU ÀS PESSOAS

Organizações indígenas e ambientalistas manifestaram preocupação com o vazamento de fluido na Foz do Amazonas, durante processo de perfuração feito pela Petrobras. A estatal confirmou que o vazamento foi identificado no domingo (4), a 175 quilômetros do Amapá e que as atividades foram paralisadas.

Segundo a Petrobras, o fluido de perfuração atende aos limites de toxicidade permitidos pela lei, é biodegradável e não oferece danos ao meio ambiente ou às pessoas.

O Instituto Internacional Arayara disse que, apesar das alegações da empresa sobre ausência de impactos ambientais, “incidentes desse tipo evidenciam os riscos estruturais da exploração de petróleo em uma das regiões mais sensíveis do planeta, marcada por alta biodiversidade e pela dependência direta de comunidades costeiras e tradicionais”.

O comunicado do instituto alerta sobre os perigos da exploração de petróleo na região. “As incertezas sobre o fluxo das intensas correntes mais profundas ainda não são totalmente conhecidas, tornando essa atividade mais insegura, e sujeita a outros acidentes como esse ou piores, inclusive em dimensões transfronteiriças”, diz trecho da nota.

A Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará (Apoianp) e o Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO) disse que o acidente confirma os “piores temores” das populações tradicionais.

“A atividade petrolífera na nossa costa é uma ameaça aos ecossistemas marinhos e costeiros dos quais nossos povos, especialmente os do Oiapoque, dependem para sua subsistência física e cultural. Este incidente, ainda em fase de pesquisa, evidencia os riscos inaceitáveis do projeto”, diz trecho da nota.

As organizações indígenas afirmam que há uma “tragédia anunciada” em curso e que a exploração de petróleo na Foz do Amazonas desrespeita a obrigação de Consulta Prévia, Livre e Informada (Convenção 169 da OIT) aos povos “cujos territórios e modos de vida estão diretamente ameaçados”.

Petrobras

Em nota à imprensa, a Petrobras garantiu que “adotou todas as medidas de controle e notificou os órgãos competentes”. A estatal disse que houve perda de fluido de perfuração em duas linhas auxiliares que conectam a sonda de perfuração ao poço Morpho, no bloco exploratório (FZA-M-059).

O fluido de perfuração é usado para limpar e lubrificar a broca durante a perfuração de poços de petróleo e gás. A substância mistura água, argila e produtos químicos. O composto ajuda a controlar a pressão do poço e prevenir o colapso das paredes.

A empresa disse ainda que “não há problemas com a sonda ou com o poço, que permanecem em total condição de segurança”.

“A ocorrência também não oferece riscos à segurança da operação de perfuração”, afirma a estatal.

Ação judicial

Em outubro de 2025, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) concedeu uma licença para a Petrobras fazer perfurações de pesquisa exploratória em um bloco específico (FZA-M-59) na bacia sedimentar da Foz do Amazonas.

Imediatamente, oito organizações entraram com uma ação na Justiça Federal do Pará contra o Ibama, a Petrobras e a União, em que pedem a anulação do licenciamento e a suspensão das atividades de exploração de petróleo na região.

A ação alerta que há três vícios fundamentais de licença de operação: direitos de indígenas e comunidades tradicionais foram desrespeitados; licenciamento tem falhas graves de modelagem que põem em risco a biodiversidade e impactos climáticos do projeto foram ignorados.

Assinam a ação a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros e Marinheiros (Confrem), Greenpeace Brasil, Instituto Arayara, Observatório do Clima e WWF-Brasil.

No início de dezembro, foi a vez do Ministério Público Federal (MPF) entrar com ação na Justiça Federal do Pará com pedido de nulidade ou suspensão da licença de operação da Petrobras no bloco FZA-M-59.

A ação do MPF indica falhas estruturais nos estudos ambientais apresentados pela estatal e argumenta que não foi apresentado um Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP) para a fase exploratória. Segundo os procuradores, isso deixa milhares de famílias de pescadores e extrativistas desprotegidas, porque terão seus territórios atravessados pela logística do empreendimento.

Na época, o Ibama afirmou que a licença ambiental foi emitida depois de rigoroso processo técnico e que, desde o indeferimento da licença em 2023, houve “aprimoramento do projeto, sobretudo no que se refere à estrutura de resposta à emergência”.

A Petrobras disse que atendeu a todos os requisitos estabelecidos pelo Ibama e defendeu a exploração de novas fronteiras de petróleo para assegurar “recursos para a transição energética justa”.

A Advocacia-Geral da União (AGU) disse que daria tratamento prioritário à ação judicial, para garantir a preservação de todos os aspectos ambientais, sociais e econômicos que permeiam o caso.

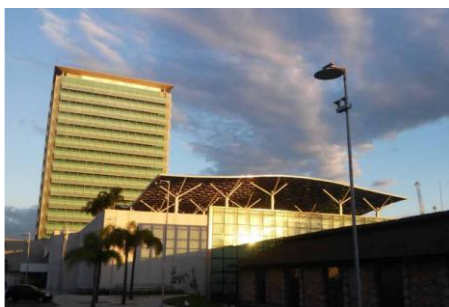
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

PETRÓLEO E GÁS - BACIA DE SANTOS CHEGA AOS 20 ANOS COMO PRINCIPAL POLO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO BRASIL

Responsável por 1,57 milhão de barris por dia, unidade da Petrobras inaugura espaço cultural e educativo em Santos

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A presença da Petrobras em Santos se concentra principalmente no Edifício Santos (Edisa), como é chamada a sede administrativa da BS, onde trabalham mais de 3.500 empregados

A Petrobras prepara uma série de ações para marcar os 20 anos da Unidade da Bacia de Santos (BS), responsável por quase metade da produção nacional de petróleo e um dos pilares da exploração do pré-sal no Brasil. A unidade completou duas décadas de operação na última segunda-feira, dia 5, data que marca oficialmente sua criação, em janeiro de 2006. A celebração inclui a inauguração do Espaço Petrobras Bacia de Santos, prevista para o dia 24 de janeiro, em Santos (SP).

O novo espaço funcionará no prédio restaurado do antigo Armazém, patrimônio histórico santista localizado no bairro do Valongo, anexo ao Edifício Santos (Edisa), sede administrativa da Unidade da Bacia de Santos. O local abrigará uma exposição permanente e interativa dedicada à trajetória da exploração do pré-sal brasileiro e ao papel desempenhado pela Petrobras ao longo das últimas duas décadas na região.

Segundo a companhia, a exposição permitirá ao público acompanhar a evolução da exploração em águas profundas e ultraprofundas, desde as primeiras pesquisas até os avanços tecnológicos que consolidaram a Petrobras como referência mundial no setor. O percurso inclui conteúdos sobre prospecção, engenharia, inovação e projetos socioambientais, apresentados de forma lúdica e acessível. Metade do galpão será destinada a exposições temporárias e à realização de eventos.

“É uma honra fazer parte deste momento histórico para a BS. A entrega deste espaço reforça o compromisso da Petrobras com as comunidades onde atua — um compromisso que transcende os negócios e reflete nossa responsabilidade com a sociedade”, afirma Felipe Matoso, gerente geral da Unidade da Bacia de Santos.

Atualmente, a BS responde por cerca de 48% da produção nacional de petróleo, com uma média de 1,57 milhão de barris por dia. A unidade opera 18 plataformas offshore e conta com aproximadamente 11.500 trabalhadores envolvidos diretamente nas atividades de exploração, produção e suporte. Além do petróleo, a Bacia de Santos tem papel central na produção e no escoamento de gás natural. A unidade opera a chamada Malha Integrada de Escoamento de Gás, sistema que reúne gasodutos responsáveis por transportar o gás produzido no mar até o continente. Em 2025, esse sistema registrou o volume de 41,7 milhões de metros cúbicos de gás natural escoados em um único dia.

A presença da Petrobras em Santos se concentra principalmente no Edisa, sede administrativa da BS, onde trabalham mais de 3.500 empregados. No local, estão reunidas as áreas responsáveis pelo suporte logístico, administrativo e de gestão das operações offshore. O edifício abriga também o Centro de Operações Integradas da Bacia de Santos (COI-BS), que funciona 24 horas por dia monitorando cerca de 330 mil variáveis operacionais, 274 poços e aproximadamente 3.588 quilômetros de linhas submarinas. Esse monitoramento contínuo permite acompanhar, em tempo real, o desempenho das instalações e as condições de segurança das operações.

O prédio da Petrobras em Santos foi o primeiro da cidade a receber o selo Green Building, certificação voltada à eficiência energética e à sustentabilidade das edificações. Desde 2015, o edifício concentra empregados que antes estavam distribuídos em sete prédios diferentes. A construção preservou elementos da história local, incorporando a estrutura original do primeiro armazém de exportação da antiga São Paulo Railway, datada do período do Ciclo do Café.

Características

Do ponto de vista geológico, a Bacia de Santos é a maior bacia sedimentar marítima do país. Formada há cerca de 130 milhões de anos, durante o processo de separação entre a América do Sul e a África, ela se estende por mais de 350 mil quilômetros quadrados, do litoral sul do Rio de Janeiro

até Santa Catarina. As primeiras pesquisas exploratórias da Petrobras na região ocorreram na década de 1970, mas, naquele momento, as limitações tecnológicas impediram a extração de petróleo em grandes profundidades. Apenas na primeira década dos anos 2000, após novos investimentos e avanços tecnológicos, a companhia comprovou a existência de grandes reservas, o que levou à criação da Unidade da Bacia de Santos.

Inicialmente, a atuação da BS teve como foco ampliar a oferta de gás natural para o mercado brasileiro, com destaque para o desenvolvimento do campo de Mexilhão. Ao longo dos anos, a unidade passou a desempenhar papel central em marcos relevantes da indústria nacional de óleo e gás. Em 2010, entrou em operação o primeiro sistema definitivo de produção do pré-sal, com o FPSO Cidade de Angra dos Reis, marco da consolidação da produção em águas ultraprofundas.

Na área ambiental, a Bacia de Santos lidera programas de reinjeção de dióxido de carbono, conhecidos como CCUS (captura, uso e armazenamento de carbono). Esses programas consistem em reinjetar o CO₂ produzido junto com o petróleo de volta aos reservatórios, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa para a atmosfera. A unidade também investe anualmente cerca de R\$ 196 milhões em ações de mitigação e compensação ambiental. Segundo a Petrobras, o óleo produzido na região é mais leve e apresenta menor índice de emissões associadas à produção.

Entre as iniciativas socioambientais desenvolvidas na área da BS, destaca-se o Projeto de Monitoramento de Praias da Bacia de Santos (PMP-BS), considerado o maior do mundo nesse segmento. O projeto cobre mais de 1.500 quilômetros de litoral, entre Laguna, em Santa Catarina, e Saquarema, no Rio de Janeiro, com foco no monitoramento da fauna marinha. Animais encontrados nas praias são avaliados por equipes técnicas, reabilitados quando necessário e, em alguns casos, marcados para acompanhamento. Entre 2015 e 2024, mais de 42.700 pinguins foram monitorados, além de outras espécies marinhas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

ENERGIA – ITAIPU INVESTE R\$ 1,5 BILHÃO PARA MANTER TARIFA DE ENERGIA ATÉ O FIM DO ANO

Aporte garante valor de US\$ 17,66 por kW/mês para consumidores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, patamar praticado desde 2024 após a quitação da dívida da usina

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Segundo a empresa, a política tarifária atual é resultado direto da quitação da dívida de construção da usina, tornando possível aplicar

A usina hidrelétrica binacional de Itaipu vai investir cerca de R\$ 1,5 bilhão ao longo de 2026 para manter a tarifa de repasse de energia no mesmo patamar praticado desde 2024 para os consumidores regulados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O aporte, equivalente a US\$ 285 milhões, permitirá a manutenção do valor de US\$ 17,66 por quilowatt-mês (kW/mês) até dezembro deste ano.

Segundo a empresa, a política tarifária atual é resultado direto da quitação da dívida de construção da usina, concluída em 2023. Até 2021, a tarifa de repasse da energia de Itaipu permaneceu estável em torno de US\$ 27,86 por kW/ mês. Com o encerramento do passivo financeiro, foi possível aplicar uma redução de aproximadamente 27,4%. Para o período entre 2024 e 2026, a tarifa foi fixada em US\$ 17,66 por kW/mês, o que representa uma queda acumulada de cerca de 36,6% em relação ao patamar anterior.



Em nota, o diretor financeiro executivo da Itaipu, André Pepitone, afirmou que “Os resultados demonstram que Itaipu é muito mais do que uma usina: é um instrumento estratégico do Estado brasileiro para garantir energia limpa, segurança operativa, tarifas justas e alívio concreto no bolso do cidadão”.

Em termos de custo da energia, a produção de Itaipu em 2025 atingiu o valor de R\$ 221,30 por megawatt-hora (MWh). O montante ficou abaixo do preço das usinas enquadradas no regime de cotas definido pela Lei nº 12.783/2013, fixado em R\$ 222,59 por MWh, e consideravelmente inferior ao custo médio do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) no mesmo ano, estabelecido pela Aneel em R\$ 307,29 por MWh.

A competitividade da usina também se mantém em relação às projeções futuras. Para 2026, o ACR médio projetado pela Aneel é de R\$ 342,71 por MWh, valor que reforça a diferença de custos e a relevância de Itaipu na composição tarifária das distribuidoras. De acordo com a companhia, esse desempenho contribui para a previsibilidade e a estabilidade do portfólio de contratação das empresas do setor elétrico.

A análise de contratos firmados em leilões de energia realizados nos últimos dez anos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) reforça essa avaliação. Em 2025, o custo da energia de Itaipu ficou 33,5% abaixo da média dos leilões, que foi de R\$ 362,20 por MWh. Além do preço, a usina desempenha papel estrutural no equilíbrio do Sistema Elétrico Brasileiro.

Itaipu gera energia em uma região próxima aos maiores centros consumidores do país. O Sudeste concentra a maior demanda nacional por eletricidade, enquanto as regiões Norte e Nordeste registram, atualmente, grande oferta de energia, sobretudo de fontes intermitentes como solar e eólica. Nesse contexto, a usina contribui para o balanceamento do sistema ao reforçar o abastecimento onde o consumo é mais elevado.

Relevância

Com a expansão da geração eólica e solar no país, o papel de Itaipu na segurança do sistema ganhou ainda mais relevância. A hidrelétrica possui capacidade de aumentar rapidamente sua produção nos horários de pico de demanda, especialmente no fim da tarde, quando a geração solar diminui. Essa característica ajuda a evitar oscilações no fornecimento e assegura maior confiabilidade no atendimento a residências, comércio e indústria.

A definição da tarifa de repasse a partir de 2027 dependerá de consenso entre Brasil e Paraguai, conforme estabelece o Tratado de Itaipu. Segundo a empresa, as negociações para a revisão do Anexo C do tratado foram retomadas pelas chancelarias dos dois países. O governo brasileiro defende a continuidade do processo de redução tarifária, especialmente após a quitação da dívida de construção da usina em 2023. Qualquer alteração nas condições atuais, no entanto, só poderá ser implementada mediante acordo entre os dois governos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

MINERAÇÃO - OURO E PRATA RECUAM APÓS SEQUÊNCIA DE ALTAS E DADOS MISTOS DOS EUA

Metais corrigem ganhos recentes com indicadores divergentes de emprego, indústria e serviços enquanto mercado reavalia o ritmo da política monetária do Federal Reserve

Do Estádio Conteúdo

O ouro e a prata fecharam a sessão em queda nesta quarta-feira, 7, corrigindo fortes ganhos recentes e na sequência de dados divergentes de emprego, serviços e indústria dos EUA, conforme o mercado pondera o possível rumo da política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central-norte-americano).

Na Comex, divisão de metais da bolsa de Nova York (Nymex), o ouro para fevereiro encerrou em queda de 0,75%, a US\$4.462,5 por onça-troy. Já a prata para março despencou 4,22%, a US\$77 61 por onça-troy.

Os metais preciosos operaram em queda forte desde a madrugada, intensificando perdas após conjunto de dados dos EUA consolidar expectativas de manutenção dos juros americanos em janeiro.

O setor privado dos Estados Unidos criou 41 mil empregos em dezembro, segundo pesquisa com ajustes sazonais divulgada hoje pela ADP, e as encomendas à indústria caíram 1,3% em novembro, ambos mais fracos que o esperado. Já o PMI de serviços do país subiu a 54,4 em dezembro, na leitura do ISM, acima do previsto.

“A mais recente alta no emprego medida pela ADP continua a sustentar a narrativa de uma moderação no ritmo do mercado de trabalho, mas longe de uma deterioração rápida das condições”, explicam analistas da Stifel em nota. “Para o Fed, o receio de um enfraquecimento crescente no mercado de trabalho foi o catalisador para três rodadas de cortes de juros no ano passado” acrescentam.

Para analistas do Charles Schwab, os números do mercado de trabalho podem ser mais importantes do que o habitual, depois que o presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, pediu cautela no mês passado em relação a novos cortes de juros. “Dados do mercado de trabalho mais fracos do que o esperado provavelmente resultariam em mais cortes de juros pelo Fed do que os um ou dois cortes que estamos projetando para este ano”, avaliam.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - BRASIL FECHA 2025 COM RECORDE NAS EXPORTAÇÕES E SUPERÁVIT DE US\$ 68,3 BI

Mesmo sob cenário internacional adverso e com barreiras comerciais, comércio exterior registra os melhores resultados da série histórica

Por ALINE SILVA redacao.jornal@redebeneews.com.br



Em relação a 2024, as exportações cresceram 3,5% em valor e 5,7% em volume, desempenho mais que o dobro da projeção global da Organização Mundial do Comércio

O Brasil encerrou 2025 com um recorde histórico nas exportações, mesmo em meio a um ambiente internacional marcado por tensões geopolíticas e restrições comerciais. Dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior mostram que o país exportou US\$ 348,7 bilhões no ano passado, o maior valor já registrado, superando em cerca de US\$ 9 bilhões o recorde anterior, de 2023.

O resultado consolida os três melhores desempenhos da balança comercial da série histórica nos últimos anos. Em relação a 2024, as exportações cresceram 3,5% em valor e 5,7% em volume, desempenho mais que o dobro da projeção global da Organização Mundial do Comércio.

Mesmo diante do aumento de barreiras comerciais em mercados estratégicos, o Brasil ampliou sua presença internacional e diversificou os destinos das exportações. Segundo o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, o país conseguiu avançar mesmo com obstáculos relevantes ao comércio global.

“Nós estamos encerrando o ano de 2025 com três recordes. Primeiro, um recorde no comércio exterior. Mesmo com toda dificuldade tivemos um recorde e chegamos a 348,7 bilhões de dólares. Mesmo com o tarifaço americano, com as dificuldades geopolíticas, batemos o recorde”, afirmou Alckmin.

Além do avanço das exportações, o crescimento das importações também contribuiu para os resultados do comércio exterior brasileiro em 2025. As compras externas somaram US\$ 280,4 bilhões, levando a corrente de comércio soma de exportações e importações a US\$ 629,1 bilhões, o maior patamar já registrado.

“Tivemos também um crescimento nas importações e também tivemos um recorde na corrente de comércio, chegando a 629 bilhões de dólares. E tivemos o terceiro recorde da série histórica no superávit comercial, 68,3 bilhões de dólares”, completou o vice-presidente.

O superávit comercial fechou o ano em US\$ 68,3 bilhões, o terceiro maior da série histórica, atrás apenas dos resultados registrados em 2023 e 2024.

Na análise setorial, a indústria de transformação alcançou exportações recordes de US\$189 bilhões, impulsionadas por produtos como carnes, veículos, café industrializado e máquinas. No agronegócio, café e soja também atingiram volumes e valores históricos.

Em relação aos destinos, as exportações brasileiras para a China ultrapassaram US\$ 100 bilhões em 2025. Já as vendas para os Estados Unidos recuaram no segundo semestre, impactadas pelo tarifaço imposto pelo governo norte-americano, embora tenham apresentado sinais de recuperação em dezembro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

POLÍTICA - LULA CRITICA DISCURSO DO “GASTA-SE MUITO” NO BRASIL

Para o presidente, país não está em outro patamar por causa da tese de que “tudo é caro” e “não dá pra fazer”

Do Estadão Conteúdo



O presidente esteve nesta quarta na cerimônia de anúncio da Rede Nacional de Hospitais e Serviços Inteligentes do SUS

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, disse nesta quarta-feira, 7, que o Brasil não está “em outro patamar” porque “nesse País sempre se utilizou a palavra gasta-se muito”.

“Quando a gente determina um projeto, não podemos ouvir a palavra ‘não tem dinheiro, não posso fazer’. O Brasil não está mais avançado, melhor ou em outro patamar, porque nesse País sempre se utilizou a palavra ‘gasta-se muito’, ‘é muito caro’, ‘não dá para fazer’. E a gente nunca se perguntou quanto custou a gente não ter feito as coisas na hora em que deveria fazer”, afirmou, durante cerimônia de anúncio da Rede Nacional de Hospitais e Serviços Inteligentes do SUS.

Lula criticou a derrubada da CPMF e disse que o Congresso, em 2007, a derrubou “achando que iam me prejudicar”. Afirmou que o SUS perdeu bilhões de reais por ano por causa disso. “Passamos todo esse tempo faltando a CPMF que tão bem poderia ter ajudado a saúde neste País”, declarou o presidente da República.

Lula elogiou o SUS e pediu que os recursos emprestados pelo Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o Banco dos Brics, para a construção de hospitais inteligentes sejam aplicados rapidamente.

O presidente da República citou a presidente do NDB, Dilma Rousseff, o Ministério da Fazenda e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para pedir que o dinheiro seja aplicado logo. Padilha disse que a construção do hospital deve demorar de três a quatro anos.

O petista também disse que a “recuperação da imagem que o SUS conquistou no Brasil depois da apoteótica participação para salvar gente da covid-19 deu ao SUS uma legitimidade que a gente já sabia que tinha”.

Indicações

O presidente Lula indicou o nome de Otto Lobo para a presidência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A mensagem ao Senado a quem cabe sabatar e aprovar os indicados foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU).

Lobo exerceu o cargo de presidente interino da CVM até o dia 31 de dezembro de 2025, quando acabou seu mandato. Até a aprovação da sua indicação pelos senadores, o órgão será comandado interinamente pelo diretor João Accioly, o mais antigo da casa. A outra cadeira do colegiado é ocupada pela diretora Marina Copola.

Lula também indicou nesta quarta-feira, 7, o nome de Igor Muniz para o colegiado, na vaga do ex-diretor Daniel Walter Maeda Bernardo. Como mostrou o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), esse assento estava vazio desde o encerramento de 2024.

O quórum mínimo para reuniões do colegiado e julgamentos na autarquia é de três diretores. Com apenas duas cadeiras ocupadas atualmente, será preciso ter permanentemente um superintendente assumindo como substituto. As substituições já aconteciam quando um dos membros

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

POLÍTICA - ZEMA ESTENDE PROTEÇÃO POLICIAL A EX-GOVERNADOR ANTES DE DEIXAR O CARGO

O prazo da segurança subiu de um para dois anos após o término do mandato. Zema é pré-candidato à Presidência da República

Do Estadão Conteúdo

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), estendeu o período de proteção ao ex-governador e ao ex-vice-governador de um para dois anos após o término do mandato, com possibilidade de prorrogação por igual período. A renovação dependerá de autorização do governador em exercício e ficará limitada ao fim do mandato subsequente, como já funcionava antes.

A medida foi publicada no Diário Oficial de 30 de dezembro de 2025, às vésperas do último ano do segundo mandato de Zema, que se encerra em 2026, sem possibilidade de reeleição. O governador deverá renunciar ao cargo até abril caso queira concorrer à Presidência da República. O decreto entrou em vigor na data da publicação.

O governo de Minas Gerais não respondeu à reportagem até a publicação deste texto.

O decreto detalha a composição das equipes responsáveis pelo serviço: três policiais militares por turno, sendo um oficial até o posto de major e dois praças, em escala que permita o revezamento legal. A medida não altera o tamanho da equipe por autoridade, mas passa a prever equipes por turno e escalas de revezamento, o que amplia o número de policiais envolvidos na proteção.

O texto também amplia o conceito de segurança governamental, que passa a incluir a proteção da “integridade moral e institucional” das autoridades, e autoriza a extensão do benefício a familiares e pessoas com vínculo, desde que haja interesse público. Antes, a segurança estava restrita à proteção pessoal do ex-governador e do ex-vice-governador.

Zema lançou, em agosto do ano passado, sua pré-candidatura à Presidência da República em 2026 e tem endurecido o discurso para se consolidar como o nome mais à direita na disputa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

NACIONAL HUB – CURTAS TRUMP SUSPENDE APOIO DOS EUA A 66 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

SAÍDA

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou nesta quarta-feira (7) uma ordem executiva que determina a suspensão do apoio do país a 66 organizações, agências e comissões internacionais. A medida faz parte de uma revisão mais ampla da participação e do financiamento dos Estados Unidos em organismos multilaterais, incluindo entidades vinculadas à Organização das Nações Unidas (ONU), segundo comunicado divulgado pela Casa Branca.

ORGANIZAÇÕES ATINGIDAS

Entre as instituições afetadas estão a agência de população da ONU e o tratado das Nações Unidas que estabelece negociações internacionais sobre mudanças climáticas. De acordo com o Departamento de Estado, a administração Trump considera que essas organizações são redundantes, mal administradas ou ineficientes, além de representarem, na avaliação do governo, riscos à soberania, às liberdades e aos interesses econômicos dos Estados Unidos.

CONTEXTO INTERNACIONAL

A decisão de se retirar de organismos voltados à cooperação internacional ocorre em um momento de intensificação da postura externa do governo Trump. Nas últimas semanas, a administração americana lançou ações militares ou emitiu ameaças que repercutiram entre aliados e adversários, incluindo a captura do líder venezuelano Nicolás Maduro e a sinalização de interesse dos Estados Unidos sobre a Groenlândia.

CNH EM PORTUGAL

O presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, assinou na quarta-feira (7) o decreto que reconhece a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) brasileira em território português. A medida decorre do “Acordo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil sobre o Reconhecimento Mútuo dos Títulos de Condução”, firmado entre os dois países em 22 de setembro de 2023 e agora oficialmente sancionado. Pelo decreto, brasileiros passam a poder dirigir em Portugal sem a necessidade de emitir ou trocar a habilitação, desde que o documento esteja dentro do prazo de validade. Em razão do princípio da reciprocidade, a regra também se aplica a motoristas portugueses residentes no Brasil.

CRITÉRIOS E IMPACTO

O reconhecimento é válido para condutores das categorias A e B, com idade de até 60 anos, desde que a carteira tenha sido emitida há menos de 15 anos e esteja em conformidade com a legislação do país de origem. Para outras categorias de habilitação, permanece a exigência de obtenção da carteira portuguesa. De acordo com dados da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), cerca de 500 mil brasileiros vivem atualmente em Portugal, formando a maior comunidade de imigrantes no país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

FINANÇAS BRASIL TEVE SEGUNDA MAIOR SAÍDA DE DÓLARES DA HISTÓRIA EM 2025

O fluxo cambial total ficou negativo em US\$ 33,316 bilhões, volume inferior apenas ao registrado em 2019

Da Agência Brasil



Segundo o BC, o principal fator para a menor entrada de dólares pela via comercial foi o avanço das importações

O Brasil registrou em 2025 a segunda maior saída líquida de dólares da série histórica, iniciada em 1982, de acordo com dados preliminares divulgados nesta quarta-feira (7) pelo Banco Central (BC). O fluxo cambial total ficou negativo em US\$ 33,316 bilhões, volume inferior apenas ao registrado em 2019, quando a saída somou US\$ 44,768 bilhões.

Apesar do resultado expressivo, o real se valorizou ao longo do ano, sustentado por juros elevados no país e pela queda do dólar no mercado internacional.

O desempenho negativo foi provocado principalmente pelo canal financeiro, que acumulou saída líquida de US\$ 82,467 bilhões em 2025, a segunda maior da série histórica, atrás apenas de 2024. Esse canal inclui investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucros, pagamento de juros e outras operações financeiras.

Já o canal comercial apresentou entrada líquida de US\$ 49,151 bilhões, insuficiente para compensar a forte evasão financeira. O saldo positivo ficou abaixo do pico registrado em 2007 e também menor que o observado em 2024.

Segundo o BC, o principal fator para a menor entrada de dólares pela via comercial foi o avanço das importações. O volume de câmbio contratado para compras externas alcançou US\$ 238 bilhões, o segundo maior da série histórica, atrás apenas de 2022.

As exportações somaram US\$ 287,5 bilhões no ano. Diferentemente da balança comercial, que inclui apenas exportações e importações já realizadas, o fluxo cambial inclui operações como pagamentos antecipados e adiantamentos de contrato de câmbio.

Mesmo com a saída expressiva de dólares no mercado à vista, o real apreciou-se em 2025. Os juros elevados no Brasil e o enfraquecimento global do dólar estimularam posições favoráveis à moeda brasileira no mercado de derivativos (ativos que derivam de outros ativos), compensando o fluxo cambial negativo.

O Banco Central, por sua vez, teve atuação limitada no mercado à vista, realizando apenas duas intervenções de US\$ 1 bilhão cada, por meio do mecanismo conhecido como “casadão”. Nessas operações, o BC vende dólares das reservas internacionais, combinando com swaps cambiais reversos, compra de dólares no mercado futuro, na mesma quantia. O casadão permite que a autoridade monetária alivie a taxa de juros em dólar, sem mexer no câmbio.

Saída em dezembro

Em dezembro, o fluxo cambial ficou negativo em US\$ 13,562 bilhões, valor inferior ao registrado no mesmo mês de 2024, quando a saída chegou a US\$ 27 bilhões. O resultado refletiu uma saída de US\$ 20,982 bilhões pela conta financeira, parcialmente compensada por uma entrada de US\$ 7,421 bilhões pela conta comercial.

Tradicionalmente, dezembro concentra remessas ao exterior para pagamento de dividendos. Em 2025, os envios foram intensificados por empresas e investidores que buscaram se antecipar ao fim da isenção do imposto de renda sobre remessas internacionais, que passou a ser tributada a partir de janeiro de 2026.

Prévia



As relações monetárias e financeiras entre residentes e não residentes são medidas pelo balanço de pagamentos, divulgado no fim de cada mês pelo Banco Central. O fluxo cambial, no entanto, funciona como uma prévia dos números, ao contabilizar adiantamentos de contratos de câmbio e pagamentos antecipados.

O fluxo cambial é composto de duas partes: o fluxo comercial, que mede o fechamento de câmbio para exportações e importações, e o fluxo financeiro, que mede investimentos em empresas, empréstimos e transações no mercado financeiro. Os dados do Banco Central mostram que, no ano passado, a fuga de dólares ocorreu no canal financeiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

FINANÇAS - ALUGUEL RESIDENCIAL SOBE 0,51% EM DEZEMBRO, APÓS ALTA DE 0,37% EM NOVEMBRO

Segundo o índice do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, houve alta de 8,85% no ano de 2025

Do Estadão Conteúdo

Os aluguéis residenciais aumentaram 0,51% em dezembro, após terem subido 0,37% em novembro. Os dados são do Índice de Variação de Aluguéis Residenciais (IVAR), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

O índice acumulou uma alta de 8,85% no ano de 2025, ante um avanço de 6,92% nos 12 meses encerrados em novembro.

“Os dados de 2025 refletem um mercado com demanda aquecida e espaço para repasses. Embora o índice nacional tenha avançado apenas 0,51% em dezembro, o acumulado em 12 meses alcançou 8,85% ligeiramente acima dos reajustes observados em 2024. Esse movimento indica que os efeitos defasados da inflação e o processo de recomposição de preços seguem influenciando o mercado de aluguéis. Para o início de 2026, o cenário aponta para a manutenção de reajustes elevados, sustentados por fatores como juros ainda altos, inflação de serviços persistente e oferta restrita, especialmente em áreas centrais”, avaliou o economista Matheus Dias, do Ibre/FGV, em nota oficial.

O IVAR foi criado para medir a evolução mensal dos valores de aluguéis residenciais do mercado de imóveis no Brasil, com informações obtidas diretamente de contratos assinados entre locadores e locatários sob intermediação de empresas administradoras de imóveis. Até então, a FGV coletava informações de anúncios de imóveis residenciais para locação, e não os valores efetivamente negociados.

Quanto aos resultados das quatro capitais que integram o índice da FGV, no acumulado do ano de 2025, os aluguéis avançaram 9,48% em São Paulo; 11,27% em Belo Horizonte; 12,11% no Rio de Janeiro; e 3,32% em Porto Alegre.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

FINANÇAS - IBOVESPA VOLTA DUAS CASAS APÓS 2º MAIOR NÍVEL DE ENCERRAMENTO

Índice encerrou a quarta-feira em baixa de 1,03%, aos 161.975,24 pontos, com giro financeiro a R\$ 24,9 bilhões

Do Estadão Conteúdo

À medida em que se aproxima a agenda mais forte da semana, na sexta-feira, o Ibovespa dá dois passos atrás para acomodação, após ter encerrado o dia anterior na casa dos 163 mil pontos, o segundo maior nível de fechamento de que se tem registro na B3.

Nesta quarta-feira, invertendo também o que se viu na terça, operou no negativo desde a abertura, aos 163.660,52 pontos, e encerrou em baixa de 1,03%, aos 161.975,24 pontos, com giro financeiro a R\$ 24,9 bilhões. Na mínima do dia, buscou os 161.745,83 pontos. Na semana, ainda avança 0,89% e, no ano, 0,53%.



Apesar da queda nesta quarta-feira, o Ibovespa ainda avança 0,89% na semana e 0,53% neste início de ano

Destaque da agenda de dados desta quarta-feira, o relatório privado sobre a geração de empregos nos EUA, da ADP, mostrou a criação de 41 mil vagas em dezembro, abaixo da expectativa de consenso, de 48 mil, o que reforça a percepção de desaceleração do mercado de trabalho no país, aponta Luise Coutinho, head de Produtos e Alocação na HCI Advisors. Embora os dados da ADP não sejam estreitamente correlacionados, a leitura normalmente é vista como uma proxy do que pode vir na sexta-feira, quando será divulgado o resultado oficial, o payroll, fundamental para a orientação dos ajustes de juros nos Estados Unidos.

“A ata da última reunião mostrou um comitê do Federal Reserve muito dividido. Enquanto os dados fracos de emprego dão argumentos para quem defende a redução das taxas para estimular o país, a inflação ainda persistente e as incertezas sobre novas tarifas de importação e as políticas fiscais em andamento pesam no sentido contrário”, acrescenta. Segundo ela, ante o cenário de dúvidas, a aposta do mercado é de que o banco central americano opte pela cautela e mantenha a taxa de juros na sua próxima reunião de política monetária, em 28 de janeiro.

Para Davi Lelis, sócio da Valor Investimentos, a leitura fraca sobre o mercado de trabalho suscita cautela no sentido de um enfraquecimento de ritmo da economia que, no limite, poderia resultar mesmo em uma recessão nos Estados Unidos, apesar do processo em curso de redução de juros por lá. Nesta perspectiva, os principais índices de ações em Nova York encerraram o dia sem direção única, com variações entre -0,94% (Dow Jones) e +0,16% (Nasdaq).

Por aqui, na mesma sexta-feira do payroll, será conhecido o IPCA de dezembro, destaque da agenda doméstica da semana.

Hoje, o mercado refletiu também a cautela diante dos desdobramentos envolvendo a invasão americana à Venezuela, e a sinalização de maior oferta de petróleo aos Estados Unidos, fatores que pressionam os preços das commodities e impactam, principalmente, as ações da Petrobras, observa Marcos Vinícius Oliveira, economista e analista sênior da ZIIN Investimentos. “A expectativa é de que esse aumento de oferta via Venezuela possa pesar sobre as cotações do petróleo no médio prazo”, acrescenta.

“A bolsa brasileira acompanhou ambiente mais defensivo, refletindo não apenas o aumento da cautela, mas também um movimento de realização de lucros, especialmente após os ganhos acumulados ao longo de 2025 quando o Ibovespa acumulou alta de cerca de 34%. Parte dos investidores aproveita o momento para reduzir exposição e proteger resultados”, diz Gustavo Gomes, head de renda variável da AVIN.

Segundo ele, de forma geral, o pregão combinou pressão moderada sobre o câmbio, juros com menor inclinação, sobretudo nos vencimentos mais curtos, e uma bolsa em ajuste de posições em razão do ambiente de maior aversão ao risco.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

FINANÇAS - APÓS QUATRO PREGÕES DE QUEDA, DÓLAR TEM LEVE ALTA

Em dia ruim para commodities, houve espaço para ajustes e realização de lucros no mercado doméstico de câmbio

Do Estadão Conteúdo

Após quatro pregões consecutivos de queda, em que acumulou perdas de 3,39%, o dólar exibiu leve alta na sessão desta quarta-feira, 7, mas se manteve abaixo de R\$ 5,40. Operadores afirmam que o ambiente negativo para divisas emergentes, com queda do petróleo e de commodities metálicas, abriu espaço para ajustes e realização de lucros no mercado doméstico de câmbio.

Dados de emprego e atividade nos EUA reforçaram a perspectiva de que o Federal Reserve vai manter a taxa básica de juros americana inalterada em seu encontro de política monetária neste mês e podem ter contribuído para o fortalecimento da moeda americana. Questões geopolíticas, como os planos americanos para o petróleo da Venezuela e as ameaças dos EUA à Groenlândia, foram apenas monitoradas.

Com máxima de R\$ 5,4010 e mínima de R\$ 5,3690, o dólar à vista encerrou o dia em alta de 0,13%, a R\$ 5,3870. Ontem, a divisa terminou o pregão no menor nível de fechamento desde 4 de dezembro, véspera do anúncio da pré-candidatura de Flávio Bolsonaro à presidência da República. Depois de subir 2,89% em dezembro, quando se aproximou de R\$ 5,60, a moeda acumula queda de 1,86% neste início de janeiro.

“Vimos uma leve alta do dólar hoje, em linha com o comportamento em relação a outras divisas emergentes. Tem também um fator técnico de correção após alta do real nos últimos dias”, afirma a economista-chefe do Ouribank, Cristiane Quartaroli, ressaltando que os “ruídos institucionais” relacionados ao Banco Master podem ter contribuído para uma postura mais defensiva dos investidores.

Lá fora, o índice DXY que mede o comportamento da moeda americana em relação a uma cesta de seis divisas fortes operava em tímida elevação no fim da tarde, ao redor dos 99,680 pontos, após máxima aos 98,705 pontos. O Dollar Index avança cerca de 0,40% em janeiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

JUSTIÇA - BOLSONARO TEVE LEVE TRAUMATISMO CRANIANO, MAS NÃO PREOCUPA

Informação foi confirmada por um dos médicos do ex-presidente, que passou por exames após sofrer queda na sala onde cumpre pena

Do Estadão Conteúdo



Apesar do quadro estável, Bolsonaro ainda sente tontura, desequilíbrio e oscilação da memória

Um dos médicos do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL) Brasil Caiado, afirmou nesta quarta-feira, 7, que o ex-presidente apresentava um quadro “estável” e com contusões leves, mas quadros de tontura, desequilíbrio, oscilação de memória e interação medicamentosa.

A declaração veio depois de Bolsonaro ser submetido a exames depois de sofrer uma queda na Superintendência da Polícia Federal em Brasília, onde está preso desde novembro.

“Ele estava estável e o que me chama a atenção no momento, desde ontem (terça) ou há 2 ou 3 dias, são esses quadros que eu relatei, tontura, desequilíbrio e oscilação da memória”, disse Brasil Caiado a jornalistas.

Segundo o médico, Bolsonaro foi submetido a uma tomografia do crânio, a uma ressonância magnética do crânio e a um eletroencefalograma, com a constatação de um traumatismo craniano leve e contusões na região frontal direita e na região temporal direita da parte externa. “A lesão não é preocupante. ... O que me chama mais atenção e que seria mais possível é a interação medicamentosa e nós estamos com essa dificuldade”, declarou.

O médico disse também que não ficou comprovada uma crise convulsiva do ex-presidente: “A crise convulsiva não se confirmou pelo exame, foi uma suspeita clínica, fica no ar, mas provavelmente não”.

Brasil Caiado disse ainda haver uma dúvida como será feita a administração dos remédios de soluços do ex-presidente. “Uma alternativa é se, nós temos que suspender os medicamentos e colocar o presidente num quadro degradante de soluço, ou eu mantenho a medicação e aumento o risco, que eu ainda não sei se é, nós vamos avaliar, mas são hipóteses que nós vamos trabalhar” disse.

Abalado

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro afirmou que Jair Bolsonaro está “abalado” e que não há risco de Bolsonaro fugir caso volte para a prisão domiciliar. “Nossa casa é um presídio. Não tem como ele fugir”.

A ex-primeira-dama voltou a defender que o marido volte para sua casa. “Ele não tem que estar na Papudinha, ele não tem que estar na Superintendência. Ele tem que estar em prisão domiciliar, assim como o ex-presidente Fernando Collor”.

Já Carlos Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, afirmou que o pai sofre com a falta de ferro e labirintite e defendeu que a falta de acompanhamento constante pode ser “fatal”. “Se você não tiver um acompanhamento integral, não é de familiar ou não, tem que ser médico, enfermeiro integral acompanhando ele, eu tenho receio, é quase certeza que vai acontecer novamente, e pode ser uma coisa fatal”, falou.

Bolsonaro está preso na Superintendência da Polícia Federal em Brasília desde 22 de novembro. Em 24 de dezembro, ele foi internado para novos procedimentos médicos para corrigir um caso de hérnia inguinal e para tentar amenizar as crises de soluços.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

JUSTIÇA - MICHELLE CRITICA MORAES POR DEMORA EM LIBERAR MARIDO AO HOSPITAL

Do Estadão Conteúdo

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro afirmou que, “mais uma vez”, haverá “sangue nas mãos” do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e do procurador-geral da República, Paulo Gonet.

A declaração foi uma crítica ao fato de o ministro ainda não ter autorizado, naquele momento, a ida do ex-presidente Jair Bolsonaro ao Hospital DF Star. A autorização foi concedida apenas nesta quarta-feira, 7.

Ao dizer que “mais uma vez” haverá “sangue nas mãos” de Moraes e Gonet, Michelle fez referência à morte de um dos presos por envolvimento nos atos golpistas de 8 de Janeiro. O empresário

Cleriston Pereira da Cunha morreu em 2023 após sofrer um mal súbito durante o banho de sol no Complexo da Papuda, em Brasília.

Ele respondia a uma ação penal pelos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

Na ocasião, aliados de Bolsonaro criticaram o STF e o ministro Alexandre de Moraes pela morte do detento. A defesa de Cleriston de 46 anos, havia solicitado sua liberdade provisória. Em 1º de setembro daquele ano, a Procuradoria-Geral da República (PGR) emitiu parecer favorável ao pedido, mas o STF ainda não havia despachado o pedido quando ele morreu.

Ainda segundo Michelle Bolsonaro, o ex-presidente estaria sendo negligenciado e submetido a tortura. "Ele está em um quarto, trancado, que só pode ser aberto quando ele tem que tomar medicação. A primeira medicação do dia é às 8h da manhã, e isso nos preocupa", afirmou a jornalista.

Nas primeiras horas desta terça-feira, 6, Michelle Bolsonaro informou, em publicação no Instagram, que Jair Bolsonaro sofreu uma crise durante a madrugada, caiu e bateu a cabeça em um móvel.

A ex-primeira-dama relatou que tinha uma visita ao ex-presidente prevista para as 9h desta terça, mas só conseguiu entrar às 10h, porque ele recebia os primeiros atendimentos médicos. Segundo ela, não há confirmação sobre o horário exato da queda, e Bolsonaro não se lembra por quanto tempo teria permanecido desacordado.

Na tarde da terça, Michelle disse que aguardava, no estacionamento do Hospital DF Star, a liberação do ministro Alexandre de Moraes para a realização dos exames. De acordo com ela, mais de seis horas haviam se passado desde o episódio, e Bolsonaro ainda não havia realizado os procedimentos necessários para verificar a existência de eventual dano neurológico.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 08/01/2026

JUSTIÇA - MORAES NOTIFICA MALAFAIA POR FALAS CONTRA COMANDANTE DO EXÉRCITO

Pastor é acusado de crimes de injúria e calúnia contra o general Tomás Paiva. Líder religioso alega perseguição

Do Estadão Conteúdo



Alexandre de Moraes pediu ao pastor uma resposta prévia, no prazo de até 15 dias, à denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes notificou o pastor Silas Malafaia para apresentar resposta prévia, no prazo de até 15 dias, à denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) pelos crimes de injúria e calúnia contra o comandante do Exército, general Tomás Paiva.

A notificação foi determinada após Moraes retirar, em 20 de dezembro, o sigilo da ação, instaurada a partir de denúncia apresentada pela PGR no dia 18, como revelou o Estadão. Em 22 de dezembro, o ministro assinou a carta de ordem que formalizou o prazo para a manifestação da defesa, e Malafaia foi notificado pessoalmente no dia 23.

Nesse intervalo, teve início o recesso do Judiciário, período em que ficam suspensos os prazos processuais entre 20 de dezembro e 20 de janeiro. A reportagem, Malafaia criticou a rapidez no andamento do caso.

“O regimento interno do STF, com resolução do Conselho Nacional de Justiça, diz que intimações ou ações durante o recesso ficam restritos a medidas de urgência. O STF não delibera matérias ordinárias. Como o Moraes manda me intimar numa velocidade estúpida?”, afirmou.

Segundo a denúncia, Malafaia cometeu os crimes durante um discurso realizado em 6 de abril de 2025, em um ato público na Avenida Paulista, em São Paulo. De acordo com a acusação, o pastor ofendeu a honra e a dignidade do comandante do Exército ao chamá-lo, ao lado de outros integrantes do Alto Comando da Força, de “frouxo”, “covarde” e “omisso”, em referência à prisão do general Walter Braga Netto.,

“Cadê esses generais de quatro estrelas do alto comando do Exército? Cambada de frouxos. Cambada de covardes. Cambada de omissos. Vocês não honram a farda que vestem. Não é para dar golpe, é para marcar posição”, discursou Malafaia na manifestação.

O pastor afirmou que, durante o ato, não citou nominalmente o general Tomás Paiva.

A PGR sustenta que, na mesma ocasião, Malafaia acusou falsamente o comandante do Exército e outros oficiais-generais de cometer crimes militares, o que caracterizaria o crime de calúnia. As falas, segundo a denúncia, foram proferidas diante de milhares de pessoas e, posteriormente, divulgadas nas redes sociais do pastor, alcançando mais de 300 mil visualizações. Para o Ministério Público, as declarações tiveram o objetivo de constranger e ofender publicamente autoridades militares em razão do exercício de suas funções.

Perseguição

Malafaia classificou o processo como uma perseguição política e criticou o procurador-geral da República, Paulo Gonet, por denunciá-lo ao STF. “Eu não tenho foro no STF. Ele deveria me mandar para a primeira instância. O argumento é que Moraes preside o inquérito das fake news e das milícias digitais, mas o que isso tem a ver com a minha opinião em uma manifestação pública? Absolutamente nada. Isso é uma maneira covarde de produzir puríssima perseguição política”, disse.

A acusação aponta ainda a incidência de agravantes, por se tratar de ofensas dirigidas a funcionário público no exercício do cargo, contra pessoa com mais de 60 anos, e praticadas em ambiente público e virtual, com amplo alcance. A PGR também solicitou que, em eventual condenação, seja fixado um valor mínimo para reparação dos danos causados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

JUSTIÇA HACKER QUE INVADIU SISTEMAS DO CNJ É TRANSFERIDO DO ‘PRESÍDIO DOS FAMOSOS’

Walter Delgatti Neto, que agiu a mando da ex-deputada Carla Zambelli, foi para uma unidade prisional em Potim (SP)

Do Estadão Conteúdo

O hacker Walter Delgatti Neto foi transferido da Penitenciária de Tremembé, conhecida como o presídio dos famosos, para uma unidade prisional em Potim, também no Vale do Paraíba, em São Paulo. A informação foi confirmada pela Polícia Penal do Estado de São Paulo.

Delgatti cumpre pena em regime fechado de oito anos e três meses por invadir, em 2023, os sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a mando da ex-deputada Carla Zambelli, atualmente detida na Itália. Na ocasião, o hacker inseriu um mandado falso de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no sistema da Justiça.

Em agosto do ano passado, a Penitenciária II de Potim começou a receber presos transferidos de Tremembé. Como mostrou o Estadão, a decisão não agradou aos moradores da cidade, que tem cerca de 22 mil habitantes. O próprio prefeito, Emerson Tanaka (MDB), manifestou-se publicamente contra a medida. Além de Delgatti, também foram transferidos para Potim o ex-jogador de futebol Robinho e o empresário Thiago Brennand.

Procurada, a defesa de Delgatti não se manifestou.

Progressão de pena

A Procuradoria-Geral da República (PGR) manifestou-se em dezembro do ano passado de forma favorável ao pedido de progressão de regime prisional de Walter Delgatti Neto.

No parecer enviado ao ministro-relator Alexandre de Moraes, do STF, a PGR informou que, até 2 de julho deste ano, Delgatti havia cumprido um ano, 11 meses e cinco dias de pena, o equivalente a 20% do total. O documento destaca ainda que o atestado de conduta carcerária emitido pela unidade prisional aponta bom comportamento do detento, requisito previsto em lei para a concessão do benefício.

“Além disso, o atestado de conduta carcerária emitido pela unidade prisional atesta que o reeducando Walter Delgatti Neto apresenta bom comportamento carcerário. Dessa forma, estão atendidos os requisitos objetivos e subjetivos exigidos para a progressão de regime prisional”, escreveu o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

JUSTIÇA - ALESSANDRO VIEIRA PEDE QUE PGR INVESTIGUE JHONATAN DE JESUS

Senador quer apuração de suspeita de abuso de autoridade do ministro do TCU no caso do Banco Master

Do Estadão Conteúdo

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) protocolou nesta quarta-feira, 7, representação junto à Procuradoria-Geral da República (PGR) em que pede investigação sobre o ministro Jhonatan de Jesus, do Tribunal de Contas da União (TCU), por suspeita de abuso de autoridade no caso do Banco Master. Também solicita a suspensão imediata das determinações do órgão de controle relacionadas ao caso.

Em dezembro do ano passado, o ministro emitiu despacho no qual levanta suspeitas em relação à decisão do Banco Central de liquidar a instituição financeira, cujo dono, Daniel Vercaro, é acusado de fraude. A medida, segundo ele, poderia ter sido precipitada. Na decisão, determinou inspeção in loco de auditores do TCU a pretexto de avaliar os critérios do BC e apontou para a possibilidade de impor cautelares para impedir a venda de ativos do Master.

Vieira considera que a fiscalização do órgão de controle, neste caso, é inconstitucional, já que o BC teria “competência técnica exclusiva” para determinar a liquidação de entidades financeiras. No caso do Master, a justificativa foram inviabilidade econômico-financeira, gestão temerária e passivos a descoberto que comprometem a segurança dos depositantes e a higidez do Sistema Financeiro Nacional.

“Contudo, o ministro representado, à revelia das limitações constitucionais impostas ao Tribunal de Contas da União, instaurou procedimento fiscalizatório que, sob o pretexto de realizar inspeção, opera verdadeiros interferência indevida na atividade-fim da Autarquia Monetária”, diz o parlamentar na representação apresentada à PGR.

O senador destaca que o TCU tem competência para verificar a economicidade e a legalidade dos atos do Banco Central, mas que não pode revisar atos de regulação do sistema financeiro, como, na visão dele, Jhonatan de Jesus tenta fazer. Em uma de suas medidas, o ministro exigiu que a autarquia demonstrasse que não havia alternativas à liquidação do Master.

Conforme revelou o Estadão, a postura do ministro gerou reações dentro do próprio tribunal e no mercado financeiro, que vê tentativa de minar o trabalho do BC. A autarquia apresentou um recurso questionando a decisão de estabelecer fiscalização.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

JUSTIÇA - TRIBUNAL ANALISA RECURSO DO BANCO CENTRAL SOBRE INSPEÇÃO Da Agência Brasil

O Tribunal de Contas da União (TCU) confirmou o recebimento do recurso apresentado pelo Banco Central, que recorre de decisão do ministro relator do caso Banco Master, Jhonatan de Jesus, que determinou uma inspeção ao órgão regulador do mercado financeiro.

“Na atual fase, o relator está analisando os embargos de declaração opostos pelo BC. É preciso aguardar essa definição para vermos como o processo seguirá”, informou a assessoria técnica do TCU.

Nos embargos de declaração, a determinação por um único juiz é questionada pelo Banco Central sob o argumento de que a decisão deveria partir de um processo de deliberação colegiada.

Um comunicado publicado nos canais de comunicação do TCU, na terça-feira (6), reforça o papel de controle da Corte sobre processos decisórios da administração pública federal, previsto na Constituição Federal.

A nota “reafirma que o Banco Central do Brasil, embora dotado de autonomia técnica e decisória, integra a administração pública federal e, como tal, submete-se ao sistema constitucional de controle externo”.

De acordo com o informativo, a ação do TCU não é nova, nem excepcional, e está alinhada com a defesa de independência do órgão regulador.

“Não fragiliza a autoridade do Banco Central. Ao contrário: reforça a legitimidade institucional das decisões públicas, assegurando à sociedade que atos de elevado impacto econômico e sistêmico foram praticados com observância estrita dos princípios constitucionais”, finaliza.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

JUSTIÇA - PGR PEDE FIM DE INQUÉRITO CONTRA SENADOR FLAGRADO COM DINHEIRO NA CUECA

Chico Rodrigues (PSB-RR) responde por suspeitas de desvio de recursos públicos
Do Estadão Conteúdo

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) o arquivamento parcial do inquérito em que o senador Chico Rodrigues (PSB-RR) responde por suspeitas de desvio de recursos públicos durante a pandemia da covid-19 em Roraima. O parlamentar foi flagrado com dinheiro na cueca em uma operação da Polícia Federal em outubro de 2020.

“A construção inicial que vinculava o senador da República Francisco de Assis Rodrigues a esses eventos fundada na circunstância de as contratações terem sido, em tese, lastreadas em emendas de sua autoria não se sustenta à luz do desenvolvimento das diligências”, escreveu Gonet.

O caso será analisado pelo ministro Flávio Dino, relator do processo. O senador disse que vai aguardar a decisão do STF para se pronunciar.

Segundo a PGR, a investigação não apresentou indícios mínimos de prova que comprovem a suspeita de que o senador atuou para ocultar valores durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão em sua residência em 2020.

“O arquivamento parcial deve abranger a tentativa de ocultação de valores atribuída ao senador Francisco de Assis Rodrigues durante o cumprimento de busca domiciliar”, diz o parecer da PGR.

De acordo com as investigações da PF, Chico Rodrigues tentou ocultar dinheiro na cueca durante uma operação da PF em Boa Vista que investiga desvios de recursos públicos destinados ao combate à pandemia de covid-19, oriundos de emendas parlamentares. A ordem de busca e apreensão foi autorizada pelo ministro Luís Roberto Barroso.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

INTERNACIONAL - AGENTE DE IMIGRAÇÃO MATA MULHER NOS EUA

A vítima, uma cidadã americana de 37 anos, foi morta a tiros em Minneapolis, durante operação policial

Do Estadão Conteúdo



O episódio ocorreu em meio às ações de repressão à imigração do governo do presidente Donald Trump

Uma mulher foi morta a tiros por um agente de imigração dos Estados Unidos durante uma operação realizada na quarta-feira, 7, em Minneapolis, cidade onde George Floyd foi assassinado pela polícia local em 2020. A vítima foi identificada como Reneé Nicole Good, uma

cidadã americana de 37 anos.

O episódio ocorreu em meio às ações de repressão à imigração do governo do presidente Donald Trump e é tratado pelo Departamento de Segurança Interna (DHS) como um caso de legítima defesa, versão contestada por autoridades locais.

Segundo o DHS, um agente do Serviço de Imigração e Aduanas (ICE, na sigla em inglês) atirou contra a motorista após ela tentar usar o veículo para atropelar policiais.

Vídeos gravados por testemunhas e divulgados nas redes sociais mostram agentes se aproximando de um SUV parado no meio da rua e tentando abrir a porta do lado do motorista. Em seguida, o carro arranca; outro agente, posicionado à frente do veículo, dispara ao menos dois tiros.

O automóvel avança, empurra o agente para trás, sem derrubá-lo, e colide com dois carros estacionados antes de parar. Pessoas que presenciaram a cena reagiram com gritos de choque.

O tiroteio é visto como uma escalada nas operações de fiscalização migratória em grandes cidades americanas e, segundo autoridades, é ao menos a quinta morte registrada em ações desse tipo em alguns Estados desde 2024.

O gabinete do promotor do Condado de Hennepin informou que a investigação precisa ser concluída antes de qualquer decisão sobre eventuais acusações criminais. O porta-voz Daniel Borgertpoopping afirmou que tanto autoridades estaduais quanto federais têm jurisdição para apresentar denúncias.

O governador de Minnesota, Tim Walz, criticou duramente a versão apresentada pelo Departamento de Segurança Interna. Em publicação na rede social X, classificou a narrativa oficial como “propaganda” e disse ter assistido aos vídeos do incidente. Segundo ele, o Estado garantirá uma investigação “completa, justa e rápida” para assegurar responsabilização.

“Eu tenho uma mensagem bem simples: Presidente Trump e secretária Kirsty Noem, vocês já causaram (danos) demais”, acrescentou Walz.

Após o tiroteio, Trump foi às redes sociais para endossar a versão do DHS. Segundo ele, a mulher estava agindo de forma “muito desordeira, obstruindo e resistindo”, e “depois violentamente, deliberadamente e cruelmente” ao trabalho dos agentes. O republicano classificou a mulher morta como uma “agitadora profissional”.

O senador estadual Omar Fateh afirmou estar no local coletando informações e disse estar “profundamente preocupado” com relatos de que um médico teria sido impedido por autoridades federais de realizar manobras de reanimação cardiopulmonar na vítima.

Já o prefeito de Minneapolis, Jacob Frey, afirmou que a presença de agentes federais de imigração está “causando caos” na cidade e exigiu a retirada imediata do ICE. Segundo ele, a administração municipal está ao lado das comunidades de imigrantes e refugiados.

Em nota, o DHS classificou o episódio como um “ato de terrorismo doméstico”. O órgão afirmou que manifestantes teriam bloqueado a operação e que a mulher usou o veículo de forma deliberada para tentar matar agentes.

Violência policial nos EUA

Em maio de 2020, o homicídio de George Floyd em Minneapolis, nos Estados Unidos, causou uma onda de indignação e inúmeros protestos.

Floyd, um homem afro-americano de 46 anos, foi assassinado na esquina de uma rua em Minneapolis após ser algemado e imobilizado no chão por Derek Chauvin e outros policiais que atendiam a uma ocorrência de falsificação de documentos.

Darnella Frazier, uma jovem de 17 anos, começa a gravar Derek se ajoelhar em cima do pescoço de George, que repetidamente diz: “Eu não consigo respirar.”

O vídeo de Darnella serviu para contradizer a alegação inicial da polícia de que a morte de George Floyd estaria associada a um “incidente médico” que a vítima apresentou durante a abordagem. O ex-policial foi condenado em 2022 a 21 anos de prisão pelo assassinato de Floyd.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026

INTERNACIONAL - PAÍSES EUROPEUS REFORÇAM APOIO À GROENLÂNDIA E COBRAM EUA

França, Alemanha, Itália, Polônia, Espanha, Reino Unido e Dinamarca divulgaram uma declaração conjunta

Do Estadão Conteúdo

Por meio de suas redes sociais, os países europeus estão reforçando a mensagem expressa em declaração conjunta assinada pelos líderes de França, Alemanha, Itália, Polônia, Espanha, Reino Unido e Dinamarca de apoio e defesa da Groenlândia. O texto destaca que a segurança no Ártico continua sendo uma prioridade fundamental para a Europa e para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). “Nós e muitos outros aliados aumentamos nossa presença, atividades e

investimentos para manter o Ártico seguro e dissuadir adversários. O Reino da Dinamarca incluindo a Groenlândia faz parte da Otan”, destaca o comunicado.

Os países europeus citam que a segurança da região deve ser alcançada coletivamente, junto aos Estados Unidos, e “sustentando os princípios da Carta da ONU, incluindo soberania, integridade territorial e a inviolabilidade das fronteiras. Estes são princípios universais, e não vamos parar de defendê-los”.

O texto termina destacando que a “Groenlândia pertence ao seu povo”.

A Casa Branca confirmou que o presidente Donald Trump e sua equipe estão discutindo “opções de aquisição” para a ilha o que poderia incluir o uso da força. O líder norte-americano argumenta que os EUA precisam controlar a Groenlândia para garantir a segurança do território da Otan, diante das crescentes ameaças da China e da Rússia no Ártico.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/01/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

CASO MASTER: MINISTRO DO TCU SUSPENDE INSPEÇÃO NO BANCO CENTRAL E LEVA CASO PARA O PLENÁRIO

Decisão tomada nesta quinta ocorreu após pedido do BC

Por Mariana Muniz e Manoel Ventura — Brasília



Tribunal de Contas da União (TCU): relatório apontou quase 12 mil obras paradas no país — Foto: Leopoldo Silva/Agência Senado

O ministro Jhonatan de Jesus, do Tribunal de Contas da União (TCU), suspendeu a inspeção presencial no Banco Central, determinada por ele para apurar os procedimentos adotados na liquidação extrajudicial do Banco Master, ocorrida em novembro. O ministro ainda submeteu o caso ao plenário, em decisão assinada nesta quinta-feira.

A data em que o plenário da Corte irá analisar o caso ainda não foi marcada. O TCU está de recesso até o fim do mês.

A decisão ocorre após o Banco Central apresentar um recurso chamado de embargo de declaração contestando a competência do ministro para autorizar, de forma monocrática, uma inspeção desse porte. O BC argumenta que tal diligência deveria ser aprovada por um órgão colegiado do TCU.

Embora Jhonatan de Jesus tenha defendido que o regimento interno do TCU lhe confere poderes para determinar inspeções necessárias à instrução processual, o ministro optou por conferir efeito suspensivo ao recurso para evitar instabilidade institucional.

Na decisão, o ministro do TCU ressaltou que a "dimensão pública assumida pelo caso, com contornos desproporcionais para providência instrutória corriqueira nesta Corte", recomenda que a controvérsia seja submetida ao crivo do plenário, instância que considera natural para "estabilizar institucionalmente a matéria".

Fabio Graner: Despacho do TCU com recuo de Jhonatan de Jesus mostra valor da vigilância social
O caso teve origem em uma representação do Ministério Público junto ao TCU, motivada pela decretação da liquidação extrajudicial do Master. O órgão técnico do Tribunal, a AudBancos, defende que a inspeção é a providência central para obter acesso direto a documentos primários e "reconstituir o fluxo decisório e aferir motivação, coerência interna, proporcionalidade e consideração documentada de alternativas.

O Banco Central, por sua vez, apresentou argumentos sobre os riscos associados a intervenções que suspendam ou revertam atos da gestão da liquidação e sustentou que a fiscalização dependeria de deliberação por órgãos colegiados.



Ministro sob pressão

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jhonatan de Jesus durante sessão plenária em setembro de 2025 — Foto: Ascom/TCU

Jhonatan de Jesus está sob pressão por conta da decisão que determina a inspeção, criticada por especialistas e por integrantes do governo e do BC. Até mesmo colegas dele na

Corte discordam do acompanhamento da liquidação do Master neste momento, pois consideram que a decisão do Banco Central é recente.

Diante das críticas, o ministro também sinalizou a seus pares que não pretende reverter a liquidação.

A controvérsia surgiu após o ministro solicitar informações adicionais sobre os elementos que sustentaram a decisão do BC de encerrar as atividades da instituição financeira. Na segunda-feira, o ministro formalizou o despacho que permite a inspeção nas dependências do Banco Central.

Logo depois, o BC apresentou recurso em que sustenta que a determinação para a realização de inspeções deve ser tomada de forma colegiada, conforme previsto no regimento interno do tribunal, e não por decisão individual. Segundo a autoridade monetária, a análise e eventual autorização caberiam à Primeira Câmara do TCU.

Alcance da apuração

A inspeção foi determinada para examinar como se deu o acompanhamento da situação do Banco Master ao longo do tempo, incluindo os alertas emitidos, as ações de supervisão adotadas e a condução das alternativas consideradas antes da liquidação, como eventuais soluções de mercado.

O interesse do TCU se concentra, principalmente, no acesso aos documentos que embasaram o relatório produzido pelo Banco Central sobre o caso. Técnicos do tribunal avaliam que o material encaminhado até agora apresentou um panorama geral do processo, mas sem a documentação necessária para verificar de forma detalhada as conclusões alcançadas.

Como parte desses documentos é protegida por sigilo e não pode ser retirada da sede do Banco Central, a proposta é que a análise seja feita presencialmente, dentro da própria instituição.

Liquidação do Master

A liquidação do Banco Master ocorreu após o avanço das investigações conduzidas pela Polícia Federal, que, em novembro do ano passado, deflagrou a operação Compliance Zero. A apuração resultou na prisão do controlador da instituição, Daniel Vorcara, investigado por suspeitas de fraudes financeiras relacionadas à emissão e comercialização de títulos de crédito irregulares. Ele foi solto em seguida.

A Polícia Federal investiga indícios de fraude em transações financeiras que somam R\$ 12,2 bilhões entre Master e BRB, banco estatal de Brasília que só não comprou o Master porque o negócio foi vetado pelo BC.

Ao autorizar a inspeção, o presidente do TCU ressaltou que a Corte de Contas possui competência constitucional para fiscalizar o Banco Central, inclusive quanto à legalidade e à economicidade de seus atos administrativos, preservada a autonomia técnica da autoridade monetária.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/01/2026

VENEZUELA ANUNCIA LIBERTAÇÃO DE PRESOS POLÍTICOS COMO 'GESTO DE PAZ UNILATERAL'

Presidente da Assembleia Nacional diz que medida não foi negociada, mas cita mediação de líderes do Brasil, da Espanha e do Catar

Por Letícia Messias



O presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Jorge Rodríguez, fala em Caracas, em 8/1/2026, ao anunciar a libertação iminente de presos — Foto: AFP

O presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Jorge Rodríguez, anunciou nesta quinta-feira a libertação de um “número significativo” de presos por razões políticas, incluindo cidadãos estrangeiros, a ativista Rocío San Miguel, presa em 2024 sob acusação de “traição à pátria, terrorismo e conspiração”, e o ex-candidato à Presidência Enrique Márquez. Segundo ele, as solturas começaram “a partir deste exato momento”, sem que tenha sido informado o total de beneficiados.

Trata-se das primeiras libertações sob o governo interino de Delcy Rodríguez, que assumiu temporariamente após a operação militar dos Estados Unidos, em 3 de janeiro, que resultou na captura do presidente deposto Nicolás Maduro e de sua esposa, Cilia Flores. Ambos estão detidos em Nova York, onde respondem a diversos processos judiciais, incluindo acusações de narcotráfico.

De acordo com Jorge Rodríguez, a decisão foi tomada “para a convivência pacífica” e não envolveu negociação com outras partes. O chefe do Parlamento, no entanto, agradeceu a intermediação do ex-presidente do governo da Espanha José Luis Rodríguez Zapatero, do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do governo do Catar, que, segundo ele, atenderam prontamente a um pedido da presidente interina. Ainda não está clara a participação desses governos na decisão.

— É um gesto unilateral do governo bolivariano — afirmou, em declarações à imprensa no Palácio Legislativo, em Caracas. — Considerem este gesto do governo bolivariano, com sua ampla intenção de buscar a paz, como a contribuição que todos devemos dar para garantir que nossa república continue sua vida pacífica.

Embora ainda não se saiba o papel dos líderes citados por Rodríguez, meses antes do ataque dos EUA, foi confirmada a abertura de canais de comunicação entre o Palácio de Miraflores, governos estrangeiros e representantes do setor privado. O objetivo era, em todos os casos, evitar um cenário de guerra na região.

O anúncio de Rodríguez foi feito um dia após o secretário de Estado americano, Marco Rubio, afirmar que o governo dos EUA estruturou um plano de três fases para a Venezuela. Segundo Rubio, a primeira etapa do plano é a estabilização do país, com foco em evitar que a situação venezuelana se transforme em um cenário de caos. Em seguida, disse, ocorrerá a fase de recuperação, com a libertação de opositores presos, concessão anistias e a reconstrução da sociedade civil.

Finalmente, de acordo com o ele, a terceira etapa será a transição política no país. O secretário destacou que o plano tem como objetivo estruturar um caminho claro após a recente intervenção militar que culminou com a remoção de Maduro do comando. Não há, porém, previsão para que isso

ocorra, com o líder americano, Donald Trump, afirmando em entrevista ao New York Times que os EUA deverão permanecer como tutores políticos na Venezuela por “muito mais tempo”.

Espanhóis entre os presos

Pelo menos cinco espanhóis estão entre os que foram soltos por autoridades venezuelanas, segundo fontes diplomáticas ao El País. São eles Andrés Martínez Adasme, José María Basoa, Miguel Moreno, Ernesto Gorbe e uma cidadã com dupla nacionalidade não identificada. Além dos cinco, que se preparam para viajar à Espanha, há pelo menos outros 14 detentos hispano-venezuelanos sobre os quais ainda não há informações a respeito de quantos também podem ter sido liberados.

“O governo da Espanha saúda a libertação hoje, em Caracas, de cinco espanhóis, entre eles uma cidadã com dupla nacionalidade, que se preparam para viajar rumo à Espanha com o apoio da nossa embaixada em Caracas”, informou o Ministério das Relações Exteriores da Espanha em comunicado, no qual afirmou que a medida é um “passo positivo na nova etapa em que a Venezuela se encontra”. O presidente espanhol, Pedro Sánchez, também celebrou a medida, avaliando que a medida representa um “ato de justiça e um passo necessário” para o país.

A ativista e especialista em questões militares Rocío San Miguel, detida em 2024 quando se preparava para deixar a Venezuela, também estaria entre os presos políticos liberados nesta quinta. Na época em que foi detida, o procurador-geral do país, Tarek William Saab, afirmou que ela seria acusada de “traição à pátria, terrorismo e conspiração”. Diretora da ONG Controle Cidadão, ela foi considerada a presa política mais importante do governo de Maduro.

Enrique Márquez, ex-candidato à Presidência e figura relevante da oposição ao chavismo, também foi libertado nas últimas horas. Ele se opôs a reconhecer a vitória de Maduro nas últimas eleições presidenciais, em 2024, e desde então estava preso. Segundo o El País, sua esposa aguarda instruções para ir ao encontro dele.

A ONG Foro Penal estima que a Venezuela tenha atualmente 806 presos por razões políticas, entre eles 175 militares. Em 2024, a mesma ONG anunciou que o país tinha o maior número de presos políticos dos últimos 25 anos, com cerca de 1.780 detidos. Na ocasião, a Venezuela tinha apresentado um aumento considerável nas detenções após as eleições contestadas de 28 de julho, quando Maduro foi proclamado o presidente eleito. Do total de detidos, 114 eram menores.

Antes do pleito, havia 199 presos políticos, segundo registros da organização. Depois da eleição, mais 1.581 foram contabilizados em apenas um mês, aumentando para 2,4 mil no período subsequente. Desde então, mais de 2 mil foram liberados, segundo dados oficiais. Em dezembro passado, no dia do Natal, a Venezuela libertou 99 pessoas que haviam sido detidas durante os protestos contra a reeleição de Maduro, segundo o Ministério do Serviço Penitenciário.

“O governo nacional da Venezuela e o sistema de Justiça decidiram avaliar caso a caso e conceder, de acordo com a lei, medidas cautelares, o que permitiu a libertação de 99 cidadãos, como expressão concreta do compromisso do Estado com a paz, o diálogo e a Justiça”, afirmou o ministério em nota, acrescentando que os 99 “estavam privados de liberdade por sua participação nos atos de violência e incitação ao ódio, posteriores à jornada eleitoral de 28 de julho de 2024”.

Em atualização.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/01/2026

VORCARO DIZ A TRIBUNAL NOS EUA QUE LIQUIDAÇÃO DO MASTER NO BRASIL PODERIA SER REVERTIDA E CITA PROCESSO NO TCU

Liquidante nomeado pelo BC contesta argumentos do banqueiro e cita 'vida luxuosa'

Por Ivan Martínez-Vargas — Brasília



Daniel Vorcaro, dono do Banco Master — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

O banqueiro Daniel Vorcaro tenta barrar em um tribunal da Flórida, nos Estados Unidos, um pedido para que a liquidação do Banco Master seja reconhecida também fora do Brasil. Ele argumenta que despachos recentes do Tribunal de Contas da União (TCU) dão margem a uma reversão da situação da instituição financeira, que teve a liquidação determinada pelo Banco Central (BC) em novembro. Na decisão, a autoridade monetária apontou uma “crise aguda de liquidez” que impedia de satisfazer, com pontualidade, os compromissos assumidos. A solicitação de Vorcaro foi apresentada na segunda-feira, 5 de janeiro.

O chamado pedido de reconhecimento de insolvência transnacional foi apresentado ao Tribunal de Falências do Distrito Sul da Flórida pela EFB Regimes Especiais de Empresas, liquidante do Banco Master nomeada pelo BC. O objetivo é impedir que os ativos do Master nos Estados Unidos se dissipem, por exemplo, ao serem destinados a algum credor que entre na Justiça contra o banco diretamente no país.

Ao liquidar um banco, o BC aponta uma empresa que fica responsável por esse processo. No caso do Master, a EFB é a empresa designada.

Dois dias depois de Vorcaro apresentar o pedido para barrar esse reconhecimento da liquidação, a EFB contestou os argumentos do banqueiro, em petição protocolada na quarta-feira no tribunal da Flórida. No mesmo dia, o juiz americano responsável pelo caso, Scott M. Grossman, recebeu os advogados da liquidante para uma audiência. Agora, o magistrado deve decidir se admite ou não o pedido para iniciar a cooperação internacional.

‘Assunto controverso’

Os advogados do banqueiro nos Estados Unidos afirmam que o reconhecimento da insolvência transnacional “seria prematuro e inconsistente com o propósito e o objetivo” da legislação americana que trata do assunto. A defesa do banqueiro cita o processo aberto pelo TCU. Nesta semana, o ministro do Jhonatan de Jesus determinou que o órgão faça uma inspeção no Banco Central para auditar o processo de liquidação do Master, medida considerada controversa mesmo entre os seus pares no tribunal.

Na petição ao tribunal americano, Vorcaro diz haver “aparente risco de que o decreto de liquidação (do Banco Master) seja revertido”, segundo o documento ao qual O GLOBO teve acesso. A sua defesa ainda afirma que a liquidação do Master é um “assunto controverso” no Brasil. “Embora a liquidação possa ser inevitável em alguns casos, o conjunto probatório está longe de demonstrar que a liquidação seja inevitável no caso do Banco Master”, diz trecho da petição do banqueiro.

Vorcaro também diz que o liquidante busca poderes excessivos sobre os ativos do Master em solo americano antes mesmo de definir a lista de credores no Brasil. Entre os pedidos da empresa liquidante, estariam o poder de requerer o depoimento de testemunhas, a produção de provas e a “prestação de informações relativas aos ativos, negócios, direitos, obrigações e passivos dos devedores ou de seus respectivos espólios”.

‘Vida de luxo e extravagâncias’

Ao tribunal, a EFB Regimes Especiais de Empresas refutou o argumento de Vorcaro ao dizer que o processo no TCU não tem o poder de reverter a liquidação, nem a nomeação do liquidante. Em sua petição, a empresa cita “o descobrimento de uma massiva fraude” e a “vida de luxo e extravagâncias” de Vorcaro.

“A objeção do sr. Vorcaro baseia-se principalmente em peças processuais apresentadas em um procedimento ainda pendente perante o Tribunal de Contas da União”, sustenta. “Não há nenhuma

decisão pendente que, de qualquer maneira, altere o status, a tramitação ou a validade do processo de liquidação no Brasil ou a nomeação do liquidante", afirma a EFB em sua contestação.

Também há o pedido para que o liquidante administre os ativos do Master que estejam sob a jurisdição territorial dos EUA. Vorcaro argumenta que, caso o pedido seja atendido, "o exercício desses poderes poderia afetar de forma irreversível e prejudicial os ativos do Banco Master localizados nos Estados Unidos".

Já o liquidante afirma que "não há qualquer decisão que suspenda, limite ou de qualquer modo reverta o processo de liquidação em curso no Brasil, nem os poderes do liquidante dele decorrentes".

"Ao contrário, o TCU, até o momento, reconheceu que apenas pode adotar medidas externas para assegurar a proteção dos ativos dos devedores (do Master e suas controladas) e para ampliar os poderes do liquidante com esse objetivo", diz a EFB.

A liquidação do Banco Master ocorreu após o avanço das investigações conduzidas pela Polícia Federal, que, em novembro do ano passado, deflagrou a operação Compliance Zero. A apuração resultou na prisão de Vorcaro, investigado por suspeitas de fraudes financeiras relacionadas à emissão e comercialização de títulos de crédito irregulares. Ele foi solto em seguida.

A Polícia Federal investiga indícios de fraude em transações financeiras que somam R\$ 12,2 bilhões entre Master e BRB, banco estatal de Brasília que só não comprou o Master porque o negócio foi vetado pelo BC.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/01/2026

MACRON DIZ QUE FRANÇA VOTARÁ CONTRA ACORDO UE-MERCOSUL E PEDE 'REJEIÇÃO POLÍTICA UNÂNIME'

Para presidente da França, a etapa da assinatura do acordo não é "o fim da história". Conselho Europeu vota pacto comercial nesta sexta-feira

Por AFP — Paris



O presidente da França, Emmanuel Macron, fala em uma coletiva de imprensa após a reunião do Conselho Europeu em Bruxelas, Bélgica — Foto: John Thys/AFP

O presidente da França, Emmanuel Macron, anunciou nesta quinta-feira que o país votará "contra a assinatura do acordo entre a União Europeia e os países do Mercosul", invocando uma "rejeição política unânime".

— Apesar de avanços incontestáveis, (pelos quais) é preciso reconhecer o mérito da Comissão Europeia, é necessário constatar uma rejeição política unânime do acordo, como demonstraram claramente os recentes debates na Assembleia Nacional e no Senado da França — afirmou o chefe de Estado em comunicado.

— A etapa da assinatura do acordo não constitui o fim da história. Continuarei a lutar pela plena implementação concreta dos compromissos obtidos junto à Comissão Europeia e para proteger nossos agricultores — assegurou.

Mais cedo, o vice-primeiro-ministro da Irlanda, Simon Harris, disse que se uniria a outros países como França, Hungria e Polônia em sua oposição ao acordo.

"A posição do governo sobre o Mercosul sempre foi clara: não apoiamos o acordo da forma como foi apresentado. Votaremos contra o acordo", disse Harris em comunicado.

Apesar da objeção, a avaliação no bloco é que os votos contrário dos opositores não seriam suficientes para barrar o acordo na votação da Comissão Europeia amanhã. Se aprovado, a expectativa é que o tratado seja assinado na semana que vem.

A Itália, que havia se alinhado com o grupo de oposição liderado pela França pouco antes do Natal, obteve concessões significativas, que não estavam na mesa de negociações até o fim de semana.

Cerca de € 45 bilhões em subsídios do próximo Orçamento da UE serão antecipados para aplacar a fúria dos fazendeiros do continente, que temem a competição dos produtos do Mercosul. Com isso, a Itália deve voltar a apoiar o acordo.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/01/2026

PETROLÍFERAS AMERICANAS TRAVAM DISPUTA COM VENEZUELA E PEDEM INDENIZAÇÃO DE US\$ 32 BI

Executivos do setor e especialistas afirmam que, até que essas dívidas sejam resolvidas, essas empresas ficarão muito relutantes em investir mais no país sul-americano, como Trump pretende

Por The New York Times — Caracas



A refinaria de petróleo Cardón, em Punto Fijo, na Venezuela: empresas como Exxon Mobil e ConocoPhillips dizem que a Venezuela lhes deve bilhões de dólares pela confisco de seus ativos há duas décadas — Foto: Adriana Loureiro Fernandez/The New York Times

As americanas Exxon Mobil e ConocoPhillips lideram a lista de empresas petrolíferas com grandes reivindicações financeiras contra a Venezuela, cujo presidente, Nicolás Maduro, foi capturado por forças dos Estados Unidos no fim de semana, em Caracas. As companhias estrangeiras de petróleo lutam há duas décadas para serem indenizadas por terem sido forçadas a deixar o país durante o governo do antecessor de Maduro, Hugo Chávez.

As reivindicações da ConocoPhillips contra a Venezuela somam US\$ 12 bilhões, enquanto a Exxon Mobil, a maior empresa petrolífera dos EUA, disse que o país lhe deve cerca de US\$ 20 bilhões.

A Chevron é a única empresa petrolífera americana que permaneceu na Venezuela. Essa aposta a colocou em uma posição potencial para colher uma recompensa significativa, à medida que o governo Trump pressiona o país a aceitar um maior investimento dos Estados Unidos.

Executivos do setor e especialistas afirmam que, até que essas dívidas sejam resolvidas, essas empresas ficarão muito relutantes em investir mais no país — algo que o presidente dos EUA, Donald Trump, transformou em um de seus principais objetivos para reavivar a economia venezuelana.

Em meados dos anos 2000, o governo Chávez exigiu que as petrolíferas aceitassem uma participação menor nos projetos venezuelanos sem compensação. A maioria das empresas estrangeiras deixou o país em vez de aceitar os novos termos.

No sábado, Trump disse que defenderia os interesses das empresas petrolíferas americanas, incluindo suas reivindicações contra a Venezuela.

— Nós construímos a indústria petrolífera da Venezuela com talento, determinação e habilidade americanos, e o regime socialista a roubou de nós durante aquelas administrações anteriores, e roubou por meio da força — afirmou.

Ele acrescentou que os Estados Unidos “nunca permitirão que potências estrangeiras roubem o nosso povo”.

A Exxon Mobil, a ConocoPhillips e outras empresas passaram anos tentando fazer com que a Venezuela pagasse indenizações por meio de arbitragens internacionais e processos em tribunais dos Estados Unidos.

— É uma ação estigmatizante contra um país — disse Shon Hiatt, diretor da Zage Business of Energy Initiative, da Marshall School of Business da Universidade do Sul da Califórnia. — Basicamente, isso está dizendo a todo mundo que eles nunca mais vão voltar ao país.



Refinaria de petróleo de Cardón, em Punto Fijo, na Venezuela: os mercados de petróleo permaneceram relativamente calmos desde a deposição do presidente Nicolás Maduro, da Venezuela, em 3 de janeiro, refletindo como a influência do país como ator global no setor de energia diminuiu nos últimos anos — Foto: Adriana Loureiro Fernandez/The New York Times

Empresas europeias de energia, incluindo a italiana Eni, a francesa TotalEnergies e a espanhola Repsol, também investiram bilhões de dólares na Venezuela, embora suas operações fossem muito menores do que as da Exxon Mobil e da ConocoPhillips, acrescentou Hiatt, que há muito tempo acompanha a indústria do petróleo no país.

Embora as petrolíferas tenham classificado essas dívidas como improváveis de serem pagas, é altamente improvável que desistam de suas reivindicações.

A ConocoPhillips pode acabar recuperando parte de suas perdas como parte de um leilão da Corte de Falências dos EUA envolvendo a Citgo, subsidiária americana da estatal venezuelana de petróleo, a Petróleos de Venezuela.

Procurada pela reportagem, a ConocoPhillips se recusou a comentar além do que já declarou em documentos regulatórios.

A empresa tinha investimentos substanciais em projetos de petróleo no centro e no leste da Venezuela, bem como na costa do país. Órgãos internacionais de arbitragem decidiram repetidamente a favor da Conoco, mas transformar essas decisões em dinheiro tem sido muito difícil.

A Exxon Mobil afirmou em documentos regulatórios que recebeu indenizações de US\$ 908 milhões relacionadas ao seu investimento no Projeto Cerro Negro, no leste da Venezuela, e de US\$ 260 milhões em compensação ligada ao Projeto La Ceiba, em um porto da região central do país.

Mas outro laudo arbitral, no valor de US\$ 1,4 bilhão, foi anulado no Centro Internacional para a Solução de Controvérsias sobre Investimentos. A Exxon apresentou uma nova reivindicação para restaurar a decisão, mas essa e a grande maioria de suas reivindicações permanecem sem pagamento.

A Exxon Mobil também não respondeu a pedidos de comentário.

A Venezuela contestou muitas das reivindicações de empresas petrolíferas estrangeiras e afirmou que deve muito menos ou nada.

Empresas petrolíferas dos EUA e da Europa vêm conversando com o governo Trump sobre os próximos passos na Venezuela. Mas novos investimentos representam desafios significativos devido à instabilidade política criada pela captura de Maduro.

Na quarta-feira, autoridades do governo Trump disseram que o governo dos EUA assumiria indefinidamente o controle das vendas de petróleo venezuelano, dentro de um acordo que está sendo negociado com o país.

Veja a lista: Petrolíferas chinesas e russas são hoje as maiores detentoras de petróleo da Venezuela. O dinheiro dessas vendas será usado para “estabilizar a economia da Venezuela”, disse o secretário de Energia dos EUA, Chris Wright, à C-SPAN. Somente depois a receita seria usada para compensar as empresas petrolíferas americanas por suas reivindicações contra a Venezuela, afirmou.

Ainda assim, os investidores permanecem cautelosos. Até agora nesta semana, as ações da Exxon Mobil e da Chevron caíram mais de 5%, enquanto os papéis da ConocoPhillips recuaram mais de 7%.

Mesmo antes de o governo Trump capturar Maduro, o custo de restaurar a produção de petróleo da Venezuela já seria elevado. O Banco Interamericano de Desenvolvimento, principal fonte de financiamento ao desenvolvimento na América do Sul e no Caribe, estimou em 2020 que seriam necessários US\$ 10 bilhões por ano, ao longo de uma década, para restaurar a produção petrolífera venezuelana.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/01/2026

PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL FICA ESTÁVEL EM NOVEMBRO, ABAIXO DO ESPERADO POR ANALISTAS

Economistas previam alta de 0,3% no mês. As indústrias extrativas tiveram a maior influência no resultado, com queda de 2,6%

Por Mayra Castro — Rio



Plataforma de petróleo ancorada para manutenção no Gragoatá, em Niterói: Indústrias extrativas foram a principal influência negativa, com queda de 2,6% na produção — Foto: Antonio Scorza/Agência O Globo

A produção industrial brasileira ficou estável em novembro, após crescer 0,1% em outubro. O resultado, divulgado pelo IBGE nesta quinta-feira, veio abaixo do esperado por analistas de mercado, que projetavam alta de 0,3% no mês.

- Na comparação com novembro de 2024, a indústria teve queda de 1,2%;
- No acumulado do ano, o setor industrial avançou 0,6%;
- Já nos últimos 12 meses, o crescimento foi de 0,7%.

Embora o resultado tenha vindo abaixo das expectativas, economistas já vinham observando uma desaceleração na economia brasileira como um todo, que se reflete no setor industrial.

— A gente vê o comportamento de estabilidade já há alguns meses, o setor industrial vem operando em torno do mesmo patamar, especialmente desde abril de 2025. E todo esse movimento de menor dinamismo guarda uma relação importante com a política monetária mais restritiva. A gente tem uma taxa de juros mais elevada, um aperto monetário que envolve operações de crédito também, que encarecem e dificultam o acesso ao crédito — explicou o gerente da pesquisa, André Macedo.

Ele destacou ainda que já é o sexto mês do ano de 2025 com um resultado muito próximo da estabilidade, já que foi registrado crescimento de 0,1% de janeiro, seguido de estabilidade em fevereiro, depois um 0,1% positivo do mês de junho, -0,1% em julho, e mais um 0,1% positivo no resultado de outubro, além da variação nula observada para o mês de novembro.

Macedo observou ainda que o mês contou com um maior número de atividades no campo negativo. Entre as 25 atividades industriais observadas pela pesquisa, 15 tiveram recuo na produção em novembro.

As indústrias extrativas, que haviam representado o maior impacto positivo em outubro, com alta de 3,6%, agora tiveram a principal influência negativa, com queda de 2,6% na produção.

"A queda observada neste mês foi influenciada pela menor produção de óleos brutos de petróleo, gás natural e minérios de ferro. Vale destacar que essa retração eliminou parte do avanço de 3,5% verificado em outubro, quando interrompeu dois meses consecutivos de queda na produção", explicou o gerente da pesquisa.

Também tiveram resultados negativos os setores de veículos automotores, reboques e carrocerias (-1,6%), de produtos químicos (-1,2%), de produtos alimentícios (-0,5%) e de bebidas (-2,1%).

O resultado total da indústria só não veio negativo porque algumas atividades importantes para o setor tiveram altas relevantes. Entre elas estão o setor dos farmoquímicos e farmacêuticos (9,8%), que exerceu o principal impacto positivo na média da indústria. Outras altas vieram de impressão e reprodução de gravações (18,3%), de metalurgia (1,8%), de produtos de metal (2,7%), de produtos de minerais não metálicos (3,0%) e de máquinas e equipamentos (2,0%).

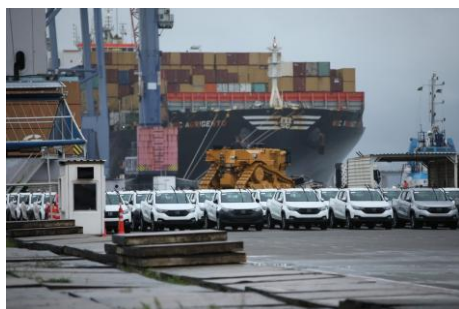
Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/01/2026

EXPORTAÇÕES ATINGEM RECORDE EM SETE ESTADOS EM MEIO A INCERTEZAS DO COMÉRCIO MUNDIAL

Rio, Minas e Santa Catarina lideram alta das exportações estaduais em 2025

Por Eliane Oliveira — Brasília



Movimentação no Porto do Rio — Foto: Lucas Tavares / Agência O Globo / 19/07/2023

Sete estados brasileiros alcançaram, em 2025, o maior valor de exportações de suas séries históricas: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Pernambuco e Acre.

De acordo com um levantamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), juntos, essas unidades da federação responderam por cerca de 35% das vendas externas do país no ano, em um contexto marcado pelo tarifação dos Estados Unidos e pelas incertezas do comércio mundial.

No total, as exportações brasileiras somaram US\$ 348,7 bilhões em 2025, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), estabelecendo recorde também no cômputo geral.

Entre os estados com melhor desempenho histórico, o Rio de Janeiro teve papel de destaque. O estado exportou US\$ 48,1 bilhões, crescimento de 5% em relação ao ano anterior, e respondeu por 13,8% das vendas externas do país. Minas Gerais também alcançou seu melhor resultado, com US\$ 45,7 bilhões exportados, alta de 8,6%, enquanto Santa Catarina somou US\$ 12,2 bilhões, avanço de 4,4%.

Na sequência, Mato Grosso do Sul registrou exportações de US\$ 10,7 bilhões em 2025, com crescimento de 7,5%, consolidando um novo recorde estadual. Rondônia exportou US\$ 3,1 bilhões, alta de 17,2%, também no melhor resultado de sua série histórica. Pernambuco, com US\$ 2,5 bilhões vendidos ao exterior e avanço de 16,4%, e o Acre, que somou cerca de US\$ 99 milhões, com crescimento de 13,3%, completam o grupo de estados recordistas.

Petróleo e minério

A composição das exportações dos estados que bateram recorde em 2025 revela forte concentração em alguns produtos-chave. No Rio de Janeiro, o desempenho foi amplamente sustentado pelo setor de energia: os óleos brutos de petróleo responderam pela maior parte das vendas externas do estado, com valor superior a US\$ 37 bilhões, seguidos por óleos combustíveis, produtos semiacabados de ferro ou aço e minério de ferro.

Em Minas Gerais, a pauta permaneceu diversificada, mas ancorada em commodities. O minério de ferro liderou as exportações, seguido por café não torrado, ferro-gusa, ouro não monetário, soja e açúcares, que juntos concentraram parcela expressiva do total exportado pelo estado.

Em Santa Catarina, as carnes continuaram no centro da pauta exportadora. Carnes de aves e carne suína lideraram as vendas externas, acompanhadas por produtos industriais, como geradores elétricos, motores e itens do setor madeireiro.

Já em Mato Grosso do Sul, o recorde foi impulsionado principalmente por produtos do agronegócio e da indústria de base, com destaque para soja, celulose, carne bovina e milho, que responderam pela maior parte das exportações estaduais em 2025.

Nos estados do Norte e do Nordeste que também atingiram máximas históricas, a pauta mostrou menor diversificação. Em Rondônia, a carne bovina fresca, refrigerada ou congelada concentrou a maior fatia das exportações, seguida por soja e milho. Pernambuco teve como principais itens exportados óleos combustíveis, açúcares e produtos químicos e industriais, enquanto no Acre as vendas externas ficaram concentradas sobretudo em carne bovina e soja, que, juntas, responderam por parcela significativa do total exportado pelo estado no ano passado.

Além dos recordes, o MDIC aponta crescimento expressivo das exportações em outras unidades da federação. O Ceará liderou a expansão proporcional, com alta de 55,6% em 2025. Também se destacaram Roraima (23%) e Tocantins (21,7%), entre outros.

Herlon Brandão, diretor do Departamento de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), afirmou que, embora os Estados Unidos apareçam entre os principais destinos das exportações dos estados que bateram recorde em 2025, o país não foi o maior mercado para a maioria deles. A exceção foi Santa Catarina.

— Olhando para o perfil de países, os Estados Unidos estão entre os principais destinos, mas, em nenhum deles, os EUA foram o maior, tirando Santa Catarina — disse.

Segundo Brandão, mesmo no caso catarinense, a queda das exportações para o mercado americano não impediu o avanço do total exportado pelo estado. Ele destacou que houve crescimento expressivo das vendas brasileiras para a Argentina, movimento que também se refletiu em Santa Catarina.

— Caiu a exportação de Santa Catarina para lá, mas o que puxou a exportação do estado foram outros produtos para outros países, como a Argentina, a China e o Chile — afirmou.

De acordo com o diretor da Secex, a carne — um dos produtos que haviam sido fortemente afetados pela sobretaxa de 50% aplicada a partir de agosto do ano passado pelos Estados Unidos — teve papel relevante no desempenho de vários estados, em razão da produção descentralizada no país.



— A carne foi um grande destaque para vários estados, especialmente a carne bovina, que acabou puxando a exportação em muitos deles, mas não somente isso. Teve a celulose em Mato Grosso do Sul; o milho, o minério de ferro e o café em Minas Gerais. O café cresceu, bateu recorde e puxou muito a exportação de Minas Gerais — afirmou.

No Rio de Janeiro, Brandão destacou a forte concentração no petróleo.

— Cerca de 80% da exportação do Rio de Janeiro é petróleo, e houve crescimento, apesar de uma queda no valor total exportado pelo estado — disse.

Apesar do ambiente incerto, o diretor da Secex avaliou que o cenário mais provável é de crescimento das exportações.

— Acreditamos que é mais provável um aumento, por fatores como a ampliação da oferta exportável, o crescimento da produção de soja, petróleo e minério de ferro, além de uma demanda mundial que, apesar das incertezas, permanece relativamente estável, de acordo com as previsões que temos até agora — afirmou.

Tatiana Prazeres, secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), afirmou que o governo federal tem atuado para ampliar a participação dos estados no comércio internacional e tornar a política comercial brasileira mais inclusiva. Segundo ela, esse esforço ganhou estrutura formal com o lançamento da Política Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), instituída por decreto em 2023.

— A ideia é ampliar a base exportadora do Brasil, envolvendo os estados da federação nesse esforço de mobilizar os produtos que têm potencial exportador — disse.

Segundo a secretária, a iniciativa está alinhada ao objetivo de tornar o comércio exterior brasileiro mais inclusivo, tanto do ponto de vista geográfico quanto social.

— A inclusão tem essa dimensão de mais estados participando ativamente do comércio, mas também envolve programas como o Elas Exportam, voltado a empresas lideradas por mulheres, e o Raízes Comex, para ampliar a participação de pessoas negras no comércio exterior — enfatizou.

Prazeres acrescentou que o incentivo às exportações tem efeitos positivos comprovados sobre a economia e destacou que empresas exportadoras remuneram melhor seus trabalhadores, são mais longevas, lidam melhor com as adversidades ao longo do tempo e são mais produtivas e competitivas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/01/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PF TEM INDÍCIOS NO CELULAR DE VORCARO DE QUE ELE ORDENOU ATAQUES VIRTUAIS DE INFLUENCIADORES

Ação nas redes pode ser objeto de novo inquérito da Polícia Federal; defesa do banqueiro não se manifestou

Por Aguirre Talento

BRASÍLIA - A Polícia Federal tem indícios de que o banqueiro Daniel Vorcaro foi quem ordenou diretamente ações virtuais de influenciadores para defender o Banco Master, atacar autoridades públicas e até mesmo criticar jornalistas.



Empresário Daniel Vorcaro, dono do Banco Master deixa o CDP2, Centro de Detenção Provisória em Guarulhos Foto: Foto: Fábio Vieira/Estadão

Na análise inicial que os investigadores estão realizando no telefone celular do banqueiro, apreendido em 17 de novembro no momento de sua prisão na Operação Compliance Zero, foram encontrados diálogos dele ordenando a realização desse tipo de ação. Procurada, a defesa de Vorcaro não se manifestou.

De acordo com fontes que tiveram conhecimento do assunto, Vorcaro repassava essas ordens a auxiliares, que não trabalham diretamente no quadro do Master. Ele pedia a promoção de informações positivas sobre o Master e determinava ataques virtuais a pessoas públicas que, na sua avaliação, estavam atuando contra seu banco.

As informações colhidas pela PF são anteriores à liquidação do banco Master pelo Banco Central em 18 de novembro, porque isso só ocorreu depois que o celular foi apreendido. Mas, na época, já havia alguns ataques virtuais ao BC por causa da demora na análise da venda do Master ao Banco Regional de Brasília (BRB), que foi vetada pelo órgão de fiscalização no início de setembro.

De acordo com essa análise preliminar, o modo de atuação de Vorcaro era semelhante aos ataques coordenados ao BC por causa da liquidação do Master, que ocorreram mais recentemente, na virada do ano.

Os contratos com influenciadores previam remuneração de até R\$ 2 milhões, como informou o jornal "O Globo". O Estadão mostrou contrato com as iniciais de Daniel Vorcaro ("Projeto DV") e previsão de multa de R\$ 800 mil para quebra do sigilo. Um dos envolvidos é administrador de empresas do jornalista de celebridades Leo Dias.

A PF atualmente realiza uma análise inicial das informações para produzir um relatório consolidado sobre esses ataques, chamado tecnicamente de informação de polícia judiciária. A partir desse documento, a PF vai avaliar se já existem suspeitas de crimes que justifiquem a instauração de um inquérito policial.

Como revelou o Estadão/Broadcast, instituições e autoridades envolvidas com a liquidação do Banco Master sofreram uma série de ataques nas redes sociais pouco antes da virada do ano. A ofensiva, concentrada em um período de 36 horas, utilizou contas conhecidas por promover celebridades para questionar a credibilidade de órgãos como o Banco Central e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) em relação à operação de liquidação do Master, decretada em novembro pelo BC e que está sob o escrutínio do Tribunal de Contas da União (TCU).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 08/01/2026

LEWANDOWSKI APRESENTA CARTA DE DEMISSÃO A LULA E REFORÇA 'LIMITAÇÕES POLÍTICAS E ORÇAMENTÁRIAS'

Ministro disse ter a 'convicção' de que exerceu 'as atribuições do cargo com zelo e dignidade', mas reforçou as 'limitações políticas, conjunturais e orçamentárias' enfrentadas à frente da pasta

Por Gabriel Hirabahasi (Broadcast) e Gabriel de Sousa (Broadcast)

BRASÍLIA – O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, apresentou seu pedido de demissão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta quinta-feira, 8. Na carta, Lewandowski disse ter a "convicção" de que exerceu "as atribuições do cargo com zelo e dignidade", mas reforçou as "limitações políticas, conjunturais e orçamentárias" enfrentadas à frente da pasta.

“Tenho a convicção de que exerci as atribuições do cargo com zelo e dignidade, exigindo de mim e de meus colaboradores o melhor desempenho possível em prol de nossos administrados, consideradas as limitações políticas, conjunturais e orçamentárias das circunstâncias pelas quais passamos”, disse.



Ricardo Lewandowski entregou carta de demissão a Lula
Foto: Wilton Junior/Estadão

A carta foi assinada nesta quinta e entregue a Lula. Lewandowski deixará o cargo nesta sexta-feira, 9, a pedido. O ministro alegou “razões de caráter pessoal e familiar”. “Ressalto que tive o privilégio de continuar servindo ao País – depois de aposentar-me como Ministro do Supremo Tribunal Federal – sob a inspiradora liderança de Vossa Excelência (Lula), sempre comprometida com o progresso e o bem-estar de todos os brasileiros”, disse o ministro.

Não há uma definição, até o momento, sobre quem vai assumir o Ministério da Justiça no lugar de Lewandowski. Também não há um posicionamento definitivo sobre se a pasta será dividida em duas ou não. O secretário-executivo, Manoel Carlos, é uma pessoa de confiança de Lewandowski e está indefinido se deixará o cargo logo ou se fará um processo de transição para o próximo chefe da Justiça.

Lewandowski assumiu o Ministério da Justiça e Segurança Pública em fevereiro de 2024. Desde então, atuou principalmente na ponte do governo com o Supremo Tribunal Federal, Corte da qual o ministro se aposentou em 2023, e para estabelecer medidas de combate ao crime organizado e de reforço à segurança pública.

A equipe de Lewandowski elaborou o texto da proposta de emenda à Constituição (PEC) para estabelecer atribuições do governo federal em relação à segurança pública, além do projeto de lei de endurecimento no combate às facções criminosas. As duas propostas foram enviadas ao Congresso. O PL Antifacção foi aprovado pela Câmara e pelo Senado, mas precisa de uma última análise dos deputados. A PEC da Segurança Pública ainda está em estágio inicial e não foi votada em nenhuma das duas Casas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/01/2026

BRASKEM TRAÇA ESTRATÉGIA PARA SUPERAR PARCELA DA DÍVIDA QUE VENCE NESTE MÊS

Até dezembro, parte dos credores dava como certo que haveria atraso no pagamento

Por Talita Nascimento (Broadcast), Cynthia Decloedt (Broadcast) e Altamiro Silva Junior (Broadcast)



Caso o vencimento do dia 10 não seja honrado, a Braskem fica inadimplente e tem 30 dias para quitar o valor dos juros
Foto: Daniel Teixeira/Estadão - 16/03/2012

O pagamento dos juros de títulos de dívida (bonds) emitidos no exterior que vencem no próximo dia 10 está previsto no caixa da Braskem. Até segunda ordem. O plano, segundo fontes próximas ao assunto que falaram à Coluna, é realizar o pagamento para buscar, na sequência, uma renegociação organizada para os demais vencimentos.

Do lado dos detentores desses títulos, chamados de bondholders, porém, ainda há descrença na capacidade de pagamento da companhia. O atraso já era considerado certo por parte dos bondholders em dezembro, sem mudanças significativas na última semana. Nesta terça-feira, 6,

porém, na expectativa de que a companhia pudesse arcar com o vencimento, a ação da Braskem subiu mais de 5%, sendo a terceira maior alta do Ibovespa.

A petroquímica se encaminha, se tudo correr como o planejado, para evitar um calote de cerca de US\$ 140 milhões em juros que vencem em janeiro. Caso o vencimento do dia 10 não seja pago, a Braskem fica inadimplente e tem 30 dias para quitar o valor, sob risco de aceleração de todas as dívidas. O endividamento bruto da companhia soma aproximadamente US\$ 8,4 bilhões, com prazo médio de nove anos.

Empresa contratou assessorias financeira e jurídica

A transferência do controle da Braskem da Novonor (ex-Odebrecht) para a IG4 Capital está em andamento, um processo negociado pelos bancos credores da Novonor. Enquanto isso, as conversas com os bondholders devem ser conduzidas pela Lazard, assessoria financeira, e pelos escritórios E. Munhoz e Cleary Gottlieb, assessores jurídicos.

Do outro lado, sabendo que uma renegociação de passivos é iminente, os bondholders já se organizam com assessores para essas conversas. A entrada oficial da IG4, prevista para fevereiro, deve dar condições para uma reorganização mais ampla do endividamento da empresa, alinhada ao novo plano de gestão da companhia, a ser apresentado.

Procurada, a Braskem não se manifestou até a publicação desta nota. A IG4 Capital afirmou estar em período de silêncio.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 08/01/2026

OPINIÃO - MERCADOS DE CRÉDITO DE CARBONO: UM NOVO PATAMAR DE COMPETITIVIDADE

No Brasil, mercado de carbono tem potencial de impulsionar a ciência, a tecnologia e a inovação, além de atrair investimentos

Por Marina Grossi

O ano de 2025 trouxe avanços importantes, dentro e fora do Brasil, em relação aos mercados de carbono. Importante instrumento de precificação dos gases de efeito estufa, os mercados de carbono serão fundamentais para o alcance dos objetivos do Acordo de Paris, sendo o principal deles frear o aumento da temperatura média global em 1,5°C.

Para o Brasil, o mercado de carbono tem ainda o potencial de impulsionar a ciência, a tecnologia e a inovação, atrair investimentos e agregar competitividade nas cadeias globais de valor, oferecendo créditos de carbono de alta integridade e que integrem as agendas de clima, natureza e sociedade.

Um ano após o marco legal do mercado de carbono brasileiro — sancionado em dezembro de 2024 com a Lei Nº 15.042/24, após longa tramitação e diferentes versões — o País avançou na etapa decisiva: a regulamentação. O cronograma apresenta cinco etapas cujo prazo pode ser de até cinco anos.



Floresta amazônica no Pará; Estado tem potencial para gerar créditos de carbono Foto: Daniel Teixeira/Estadão

A lei criou o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), que estabelece aos agentes regulados limites máximos de emissão para instalações e operações que emitem acima de 25 mil toneladas de CO₂ equivalente por ano, o que deve abranger setores como indústria, energia, transportes e resíduos.



Para os agentes regulados, o SBCE prevê um mecanismo de cap and trade, permitindo negociar permissões de emissão para que cumpram o limite de emissão estabelecido. Em 2025, esse sistema de regulamentação ganhou tração sob a liderança da nova Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono, no Ministério da Fazenda, responsável por regulamentar e implementar o sistema.

O governo federal estima finalizar esse processo e tornar operacional o mercado de carbono até 2030, o que coloca o Brasil na companhia de 55 países e 44 jurisdições subnacionais que já criaram iniciativas de precificação de carbono. De acordo com o Banco Mundial, o mundo soma 80 instrumentos de precificação, que incluem sistemas de comércio de emissões e impostos sobre o carbono que, juntos, movimentaram US\$102,2 bilhões em 2024, cobrindo 28% das emissões globais de gases estufa.

Para o Brasil, o SBCE representa tanto um instrumento de política climática para o alcance dos compromissos contidos em nossa Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) como também um vetor de desenvolvimento e mobilização de fluxos financeiros. A expectativa do Ministério da Fazenda é de que, em 2040, o país tenha uma alta de 5,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em decorrência do SBCE, com uma redução de 21% nas emissões de gases do efeito estufa dos setores regulados.

A COP30 foi fundamental para impulsionar a integração dos mercados globais de carbono, concretizando o Artigo 6 do Acordo de Paris. Adicionalmente, o governo brasileiro lançou, em Belém, a Coalizão Aberta de Mercados Regulados de Carbono, que é uma iniciativa colaborativa e voluntária para a integração e harmonização de mercados regulados, estimulando a troca de experiência de mecanismos de funcionamento de mercados de carbono. A coalizão foi endossada por 18 países, incluindo grandes economias: China, União Europeia, Reino Unido, Canadá, França, Alemanha, Noruega, Nova Zelândia, México e Chile. Um dos objetivos é criar um padrão comum que possa conectar diferentes sistemas de comércio de créditos de carbono que já estão em operação. Ao encabeçar a proposta, o Brasil ganha ainda mais relevância nessa discussão a nível global e prepara seu terreno para a própria operação do SBCE, com vistas a torná-la integrada a um sistema global que funcione com liquidez, previsibilidade e transparência para todos os envolvidos.

O setor empresarial vem contribuindo ativamente com esse tema. Desde 2016, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) tem liderado essa agenda em prol de um mercado regulado de carbono, realizando articulações e a interlocução técnica e política do setor empresarial com o governo federal e o Congresso no desenho de uma regulação com integridade climática. Entendemos que a precificação de carbono via mercado tem se mostrado eficaz para internalizar custos de emissões e estimular investimentos em tecnologias de baixo carbono.

Além disso, os esforços internacionais de harmonização de mercados de carbono e das taxonomias nacionais são vetores para direcionar fluxos de capitais e investimento estrangeiro em ações sustentáveis no Brasil, o que deve beneficiar os negócios verdes e potencializar ainda mais as agendas de descarbonização. Isso converge para o avanço das Coalizões Setoriais para Descarbonização em quatro setores estratégicos: Transportes, Energia, Agricultura e Minerais Essenciais. Essas coalizões, fruto de um pedido da Presidência da COP30 e coordenadas pelo CEBDS, mobilizaram cerca de 270 organizações do setor público e privado e trazem contribuições para planos setoriais concretos de redução das emissões.

Os sistemas de cap and trade têm se mostrado com custo-efetividade para impulsionar a transição para a descarbonização dos agentes produtivos - isso vem sendo demonstrado em países e jurisdições que já possuem sistemas de comércio atuantes. O governo brasileiro vê o mercado de carbono como parte de uma agenda de longo prazo para a economia brasileira, com um forte componente de neo-industrialização em bases sustentáveis e de redistribuição de renda. Para as empresas, é também uma oportunidade estratégica para galgar um novo patamar de inovação, governança, integridade e competitividade internacional.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/01/2026

RIO DOMINA RENDA DO PETRÓLEO MESMO COM MIGRAÇÃO DA PRODUÇÃO; VEJA PRINCIPAIS CIDADES BENEFICIADAS

Aceleração da produção na Bacia de Santos fortaleceu caixa dos municípios paulistas, mas não alterou liderança das prefeituras fluminenses, segundo levantamento

Por Gabriela da Cunha (Broadcast)

RIO - Um levantamento inédito sobre a renda gerada pelas petrolíferas por meio de compensações financeiras (royalties e participações especiais) e pagamento de tributos revela que a aceleração da produção na Bacia de Santos fortalece o caixa dos municípios paulistas, mas não altera a liderança do Estado do Rio de Janeiro. Oito dos dez principais beneficiários são prefeituras fluminenses.

O diagnóstico, elaborado pelo Programa Macrorregional de Caracterização de Rendias Petrolíferas (PMCRP), e antecipado com exclusividade ao Estadão/Broadcast, revisou 14 anos de produção nas bacias de Santos, Campos e Espírito Santo. Nos três primeiros municípios do ranking, as receitas petrolíferas representaram, em 2024, mais de 35% do orçamento público.

Renda do petróleo

Principais municípios beneficiados por compensações e tributos pagos pelas petrolíferas

Estado	Município	Royalties + Participação Especial (R\$)	% na receita municipal
RJ	Maricá	4.236.632.603	63
RJ	Niterói	2.233.782.781	37
RJ	Saquarema	2.012.509.847	66
RJ	Macaé	1.402.558.747	30
RJ	Campos dos Goytacazes	706.419.061	25
RJ	Rio de Janeiro	550.616.578	1
RJ	Arraial do Cabo	547.273.097	72
RJ	Araruama	525.587.140	45
SP	São Sebastião	461.437.195	28
SP	Ilhabela	399.435.592	42

Fonte: PMCRP - [Obter dados](#)

O litoral fluminense abrange campos do pré-sal da Bacia de Santos e do pós-sal da Bacia de Campos, as duas maiores fronteiras de produção do País. “A migração da produção para Santos trouxe mais receita para as cidades de São Paulo, mas Campos ainda exerce influência nessa distribuição regional”, destaca a coordenadora do projeto, Paula Araújo.



Participação da bacia de Santos na produção nacional chegou a 77% em 2024 Foto: Wilton Junior/Estadão

Em 2010, a Bacia de Santos, que abrange os litorais do Rio, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, respondia por apenas 3% da produção nacional em 2010. Após se tornar a principal área de exploração em 2018, sua fatia chegou a 77% em 2024, alta de 2,84 p.p. ante 2023. Já a participação da Bacia de Campos na produção recuou para 20,30%, queda anual de 3,12 pontos,

refletindo nas esferas municipais.



O levantamento mostra que, em alguns casos, a participação da renda petrolífera caiu 50%. “Isso não significa menor dependência, mas que os municípios apenas passaram a receber menos diante das estratégias das operadoras”, acrescenta.

Dados

O estudo, conduzido pela Fundação Instituto de Administração (FIA), atende a uma condicionante do licenciamento ambiental federal coordenado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e foi financiado pela Petrobras.

A caracterização contempla 63 municípios influenciados por empreendimentos da Brava Energia, BW Energy, Equinor, Karoon, Perenco, Petrobras, Prio, Shell, TotalEnergies, Trident Energy e avalia 49 indicadores distribuídos em 14 perguntas-chave.

Conforme Araújo, compreender quanto dos orçamentos municipais está ligado ao pagamento de tributos pelo setor ainda é um desafio.

“São aspectos que esbarram no sigilo fiscal das prefeituras, mas importantes para a comparabilidade de alguns dados e para que a população entenda a composição das receitas dos locais onde mora”, explica a pesquisadora da FIA.

Também faltam informações sobre empréstimos municipais lastreados em “royalties futuros”. “São operações prevista na Lei 13.609/2018, mas que expõem os cofres locais ao risco da volatilidade da commodity e da queda abrupta da arrecadação”, sustenta Araújo.

Ainda na consolidação dos dados, o PMCRP detectou uma divergência de R\$ 1,6 bilhão nos valores de participações especiais informados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). “Não houve perda para os entes, mas o caso expõe fragilidades na divulgação de números tão sensíveis”, afirma a pesquisadora.

Quanto à criação de fundos soberanos, Araújo vê o cenário com preocupação, já que só Maricá, Niterói, Ilhabela, Saquarema e o Estado do Espírito Santo contam com o mecanismo. “São recursos finitos, vinculados ao mercado internacional e às estratégias empresariais. As cidades que não se prepararem sofrerão quando a arrecadação diminuir.”

Novos relatórios para detalhar o uso das receitas e iniciativas para reduzir a dependência do petróleo estão previstos para 2026, dentro do PMCRP.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/01/2026

COMO O BRASIL PODE SE TORNAR PROTAGONISTA GLOBAL NA CORRIDA DOS MINERAIS CRÍTICOS

Dono da 2ª maior reserva de terras raras, o Brasil está atrasado nessa pauta, mostra estudo da consultoria PwC que aponta as ações necessárias para o País aproveitar sua vocação

Por Ivo Ribeiro

Para ser protagonista na produção de minerais e metais críticos, o Brasil tem de acelerar medidas de apoio e regulamentações. Só assim poderá tirar proveito do ciclo de bonança de demanda global que se projeta para os próximos cinco a dez anos. Essa categoria de minerais ganhou evidência no mundo devido a suas aplicações estratégicas na indústria de alta tecnologia e na transição energética. O País está qualificado, pois detém reservas importantes de terras raras, nióbio, lítio e grafite e, em menor peso, níquel e cobre.

Eis a visão de especialistas, como Patrícia Seoane, sócia e líder do setor de Mineração e Siderurgia da PwC no Brasil. “O Brasil está bem atrasado na pauta de minerais críticos”, disse em entrevista ao

Estadão. Quem também compartilha essa visão é Frederico Bredan, que tem longa vivência na área de mineração e foi nomeado diretor executivo da Associação de Minerais Críticos (AMC).

A entidade, criada em novembro, começou reunindo nove empresas desse segmento no País, a maioria estrangeiras e praticamente todas com projetos em fase pré-operacional no Brasil.



Instalações de beneficiamento de óxidos de terras raras em Minaçu (GO), da Mineração Serra Verde Foto: Divulgação/Mineração Serra Verde

Na avaliação de Seoane, o país que detém reservas desses minerais terá no futuro grande poder político, se criar um arcabouço estratégico e dispor de condições para avançar na cadeia produtiva. Não à toa, vimos durante 2025 um grande embate entre Estados Unidos e China pelo controle da oferta de minerais estratégicos, caso de ímãs obtidos de elementos de terras raras.

O país asiático domina mais de 60% da produção e cerca de 85% da capacidade global de processamento de terras raras e grande parte das etapas intermediárias de minerais como grafita, vanádio e lítio, aponta estudo da PwC. A República Democrática do Congo, por sua vez, responde por mais de 60% da produção mundial de cobalto. E a Indonésia se tornou um player mundial de peso em níquel.



Patrícia Seoane, sócia e líder de Mineração e Siderurgia da PwC Brasil: um plano estratégico é crucial para oferecer maior segurança aos investidores em minerais críticos Foto: PwC/Divulgação

O Brasil é dono da segunda maior reserva de terras raras, porém só conta com uma mina em estágio inicial de produção, no norte de Goiás. Do concentrado, para se obter os principais ETR, tem de enviar o material para a separação e o refino serem feitos em instalações chinesas que dispõem da tecnologia.

O País está entre os dez principais produtores de níquel, manganês, nióbio, ferro e bauxita — e tem ampliado sua relevância com o crescimento acelerado da produção de lítio (já figura como o quinto maior produtor e tem vários outros projetos a caminho), grafita natural, terras raras (23% das reservas), vanádio e cobre.

Bedran, da AMC, diz ser este um momento — geopolítico e econômico — oportuno para alavancar os projetos em curso no País. “O grande desafio é dar celeridade a esses projetos. Temos um ciclo de três a quatro anos para começar a ofertar esse material ao mercado”, afirma.

Segundo o executivo da AMC, países da África, o Canadá e a Austrália dão maior previsibilidade ao investidor, enquanto no Brasil não é possível saber quando uma licença (prévia ou de instalação) vai sair. “É crucial que, em 2029, todas as empresas com investimento em curso estejam produzindo.”

Desde 2024, no Congresso Nacional está em discussão projetos de lei para criar uma Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, visando incentivar a exploração e o beneficiamento de minérios como lítio, terras raras e grafite, essenciais para a transição energética e tecnologia. Há propostas de benefícios fiscais, fundos de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) e um marco regulatório para agilizar licenciamentos. Estão em tramitação na Câmara o PL 2780/2024 e no Senado o PL 4443/2025.



O BNDES e a Vale criaram, em 2025, um Fundo de Investimento e Participações (FIP), de R\$ 1 bilhão, voltado a financiar empresas juniores e de médio porte na exploração de minerais críticos Foto: André Telles/BNDES

Um fundo para o segmento de minerais críticos e estratégico (Fundo de Investimento em Participações-FIP), no valor de R\$ 1 bilhão, foi criado pelo BNDES, com a Vale, no ano passado. É voltado para empresas júnior e de médio porte que atuam na pesquisa, desenvolvimento e implantação de minas de minerais

essenciais à transição energética e descarbonização.

O banco aprovou R\$ 250 milhões; e a mineradora, o mesmo valor. Duas gestoras foram selecionadas para fazer a captação dos demais R\$ 500 milhões e atrair projetos de investidores.

Seoane destaca a definição de uma lista essencial de minerais críticos dentro de uma política pública voltada ao setor. “É chave a determinação de um direcionamento, sob o ponto de vista de uma cadeia produtiva, para avançar além da extração e produção de concentrado”. Avalia que tem de atrair investimentos nas etapas de separação e refino, que estão sob o controle da China.

Por exemplo, uma tonelada de minério de lítio (espodumênio) com teor de 6% pode ser exportada por cerca de US\$ 800, enquanto o hidróxido de lítio grau bateria pode ultrapassar US\$ 8 mil. “A escolha entre exportar minério e exportar inovação define a receita de curto prazo e o posicionamento estratégico”, afirma a especialista.

A executiva e sócia da PwC cita o exemplo da Indonésia. Era um mero produtor de níquel. Ao se montar plano estratégico, com atração de investimentos e restrições à exportação de concentrado do metal, tornou-se um participante de peso no mercado mundial. De 2019 a 2024, houve investimentos de US\$ 2,3 bilhões e saiu de duas para 60 unidades industriais de processamento do níquel extraído. A Indonésia, atualmente, responde por cerca de dois terços da oferta mundial.

Iniciativas como o fundo do BNDES, de financiamento a baixo custo, a aprovação de um Plano Nacional de Mineração-2050 e regulamentações legais são consideradas essenciais para se ter um setor competitivo, além de segurança jurídica, capacitação de mão de obra, malha logística para escoamento da produção, mapeamento geológico e menor burocracia nos licenciamentos ambientais. “Um plano estratégico é crucial para oferecer maior segurança ao investidor”, afirma Seoane.

A nova onda mineral

A demanda global por minerais como lítio, grafita, cobalto, níquel e terras raras deverá crescer de forma acentuada até 2040, diz o estudo da PwC, citando dados da Agência Internacional de Energia (IEA, em inglês). Para alguns minerais, a previsão é multiplicar-se até quatro vezes em relação aos níveis atuais de consumo.

Para chegar ao protagonismo no mercado de minerais críticos, exige-se mais do que riqueza mineral. Há desafios logísticos, regulatórios e tecnológicos, apontam os especialistas da PWC, além de agregar valor à produção, superando o modelo de exportação primária.

Qual é o papel desses recursos minerais?

De forma sucinta, esses recursos minerais classificados como críticos, estratégicos e raros são associados a suprimento e importância industrial decisiva; uso em aplicações sensíveis à segurança nacional e autonomia tecnológica; e abundância relativa na natureza (os raros). São bens essenciais na transição para uma economia de baixo carbono, que depende de inovação tecnológica, decisões políticas, capital financeiro e recursos minerais, destaca o estudo.

Na transição energética, o lítio é elemento-chave das baterias de íon-lítio, utilizadas em veículos elétricos e sistemas de armazenamento de energia estacionária. O cobalto vai nos cátodos das baterias de íon-lítio devido à alta densidade energética e estabilidade térmica, enquanto o cobre está presente na eletrificação, em geral, em razão da alta condutividade elétrica — de motores elétricos à infraestrutura de recarga.

Menos conhecida, a grafita (natural ou sintética) é o principal material para fabricação de ânodos de baterias de íon-lítio. O velho conhecido manganês, presente em pilhas e em ligas de aço, ganhou evidência ao ser empregado em químicas emergentes de baterias de carros elétricos que têm lítio ou níquel-cobalto.

O níquel está em ligas metálicas e, com destaque, em baterias de alta performance para carros elétricos. O vanádio sobressai pelo uso em baterias de longa vida útil para armazenamento estacionário de energia renovável.



Unidade de mineração de cobre Salobo, da Vale, opera em Marabá (PA), incrustada na floresta Amazônica Foto: Daniel Teixeira/Estadão

As terras raras, mineral alvo de disputa entre as duas grandes potências do mundo, EUA e China, e cobiçado por outras de alta relevância (as europeias) têm quatro dos 17 elementos considerados mais críticos: neodímio, praseodímio, disprosio e térbio. São usados na produção de ímãs permanentes, os quais têm aplicações na fabricação de turbinas eólicas, além

de equipamentos sensíveis de defesa militar e diversas outras aplicações industriais.

O futuro da mineração será determinado por quem conseguir antecipar as grandes transformações já em curso. Segundo análise da PwC, sete megatendências moldarão o setor até 2035:

1. Crescimento populacional e urbanização;
2. Transição energética;
3. Impactos ambientais e climáticos;
4. Tecnologia, inovação e automação;
5. Capital humano;
6. Acesso a financiamento; e
7. Política e regulação governamental.

“As nações industrializadas têm promovido políticas voltadas à independência estratégica de recursos, buscando diversificar fornecedores e fomentar cadeias de valor locais ou regionais com maior valor agregado. É dentro dessa nova lógica que o valor dos minerais críticos migra da lavra para o refino, a transformação e a integração tecnológica”, destaca o estudo.

O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) estima que projetos de minerais críticos deverão receber cerca de R\$ 100 bilhões de investimentos entre 2025 e 2029 no Brasil. Para a PwC, o País está diante de uma oportunidade rara: ser ao mesmo tempo potência mineral e ator relevante na construção de cadeias industriais de baixo carbono. Porém, conclui, isso exige estratégia, coordenação e ambição industrial.

Nova porta-voz no setor

A AMC, que reúne empresas com investimentos em minerais críticos no Brasil, terá um papel de porta-voz desse segmento, com a experiência técnica de que dispõe, afirma o diretor executivo, Frederico Bredan.

Ele elege três pautas prioritárias: acesso a linhas de financiamento (o BNDES dispõe de linhas, mas empresas em fase pré-operacional não conseguem dar as garantias exigidas); agregar valor na cadeia de produção (uma forma são benefícios fiscais para atrair investimento) e discussão sobre o

processo de licenciamento ambiental, envolvendo todas as entidades (de órgãos estaduais a institutos ligados ao meio ambiente).

A entidade foi formada com empresas em fase de investimento na exploração: em terras raras, Aclara, em Goiás, e Meteoric e Viridis, em Minas Gerais; em lítio (PLS, da Austrália, e Lithium Ionic, do Canadá); em níquel, Atlantic Nickel e Centaurus; e em grafite, Graphcoa e Graph+. A Atlantic Nickel é a única companhia em produção, de níquel sulfetado, e tem um projeto de expansão da capacidade nas suas operações na Bahia.

Na avaliação de Bedran, o cenário internacional para os minerais críticos é positivo. "A demanda é três a quatro vezes o volume ofertado. Em ETR, há uma disputa por suprimento por parte de consumidores", afirma, lembrando que o Ocidente está tentando se posicionar para ser mais protagonista nesse mercado.

O lítio vive um momento de dificuldade no que se refere a preços, com queda superior a 80% desde meados de 2023 devido à entrada de novos ofertantes e à desaceleração na fabricação de carros elétricos.

A AMC previa, em dezembro, a adesão de mais seis empresas à entidade, como a australiana St. George Mining, que tem um projeto para extração de nióbio e terras raras em Araxá (MG).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/01/2026



VALOR ECONÔMICO (SP)

Trump quer tirar a China do Ocidente, diz ex-embaixador mexicano

Para Jorge Guajardo, por conta da relação histórica entre os países, é esperado que haja uma pressão sobre o México após a intervenção americana na Venezuela

Por Kariny Leal, Valor — Rio



Jorge Guajardo, ex-embaixador do México na China — Foto: Divulgação

Os movimentos recentes do presidente Donald Trump têm deixado uma clara mensagem, na visão do ex-embaixador mexicano Jorge Guajardo: os Estados Unidos querem a China fora do Ocidente. Ao Valor, Guajardo afirmou que a possível interrupção de fornecimento do petróleo venezuelano ao país da Ásia não será uma grande preocupação para Pequim, mas o país de Xi Jinping observará de perto as movimentações de Trump.

"A mensagem dos Estados Unidos é que não quer mais a China no Ocidente. No passado, os americanos já se incomodavam com a presença chinesa no porto de Chancay, no Peru, e no mercado de lítio do Chile. Acredito que agora esses serão temas que a China irá acompanhar o desenvolvimento de perto", disse Guajardo, que foi embaixador do México na China.

Para o diplomata, a fala de Trump indicando que a receita petrolífera da Venezuela poderá ser usada apenas para comprar produtos americanos reforça a ideia sobre os chineses: "É uma declaração muito forte. Isso quer dizer que a Venezuela comprará produtos americanos, e não chineses."

No entanto, Guajardo não acredita que as mudanças promovidas pelo presidente americano criem um revés para Pequim: "Não acredito que a China derrame muitas lágrimas por [Nicolás] Maduro. Maduro já havia se tornado uma vergonha para a China. Acredito que os chineses estão prestando atenção, mas com declarações tênues sobre o assunto."

Segundo o ex-embaixador, que hoje é sócio da empresa de consultoria DGA Group, o fornecimento de petróleo venezuelano representa apenas 4% do consumo da China. Para ele, o país asiático pode ampliar as compras da Rússia, do Irã ou da Árabia Saudita para suprir essa falta.

Relação entre EUA e México

Guajardo acha ainda que, por conta da relação histórica entre os países, é esperado que haja uma pressão sobre o México após a intervenção americana na Venezuela. No entanto, o diplomata ponderou que a relação entre Trump e a presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, é de cooperação e pode ajudar a encontrar consensos.

"Claramente vai haver pressão sobre o México, mas a situação é diferente do que houve na Venezuela", disse. "Trump pode pressionar Sheinbaum a atacar mais fortemente o crime organizado e a tirar pessoas do governo que tenham vínculos com esses grupos. Acredito que isso beneficie a presidente mexicana, porque ela também quer isso."

Sobre Cuba

No entanto, o que pode ser um movimento contrário na relação entre os dois países é a troca comercial entre o México e Cuba. Segundo a agência de notícias Bloomberg, a estatal mexicana Pemex tem enviado há décadas petróleo para Cuba.

Conforme dados de transporte marítimos levantados pela agência, em setembro de 2025, o México enviou cerca de 400 mil barris de petróleo para Cuba. Outra carga com o mesmo volume é esperada para este mês, diz a Bloomberg. Não há dados oficiais do governo mexicano sobre essas vendas.

Esse é um tema que pode trazer desentendimentos entre Trump e Sheinbaum. "Vai haver uma pressão para que o México deixe de exportar para Cuba", afirmou Guajardo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 08/01/2026

MINÉRIO DE FERRO CAI 0,37% NA BOLSA DE DALIAN

Contratos para maio, os mais negociados, fecharam cotados a US\$ 116,19 por tonelada

Por Valor — São Paulo

Os fundamentos do mercado de minério de ferro devem permanecer na maior parte neutros, afirmam analistas da Nanhua Futures.

Os contratos do minério de ferro para maio, os mais negociados, fecharam com queda de 0,37% na Bolsa de Dalian, na China, cotados a 828 yuans (US\$ 116,19) a tonelada.

Do lado da oferta, o elevado estoque flutuante em trânsito sinaliza maiores chegadas aos portos em breve.

Na demanda, a melhoria das margens das siderúrgicas e a contínua redução dos estoques oferecem espaço para expansão da produção.

Embora o reabastecimento pelas siderúrgicas esteja fornecendo suporte de preço no curto prazo, os fundamentos atuais dificilmente justificarão uma alta sustentada.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 08/01/2026

CHINESA ENVISION ENTRA NO BRASIL COM ACORDO PARA FORNECER AEROGERADORES À CASA DOS VENTOS

A Envision é uma das maiores empresas de tecnologia “verde” do mundo e iniciou tratativas para ingressar no Brasil ano passado, tendo reuniões com o presidente Lula (PT) e o Ministério de Minas e Energia

Por da Reuters, Valor — São Paulo



Negócio entre as empresas surge em um momento de dificuldades para a indústria eólica doméstica — Foto: Facebook/Casa dos Ventos

A chinesa Envision Energy anunciou, nesta quinta-feira (8), um grande acordo com a geradora renovável Casa dos Ventos para fornecimento de turbinas eólicas e outros serviços, marcando a entrada da multinacional no mercado brasileiro como fornecedora de soluções para o setor de energia limpa.

O negócio entre as empresas surge em um momento de dificuldades para a indústria eólica doméstica, que vinha sofrendo com falta de demanda para novos parques, e de expansão da atuação de fornecedores chineses nessa cadeia, depois que unidades de multinacionais como GE e Siemens paralisaram suas atividades no país.

O acordo prevê a implantação de aerogeradores Galileo AI personalizados de 8.x MW, que estão entre os maiores em potência a serem operados no Brasil e contam com adaptações para as especificidades técnicas do sistema brasileiro. Também foi assinado um contrato de serviço de longo prazo, de 30 anos.

A parceria poderá se expandir ainda para colaboração em gerenciamento de ativos digitais de ciclo de vida completo, data centers baseados em IA (AIDC) e soluções integradas de hidrogênio verde e amônia, afirmaram as empresas, em comunicado.

“Nos comprometemos a explorar temas como soluções de zero emissões líquidas habilitadas por IA em nível de sistema em energia eólica, AIDC, hidrogênio verde, armazenamento de energia e combustível de aviação sustentável”, disse Henry Peng, vice-presidente sênior e presidente da América Latina e da Região Europeia da Envision Energy, em comunicado.

Reuniões com presidente Lula (PT)

A Envision é uma das maiores fornecedoras de soluções de tecnologia “verde” do mundo e iniciou tratativas para ingressar no Brasil no ano passado, com reuniões de executivos da empresa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e membros do Ministério de Minas e Energia.

Esse é o segundo grande contrato para compra de aerogeradores pela Casa dos Ventos anunciado em menos de um mês. Em dezembro, a empresa divulgou um acordo para instalar 828 MW em turbinas da dinamarquesa Vestas em um novo complexo eólico no Piauí.

Ainda no mês passado, a Casa dos Ventos divulgou um projeto junto à fabricante chinesa Goldwind para construir e validar um protótipo da torre eólica que será a mais alta do Brasil, com 257 metros de comprimento do solo até a ponta da pá.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 08/01/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

KAWASAKI CONSTRUIRÁ MAIOR NAVIO DO MUNDO PARA TRANSPORTE DE HIDROGÊNIO LIQUEFEITO

Por Nelson Moreira Indústria naval 08/01/2026 - 06:30



A Kawasaki Heavy Industries assinou com a Japan Suiso Energy (JSE) contrato para construir o maior navio do mundo para transportar hidrogênio liquefeito do mundo, destinado a apoiar o futuro transporte comercial de hidrogênio. O navio, que terá capacidade de carga de cerca de 40 mil metros cúbicos, será construído no estaleiro Sakaide, da Kawasaki, na província de Kagawa, no oeste do Japão.

A JSE é operadora do projeto Fundo de Inovação Verde da Organização para o Desenvolvimento de Novas Energias e Tecnologias Industriais (Nedo). O

programa tem como objetivo demonstrar a possibilidade de carregamento e descarregamento de hidrogênio liquefeito de navio para base, e a previsão inicial é de que os testes em alto-mar sejam feitos até março de 2031.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/01/2026

COREIA DO SUL ANUNCIA VIAGEM DE TRANSPORTE MARÍTIMO DE CONTÊINERES PELAS ÁGUAS DO OCEANO ÁRTICO EM SETEMBRO

Por Nelson Moreira Navegação 08/01/2026 - 06:32



O governo da Coreia do Sul anunciou que planeja fazer em setembro uma viagem experimental de transporte marítimo de contêineres pelas águas do Oceano Ártico com a expectativa de criar uma rota marítima mais curta entre a Ásia e a Europa. Segundo o Ministério dos Oceanos e Pescas do país, a viagem-piloto será feita com um porta-contêineres com capacidade de 3.000 TEUs que partirá do porto coreano de Busan para o de Rotterdam, na Holanda.

O Ministério anunciou que está negociando a contratação de uma embarcação e que fará no primeiro

semestre de 2026 consultas a autoridades russas, que são responsáveis por autorizações para o tráfego de navios por grande parte do corredor ártico. O passo seguinte, informou o governo coreano, será recrutar pessoal especializado e angariar cargas para o teste.

O projeto-piloto no Ártico faz parte da estratégia para expandir as rotas de navegação no norte e transformar Busan e a região sudeste da Coreia em centro marítimo. Segundo o Ministério dos Oceanos e Pescas, 2026 será o início de uma nova fase focada na cidade, para onde planeja transferir sua sede até o fim do ano.

Para concretizar seu projeto de estabelecer uma rota comercial pelo Oceano Ártico, o governo coreano anunciou que planeja apoiar a construção de quebra-gelos e outras embarcações de classe polar, além de aprimorar a tecnologia de navios porta-contêineres reforçados para gelo. O projeto

prevê ainda o treinamento de marinheiros para operações em regiões geladas e medidas de incentivo à indústria para desenvolver embarcações apropriadas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/01/2026

FUNDO DA MARINHA MERCANTE DESTINO EM 2025 R\$ 4,6 BILHÕES PARA PROJETOS NA REGIÃO NORTE

Por Nelson Moreira Indústria naval 08/01/2026 - 06:35



Balanço divulgado nesta quarta-feira (7) pelo Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor) informa que em 2025 o Fundo da Marinha Mercante (FMM) destinou R\$ 4,6 bilhões para 524 projetos nos estados do Amazonas e do Pará, na Região Norte. Eles se referem a construção e modernização de embarcações, instalação e melhoria de terminais portuários e de estruturas de docagem e de reparo.

Segundo o Mpor, a avaliação é de que os investimentos têm potencial para gerar 23.774 empregos diretos e têm como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento regional, a ampliação da indústria naval local e o uso das hidrovias.

De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a destinação de recursos do Fundo da Marinha Mercante para a Região Norte faz parte da estratégia para ampliar a eficiência logística.

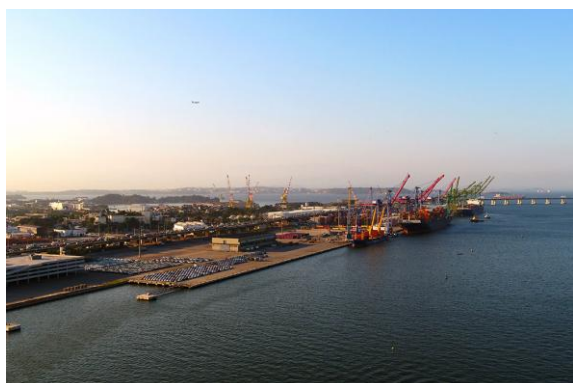
Ele definiu o FMM como instrumento central da política pública para o setor aquaviário e disse que os aportes na Região Norte visam fortalecer a navegação interior e ampliar a capacidade logística. “Com o Fundo, promovemos desenvolvimento econômico com geração de empregos e integração regional”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/01/2026

PORTOS MOVIMENTARAM 95% DAS CARGAS DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO, QUE TEVE SUPERÁVIT DE 68,2 BILHÕES DE DÓLARES EM 2025

Por Nelson Moreira Portos e logística 08/01/2026 - 07:08



Dados divulgados nesta terça-feira (6) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) revelam que, pelo terceiro ano consecutivo, o Brasil teve, em 2025, superávit em sua balança comercial, de 68,2 bilhões de dólares, o maior montante da série histórica iniciada em 1989. No total, a soma de importações e exportações atingiu no ano 629 bilhões de dólares, dos quais 95% passaram pelos portos.

As vendas para o exterior somaram 348,676 bilhões de dólares, com alta de 3,5% em relação a 2024. Já as importações fecharam o ano com 280,4 bilhões de dólares, valor 6,7% superior ao de 2024 e quase oito bilhões de dólares acima do recorde anterior, de 2022.

O vice-presidente da República e ministro da Indústria, do Comércio e de Serviços, Geraldo Alckmin, ressaltou que os resultados foram conseguidos graças à conquista de novos parceiros como estratégia para superar as dificuldades nas vendas para os Estados Unidos por causa das sobretaxas a produtos brasileiros impostas pelo presidente americano, Donald Trump. “Em meio às

dificuldades geopolíticas, conseguimos conquistar novos mercados e ampliar os que já tínhamos", afirmou.

O balanço do MPor aponta que o setor portuário deve fechar 2025 com movimentação total de 1,34 bilhão de toneladas de cargas e crescimento de 3,25% em relação ao ano anterior. O Porto de Santos, em São Paulo, registrou, de janeiro a outubro, crescimento de 29% na movimentação, atingindo 119,4 milhões de toneladas, enquanto o de Paranaguá, no Paraná, cresceu 13,5%, somando 55,2 milhões de toneladas. No Arco Norte, o Porto do Itaqui, no Maranhão, teve alta de 7,6%, com 31,4 milhões de toneladas, principalmente de grãos e minérios.

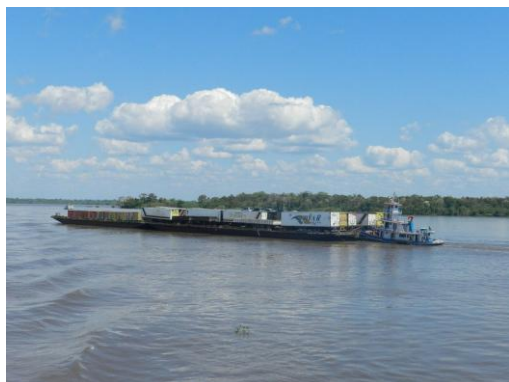
O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, creditou os bons resultados do comércio exterior à infraestrutura portuária nacional, que, segundo ele, se tornou um diferencial competitivo do Brasil. "Estamos dando as condições necessárias tanto para escoar nossa produção ao mercado internacional quanto para receber os insumos e mercadorias que abastecem a indústria e o consumo interno", disse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/01/2026

ASSOCIAÇÃO ANUNCIA REDUÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA COM USO DE HIDROVIAS

Por Nelson Moreira Navegação 08/01/2026 - 06:21



A Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Carga da Bacia Amazônica (Amport) anunciou nesta terça-feira (6) que a substituição de trechos rodoviários pelo transporte hidroviário nos corredores Branco–Negro, Guamá–Capim, Tocantins e Tapajós, na Região Amazônica, resultou em reduções de emissões de gases de 90,87%, 70,28%, 34,83% e 22,09%, respectivamente. Segundo a entidade, os resultados são consequência também da adoção de práticas sustentáveis com objetivo de conciliar eficiência operacional, controle ambiental e desenvolvimento social.

De acordo com a Amport, os ganhos foram conseguidos a partir da implementação do Plano de Controle Ambiental Integrado (PCAI), que orienta os associados da entidade sobre ações de controle, monitoramento e mitigação dos impactos associados às atividades portuárias, de descarga, de armazenamento e de transbordo de grãos na região de Miritituba, no Pará. O objetivo é atender requisitos de licenciamento e garantir a compatibilização das atividades com a gestão ambiental integrada.

Caroline Arruda, coordenadora de consultoria do Plano, explicou que as práticas sustentáveis adotadas pelas empresas abrangem da gestão de resíduos e efluentes ao monitoramento contínuo da qualidade do ar, das águas superficiais, do ruído ambiental e da fauna terrestre e aquática. Segundo ela, a implementação do PCAI gerou avanços na padronização de procedimentos de monitoramento ambiental, além do aprimoramento dos mecanismos de controle e mitigação de impactos.

Entre os indicadores priorizados pelo Plano, informou Caroline, estão o controle de emissões atmosféricas difusas, especialmente de material particulado, o monitoramento dos recursos hídricos, com foco no Rio Tapajós e no Igarapé Santo Antônio, e o acompanhamento da biodiversidade. Além disso, como parte do projeto, foram desenvolvidas ações de comunicação social, educação ambiental, em diálogo com comunidades do entorno e atenção às demandas da comunidade pesqueira.

A Amport avaliou que já consolidou um modelo mais sustentável com o modal fluvial. O diretor-presidente da entidade, Flávio Acatauassú, disse que, para melhorar ainda mais as ações de sustentabilidade, é preciso reduzir o uso de transporte rodoviário na região, optando por modais menos poluentes. “O desafio é garantir a perenidade da navegação, inclusive nos períodos de seca, e complementar a malha com ferrovias”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/01/2026

EDITAL PARA DRAGAGEM NO RIO TAPAJÓS PREVÊ R\$ 74,8 MILHÕES DE INVESTIMENTOS

Por Nelson Moreira Navegação 08/01/2026 - 06:17



O edital para a licitação para selecionar empresa para serviços de dragagem de manutenção na Hidrovia do Rio Tapajós, no Pará, publicado em 23 de dezembro, prevê investimentos mínimos de R\$ 74,8 milhões. A sessão pública para abertura das propostas está prevista para esta quinta-feira (8), às 15h, por meio da plataforma Compras.gov.br.

Parte do Plano Anual de Dragagem de Manutenção Aquaviária (Padma), a iniciativa contará com recursos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) e será coordenada pelo Ministério de

Portos e Aeroportos (MPor) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). O edital prevê que os serviços sejam feitos no trecho entre Santarém e Itaituba, com objetivo de aumentar a segurança da navegação, reduzir riscos de encalhe e assegurar mais previsibilidade às operações de transporte de cargas e de passageiros.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse que a manutenção da hidrovia é fundamental para o bom funcionamento da logística na região e que a dragagem do Rio Tapajós, além de aumentar a segurança da navegação, tem objetivo de aumentar a eficiência do transporte aquaviário. “Ela trará mais previsibilidade para quem depende da hidrovia no dia a dia”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/01/2026



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 08/01/2026